

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

CARMEN JANAINA MACHADO

**O BOLSA FAMÍLIA A PARTIR DAS MARGENS DO ESTADO:
UM ESTUDO SOBRE CONSUMO, POLÍTICA PÚBLICA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**PORTO ALEGRE
2019**

CARMEN JANAINA MACHADO

**O BOLSA FAMÍLIA A PARTIR DAS MARGENS DO ESTADO:
UM ESTUDO SOBRE CONSUMO, POLÍTICA PÚBLICA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Menasche

PORTO ALEGRE
2019

CIP - Catalogação na Publicação

Machado, Carmen Janaina

O Bolsa Família a partir das margens do Estado: um estudo sobre consumo, política pública e desenvolvimento rural / Carmen Janaina Machado. -- 2019.

148 f.

Orientador: Renata Manasche.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Política pública. 2. Assentamento de reforma agrária. 3. Mulheres camponesas. 4. Consumo. 5. Moralidade. I. Manasche, Renata, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CARMEN JANAINA MACHADO

**O BOLSA FAMÍLIA A PARTIR DAS MARGENS DO ESTADO:
UM ESTUDO SOBRE CONSUMO, POLÍTICA PÚBLICA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 28 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Renata Menasche – Orientadora
PPGAnt/UFPel e PGDR/UFRGS

Profa. Dra. Michele de Lavra Pinto
PPGEPI/UFRGS

Prof. Dr. Tiago Lemões da Silva
PPGAnt/UFPel

Profa. Dra. Daniela Kuhn
PGDR/UFRGS

Profa. Dra. Catia Grisa
PGDR/UFRGS

Os numerinhos e as pessoas

Onde se recebe a Renda per Capita? Tem muito morto de fome querendo saber. Em nossas terras, os numerinhos têm melhor sorte que as pessoas. Quantos vão bem quando a economia vai bem? Quantos se desenvolvem com o desenvolvimento?

Em Cuba, a Revolução triunfou no ano mais próspero de toda a história econômica da ilha. Na América Central, as estatísticas sorriam e riam quanto mais fodidas e desesperadas estavam as pessoas. Nas décadas de 50, de 60, de 70, anos atormentados, tempos turbulentos, a América Central exibia os índices de crescimento econômico mais altos do mundo e o maior desenvolvimento regional da história humana.

Na Colômbia, os rios de sangue cruzam os rios de ouro. Esplendores da economia, anos de dinheiro fácil: em plena euforia, o país produz cocaína, café e crimes em quantidades enlouquecidas.

(Eduardo Galeano)

AGRADECIMENTOS

Finalizar uma tese em tempos em que a Educação e o fazer ciência são desqualificados pelo presidente do país e em que um ministro se refere às universidades públicas como espaço de “balbúrdia” é quase desolador. Só não é porque está presente a importância de persistir e contribuir com esse espaço em que fui formada: a Universidade Pública gratuita, que acolhe, em especial nessa última década, filhas e filhos de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e pescadores, empregadas domésticas, pedreiros e tantas e tantos outros filhas e filhos da classe trabalhadora deste Brasil. Acredito que minha contribuição está em dar continuidade à pesquisa, ao fazer ciência, que não é neutra e deve ser comprometida com o povo, que viabilizou minha permanência neste espaço por 12 anos, da graduação ao doutorado. Nesse percurso, há uma infinita lista de pessoas e processos que possibilitaram chegar a este momento e que merecem minha gratidão, ainda que não seja possível incluir a todos na lista de agradecimentos de minha tese.

Aos meus pais Veni e João, agricultores que vibram com a conquista de formar uma filha doutora. Essa dupla que nunca mediu esforços para que seus filhos estudassem, pois entendem que a herança a ser deixada é o “estudo”. Seu João, desde minhas primeiras memórias de infância, ativo na política e na constituição do Movimento dos Pequenos Agricultores de Encruzilhada do Sul, marcou-me com seu principal ensinamento: é pela luta social que conquistamos e asseguramos nossos direitos. Aos irmãos Jaqueline e Jackson, que, cada um ao seu modo, cuidam desta irmã mais velha. De forma muito especial à Jaqueline e ao cunhado Deive, pelas duas vidas iluminadas com que nos presentearam: João Eduardo, com seus seis anos de sabedoria e amorosidade, e Vicente, com três anos de lindeza e alegria.

À professora Renata Menasche, amiga e orientadora, que demonstrou ser possível estudar o que nos encanta, com engajamento político e comprometimento com as sujeitas e sujeitos de pesquisa. Há exatamente uma década estamos nessa parceria de estudos do rural, do campesinato, da alimentação, do consumo. Que sigamos a parceria de pesquisa e de vida!

Aos amigos queridos de longa data e aos que estão se chegando agora, os quais tornam meus dias verdadeiramente mais felizes. Em especial à turminha de Canguçu, que me acolheu e cuidou/cuida de forma tão especial nessa reta final de tese, tornando o processo de escrita mais leve. Iara e Rosemere, com nossos cafés semanais e boas gargalhadas; Iolda, com sua escuta, sabedoria e comidinhas maravilhosas; Janisse, com o mate e o carinho; Tito, que me

fez voltar a brincar e desopilar dessa vida corrida de adulta; Rosane, pela parceria, incentivo, saborosas jantas e boas risadas.

A um Passarinho que inesperadamente pousou em minha janela e, seja indicando uma música, um poema ou lendo algum trecho da tese, foi fundamental o carinho e apoio no fechamento desse ciclo. E que no vai e vem de seus voos segue pousando na janela aqui de casa.

À Escola Família Agrícola da Região Sul – EFASUL, um projeto político de educação, que venho acompanhando e que, além do aprendizado, me possibilitou conhecer pessoas especiais. Aos educandos, suas famílias e educadores deste coletivo: gracias. De forma especial, aos queridos/as companheiros/as de projeto Efasul: Rosane, Gisela, Amanda, Vânia, Patrícia W, Calisc, Fernanda, Martina, Cleu, Demaicon, Reges, Jair, Antônio e Gilson.

Aos professores/as, funcionários/as e colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, pelos momentos de aprendizado, discussões, reflexões sobre o mundo rural. Em especial aos queridos colegas e amigos que o PGDR me apresentou: Amália, Manuela, Angelita, Irio, Karla, Dan, Marcelo, Danielle, Claudia, Gabriela, Daiana e Vinícius.

À CAPES, pela bolsa de estudos que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA, em especial à professora e amiga Giancarla Salamoni, que orientou meus “primeiros passos” na pesquisa. Obrigada pelo carinho e parceria.

Às professoras Catia Grisa e Michele Pinto, pelas contribuições na banca de qualificação e, ainda, à professora Daniela Kuhn e ao professor Tiago Lemões da Silva, por, junto com as primeiras, terem aceitado compor a banca de avaliação final de tese. Agradeço e registro a alegria por, juntamente com a orientadora Renata Menasche, contar com sua contribuição para o fechamento deste ciclo acadêmico.

À Miriam Goldschmidt, que acompanha minhas escritas desde a dissertação e, com competência, paciência e carinho, faz a revisão de português. É acalentador ter uma amiga e profissional como ela, bem como poder entregar meus “rabiscos” tendo a certeza de que terei, como retorno, um trabalho impecável.

À Vânia Pierozan, pela sensibilidade em ouvir sobre as histórias das mulheres que compuseram a pesquisa e, de forma tão linda, desenhá-las.

Aos funcionários do escritório municipal da EMATER de Canguçu, pelo apoio na logística de idas e vindas aos assentamentos. Pela receptividade sempre calorosa de todos/as. Em especial, e *in memoriam*, ao amigo Odair Rogério, parceiro de todas as horas e que

acompanhou meu processo de pesquisa de campo. Nunca esquecerei a frase, dita em sua calma toda vez que precisava descer do carro para me auxiliar a abrir a porteira: “quase uma doutora e não consegue abrir uma porteira”.

À prefeitura de Canguçu, em especial aos gestores das secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde.

E, de forma muito especial, às mulheres assentadas rurais que compuseram e inspiraram esta pesquisa. Agradeço imensamente pela confiança, por me permitirem compartilhar de suas histórias, de momentos de seu cotidiano e pelas amizades construídas.

RESUMO

No corredor estão as pessoas, mulheres na maior parte, sentadas com fichas vermelhas numeradas nas mãos. Na sala em frente, do CadÚnico, as estagiárias. Uma delas, Maria, chama: “Ficha vermelha número seis”. Entra uma mulher que aparenta ter em torno de 50 anos, cumprimenta a estagiária, senta-se na cadeira em frente à mesa e diz ter vindo fazer a atualização do cadastro do Bolsa Família. A mulher que se coloca diante da estagiária é uma agricultora, assentada no município de Canguçu, região sul do Rio Grande do Sul, mas a cena é comum em todos os cantos do país. O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que, vigente no Brasil desde 2004, atende a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. No campo de estudos que se dedica à análise das políticas sociais e na perspectiva dos estudos do consumo e das moralidades do Estado, a presente tese propõe analisar como mulheres rurais assentadas se relacionam com agentes e instituições que operam o Programa Bolsa Família e como manejam os benefícios advindos do Programa, de modo a apreender como a política de Estado age no cotidiano dessas pessoas. A partir da discussão das margens do Estado, analisamos o papel dos documentos, atentando para o que dizem e produzem na vida das bolsistas, assim como para as moralidades concernentes ao consumo e à alimentação empreendidos pelas bolsistas. Exploramos, ainda, as concepções de pobreza expressas pelo Estado, pela política pública e por bolsistas. A literatura pertinente e os dados construídos a partir da pesquisa a campo evidenciam um julgamento moral em relação ao consumo, principalmente no que se refere a bens não relacionados a alimentação, roupas ou material escolar destinados aos filhos. A pesquisa etnográfica, realizada no período compreendido entre agosto de 2016 e abril de 2018, ocorreu junto a agentes executores do Programa em âmbito municipal e entre mulheres camponesas que vivem em assentamentos rurais no município de Canguçu, participantes do Programa Bolsa Família.

Palavras-chave: Política pública. Assentamento de reforma agrária. Mulheres camponesas. Consumo. Moralidade.

ABSTRACT

There are people waiting in the hallway, mostly women, in their seats, holding a red numbered token. In the room opposite them, where CadÚnico is located, the interns work. One of them, Maria, calls out: “Red token number six”. A woman, who appears to be around 50 years old, enters the room, sits down in the chair across the desk and tells the intern that she has come to update her “Bolsa Família” record. The woman who sits opposite the intern is a rural worker, settled in Canguçu, a town in the South of Rio Grande do Sul, but it would be an ordinary scene anywhere in Brazil. “Bolsa Família” is a conditional cash transfer program, which has been in effect in Brazil since 2004, and provides financial aid to poor and extremely poor families. Within the field of studies on analysis of social policies and from the perspective of the studies on consumption and moralities of the State, the present thesis proposes to analyze the relationship between rural women and the agents and institutions that operate the “Bolsa Família” Program and also the way these women handle the Program’s benefit in order to apprehend the effect of the State policy on their everyday lives. From the discussion of the margins of the State, the role of documents is analyzed, taking into consideration what they say and produce in the grant holders’ lives, as well as the moralities concerning their consumption and eating patterns; additionally, the conceptions of poverty conveyed by the State, public policy and grant holders are explored. The literature and the data from the field research show a moral judgment concerning the grant holders’ consumption, especially in relation to goods that are not food, clothes or school supplies for their children. The ethnographic research, carried out from August 2016 to April 2018, was conducted with the local executor agents of the Program and with peasant women who live in rural settlements in Canguçu and are covered by the “Bolsa Família” Program.

Keywords: Public policy. Land reform settlement. Peasant women. Consumption. Morality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Modalidade e valor unitário do Bolsa Família	18
Figura 1 – Localização do município de Canguçu no Rio Grande do Sul e, em destaque, suas divisões distritais	37
Figura 2 – Capa formulário com instruções gerais	79
Figura 3 – Formulário principal de cadastramento	80
Figura 4 – Comprovante de prestação de informação	82
Figura 5 – Termo de autorização	83
Figura 6 – Mapa acompanhamento de pesagem, estatura e vacinação	88
Figura 7 – Manual de orientação para pesagem e medidas	89
Figura 8 – Material de divulgação Programa Bolsa Família	118
Figura 9 – Gastos relativos com o recurso do PBF (2008).....	119
Figura 10 – Relação PBF, alimentação e criança.....	119
Figura 11 – Reajuste do PBF e vinculação a alimentação	119
Figura 12 – Campanha alimentação saudável	119
Figura 13 – Lembrete prazo de saque do PBF	122
Figura 14 – Campanha Supermães do PBF	122
Figura 15 – Material de esclarecimentos de boatos	125
Figura 16 – Gastos do recurso do PBF com alimentação	126
Figura 17 – Campanha “Quebrando Mitos”	126
Figura 18 – Cartilha da bolsista	126
Figura 19 – Relação alimentação e criança saudável	126
Figura 20 – Orientações na cartilha da bolsista	127
Figura 21 – Estratégias de consumo empreendidas pelas bolsistas	134

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	16
1.2	JUSTIFICATIVA	22
1.3	OBJETIVOS	28
1.3.1	objetivo geral.....	28
1.3.2	objetivos específicos	28
1.4	METODOLOGIA.....	28
1.4.1	o fazer da pesquisa.....	29
1.4.2	o percurso metodológico.....	32
1.4.3	o lugar da pesquisa	35
2	HISTÓRIAS DE MULHERES.....	39
2.1	FLORA: ENTRE LIVROS, FAMÍLIA E SEMENTES	39
2.1	REGINA: DA FAZENDA AO ASSENTAMENTO.....	41
2.3	JOANA: ELA E SEUS DOIS MENINOS.....	43
2.4	MARIA: ENTRE UMA MORADA E OUTRA.....	44
2.5	OLGA: ENTRE O LOTE E REUNIÕES	46
2.6	CRISTINA: AQUELA QUE ADMINISTRA O DINHEIRO.....	47
2.7	JUREMA: OS FILHOS TÊM DE SER AGRICULTORES DESDE PEQUENOS	48
2.8	CÁTIA: DO GARIMPO, A CIDADE E AO ASSENTAMENTO	49
2.9	PATRÍCIA: ENTRE ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS.....	50
2.10	ALINE: DA CASA À LAVOURA	52
2.11	MERCEDES: AQUELA QUE ANDARILHOU E POUSOU	53
3	CONCEPÇÕES DE POBREZA: PELAS POLÍTICAS DE ESTADO E PELAS BOLSISTAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	56
3.1	COMO SE CONSTRUIU A CLASSIFICAÇÃO DE POBREZA?	58
3.2	A MULHER COMO FOCO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: AUTONOMIA OU REFORÇO DA IMAGEM COMO CUIDADORA E DO LAR?.....	62
3.3	E ELAS, AS BOLSISTAS, O QUE DEFINEM POR POBREZA?.....	64
4	“TROUXE O CARTÃO AMARELO?”: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS FATOS DITOS E PRODUZIDOS PELOS DOCUMENTOS	69

4.1	DOCUMENTOS: PAPÉIS LEGAIS QUE INFERNIZAM, ATORMENTAM OU FACILITAM A VIDA COTIDIANA.....	71
4.2	APRESENTANDO O FORMULÁRIO	78
4.3	O FORMULÁRIO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE.....	83
4.4	AS LÓGICAS IMPLÍCITAS NAS CONDICIONALIDADES E AS PERCEPÇÕES DAS BENEFICIÁRIAS	85
5	O ESTADO E SUAS MARGENS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ANTROPOLOGIA DO ESTADO.....	93
5.1	“É PRECISO CONSTRUIR UMA PONTE ENTRE ESSES DOIS MUNDOS”: O ESTADO E SUAS MARGENS NO CONTEXTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	97
5.2	“PARTE FAZ BOM USO, OUTRAS, SÓ PARA COMPRAR ROUPINHA E SE EMBELEZAR”: MORALIDADES DO ESTADO E SEUS AGENTES	109
6	O CONSUMO COMO PERSPECTIVA DE ANÁLISE	115
6.1	“POBRE NÃO TEM HÁBITO ALIMENTAR, POBRE TEM FOME”: DIMENSÕES MORAIS DO CONSUMO	118
6.2	“ENTÃO VOU CONTAR”: PERCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS DE CONSUMO DE BOLSISTAS A PARTIR DO DINHEIRO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA...	128
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
	REFERÊNCIAS.....	140
	ANEXO – NÚMERO DE FAMÍLIAS BOLSISTAS E VALORES INVESTIDOS ANUALMENTE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E MUNICÍPIO DE CANGUÇU DE 2004 A 2018.....	147

1 INTRODUÇÃO

Em uma roda de conversa¹, em um coquetel que se seguia à Mesa de encerramento de um evento sobre Segurança Alimentar e Nutricional, estimulada por referência elogiosa a sua apresentação e por um comentário a respeito de comum postura moralista em relação ao uso de recursos recebidos do PBF, a gestora resolve contar uma história.

Ela narra o depoimento de uma beneficiária em uma atividade de avaliação do Programa. A senhora, uma feirante, relatava o destino que havia dado ao dinheiro que recebera do PBF: comprara uma *chapinha*². A gestora comenta que, diante de tal declaração, foram muitas, entre os presentes, as trocas de olhares e comentários feitos a voz baixa, em tom reprobatório. Afinal, “onde já se viu gastar dinheiro público para comprar *chapinha*?”. Ao mesmo tempo, a senhora dava sequência a seu relato, contando como, com o uso da *chapinha*, se sentira tão mais bonita e confiante que, naquele dia, na feira, suas vendas atingiram volume bastante maior, possibilitando renda significativamente mais elevada do que costumava obter, que se converteria em maior quantidade de alimentos adquiridos para o consumo de sua família. Chegando a esse ponto, a gestora conclui sua narrativa afirmando: “*chapinha é Segurança Alimentar!*” (o sublinhado indica ênfase dada na fala).

A história contada pela gestora acerca do Programa Bolsa Família de certa forma ilustra a discussão proposta por Michel de Certeau (1998) sobre a necessidade de pensarmos não somente na compra, mas no que ela produz, ou seja, em seus significados. Certeau (1998) afirma que os produtos culturais utilizados no cotidiano são apropriados e transformados pelos indivíduos a partir de suas táticas, produzindo novas práticas e artes de fazer. O autor orienta a olhar para o que a compra produz, ou seja, não somente para o objeto adquirido, mas para os significados gerados. Para Certeau (1998), muitos estudos dedicam-se a analisar representações e comportamentos de uma sociedade, mas é necessário “balizar o uso” que deles fazem os grupos ou os indivíduos, ou seja, deixar “aos ‘consumidores’ um lugar onde possam marcar o que *fazem* com os produtos” (CERTEAU, 1998, p. 39, grifos do autor). Este autor considera que a presença e a circulação de uma representação não indicam o que ela constitui para os usuários, é preciso “analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização” (CERTEAU, 1998, p. 40).

É atentando a essa abordagem, aos *significados* de que fala Certeau (1998) que emerge a pesquisa desta tese. Em minha dissertação, analisei transformações no fazer agricultura e nos hábitos alimentares entre famílias rurais assentadas, tendo como focos da observação os espaços de trabalho no lote, as trajetórias de pessoas e objetos, a lavoura e a mesa. Naquele

¹ Episódio ocorrido em Brasília, em novembro de 2015, presenciado e relatado por Renata Menasche.

² Aparelho elétrico portátil utilizado para alisamento dos cabelos.

momento, o olhar foi conduzido a partir dos estudos da alimentação, de modo a pensar como a política pública é vivenciada e percebida por agricultoras e agricultores assentados da reforma agrária (MACHADO, 2014).

No contexto da pesquisa desta tese, elegendo como recorte o Programa Bolsa Família, tomo como fio condutor a dimensão do consumo, para analisar a formulação de políticas públicas, levando em consideração significados que sujeitas do campo dão à política de Estado em seu cotidiano.

Desde a promulgação da Constituição de 1988 e em boa medida devido à extensão territorial do país, observa-se no Brasil um processo de descentralização das políticas sociais e reorganização de competências e responsabilidades federativas, no qual, no arranjo de implementação e execução de políticas e programas federais, há forte articulação entre atores e organizações nos âmbitos federal, estadual e municipal (ESCOBAR, 2008). Na esfera das políticas sociais, com a Constituição de 1988, a assistência social ganha reconhecimento como política pública e passa, então, “a ser instituída como um direito do cidadão e um dever do Estado” (PINTO, 2016, p. 47)³. Esse é um importante marco no campo da assistência social tendo em vista que até então as ações nessa área estiveram vinculadas ao assistencialismo e à caridade, com ações pontuais do Estado e de entidades filantrópicas.

No Brasil dos anos 1990, a temática da fome e da pobreza passa a compor a agenda pública e a instigar ações voltadas ao tema. Surgem iniciativas – como a “Campanha Nacional da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, idealizada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho) – incorporadas pelo governo do presidente Itamar Franco. Em 1993, o presidente Itamar Franco lança o “Plano de Combate à Fome e à Miséria” e, naquele mesmo ano, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulga o estudo intitulado “Mapa da Fome”, que revelava 32 milhões de brasileiros em situação de fome. A partir desses dados, é incentivada a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), com a função de coordenar a elaboração e a implantação do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria (PINTO, 2016).

No início dos anos 2000, no governo Fernando Henrique Cardoso, são criados e implementados programas de forma descentralizada nos municípios, como o Programa Nacional Renda Mínima – Bolsa Escola (2001), do Ministério da Educação (MEC), com transferência de recursos para a manutenção de crianças nas escolas. Nesse período são

³ Em 1993 é sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a qual garante a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, como uma política de seguridade social não contributiva prevendo os mínimos sociais (PINTO, 2016).

implantados outros programas, como Bolsa Alimentação (2001), Auxílio Gás (2002) e Cartão Alimentação (2003). Como destaca Pinto (2016, p. 66),

[...] em todos esses programas, o dinheiro já possuía um fim predeterminado – compra de material escolar, de gás e de alimentos –, sendo proibido seu gasto com outros produtos. Portanto, além das condicionalidades, havia ainda o ‘controle’ do dispêndio do benefício.

Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, ocorre a unificação de programas nacionais de transferência de renda⁴. É nesse cenário que é criado o Programa Bolsa Família (PBF), uma política social descentralizada cuja execução é perpassada por funções federais, estaduais e municipais, via o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com programas e ações de transferência de renda, Segurança Alimentar e Nutricional, assistência social e inclusão produtiva, integrando a estratégia política e social do Programa Fome Zero⁵.

Ao assumir a presidência, em 2011, Dilma Rousseff lançou o Plano Brasil Sem Miséria, visando o combate à extrema pobreza, tendo em vista que, segundo o censo de 2010, encontravam-se em situação de extrema pobreza cerca de 16,2 milhões de pessoas. Com o *slogan* “É o Estado chegando aonde a pobreza está” e chamadas de *marketing* como “O Brasil assume o desafio de acabar com a miséria”, o plano centrava na inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, com ações voltadas à população rural e urbana. As ações no âmbito do meio rural foram voltadas para a estruturação e ampliação da capacidade produtiva, com oferta de assistência técnica, fornecimento de sementes e recursos para infraestrutura, assim como acesso ao Programa Luz para Todos e Programa Água para Todos e ampliação do Programa Bolsa Família.

⁴ Segundo Michele Pinto (2016), em diálogo com Silva *et al.* (2008), a primeira discussão sobre programas de transferência de renda no Brasil ocorreu em 1975, com a publicação de um artigo do economista Antônio Maria da Silveira, intitulado “Redistribuição de Renda”, o qual propunha uma gradativa extinção da pobreza através da intervenção governamental. Em 1991, é proposto, pelo senador Eduardo Suplicy, o projeto de Lei nº 80, intitulado Programa de Garantia de Renda Mínima. Luciana Cruz (2013, p. 65) afirma que “[...] no caso brasileiro atual não temos a simples transferência de renda, a ela é somado condições para elegibilidade e para a continuidade no recebimento da renda, podendo afirmar que temos no Brasil os programas de transferência de renda condicionada”. Esse processo já é visível no Programa de Garantia de Renda Mínima, pois o que era para ser transferência de renda universal e incondicional ficou atrelado à educação, ou seja, “[...] as famílias pobres com crianças em idade escolar poderiam receber um repasse financeiro, com a condição de seus filhos permanecerem na escola e comprovarem frequência escolar” (CRUZ, 2013, p. 65).

⁵ Além do Programa Bolsa Família, o Fome Zero integrou outros programas como: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Restaurantes Populares, Programa de Construção de Cisternas e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Ao analisar as políticas de alimentação e nutrição no Brasil no período de 2003 a 2018, Vasconcelos *et al.* (2019) destacam três grandes ciclos dessas políticas. O primeiro ciclo, governo Lula, com a criação dos marcos legais para implementação e valorização de alimentos e segurança nutricional visando à erradicação da fome. O segundo ciclo, gestão Dilma, subdividido em dois momentos, inicialmente com a ideia de erradicar a miséria e a pobreza extrema, seguidos de um período de recessão, com início da política de austeridade. E o terceiro ciclo, gestão Temer, no qual é intensificada a austeridade política, com contínuos cortes orçamentários, comprometendo as políticas de segurança alimentar e nutricional e colocando o Brasil em risco de retornar ao mapa da fome.

Na concepção de Vasconcelos *et al.* (2019), o golpe político-institucional ocorrido em maio de 2016 levou a mudanças institucionais e a cortes orçamentários que impactaram diretamente as políticas públicas, indicando retrocessos nos princípios e direitos adquiridos. No que se refere ao Brasil rural, uma das primeiras medidas da administração Temer foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), renomeado para Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, junto ao antigo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O governo extinguiu também os ministérios da Mulher, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e da Cultura, assim como aprovou um novo regime fiscal, estabelecido pela emenda constitucional nº 95, que congelou pisos salariais nas áreas da saúde, educação e assistência social.

Em 2014, o Brasil deixou de constar do Mapa Mundial da Fome⁶: mesmo diante de 3,4 milhões de pessoas em condição subalimentar no país, o número de brasileiros classificados nessa situação reduzira-se em 82%. No entanto, Francisco Menezes, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e da ActionAid Brasil e ex-presidente do CONSEA, alerta que o Brasil poderá retornar ao Mapa da Fome. Segundo ele, essa advertência é quase uma certeza, tendo em vista o abandono das políticas de proteção social, o que denominou de “estado de desproteção social”. De acordo com levantamentos da ActionAid Brasil, o Brasil retrocedera, entre 2015 e 2017, ao patamar de 12 anos atrás, apresentando mais de 10 milhões de brasileiros em situação de pobreza e/ou extrema pobreza (DOMENICI, 2018). De acordo com os dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, entre 2016 e 2017 a proporção de pessoas pobres no Brasil subiu de 25,7% para 26,5% da população, um aumento de 2 milhões de pessoas. E a proporção de pessoas em extrema

⁶ Um país é incluído no Mapa da Fome das Nações Unidas quando 5% ou mais da sua população vive em situação de insegurança alimentar.

pobreza⁷ cresceu de 6,6% da população em 2016 para 7,4% em 2017, passando de 13,5 milhões para 15,2 milhões de pessoas (ALVES; ELEUTÉRIO, 2019). Cabe mencionar que, em janeiro de 2019, uma das primeiras ações do governo do presidente Jair Bolsonaro foi a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), revertida, em maio do mesmo ano, pela Medida Provisória 870, que reorganiza ministérios e outros órgãos do Poder Executivo.

Ao analisar dados do CONSEA e a Lei Orçamentária Anual, Vasconcelos *et al.* (2019) demonstram a redução de investimentos no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional entre 2014 e 2018. A título de exemplo: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de R\$ 630 milhões para R\$ 185,4 milhões, redução de 71%; Assistência Técnica e Extensão Rural para Família Assentadas e Extrativistas (ATES) de R\$ 357 milhões para R\$ 19,7 milhões, redução de 94%; Inclusão Produtiva de Mulheres de R\$ 32,5 milhões para R\$ 3,6 milhões, redução de 89%; e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de R\$ 1,3 bilhões para R\$ 431 milhões, redução de 67%. Como destacado pelos autores supracitados, os dados acenam projeções preocupantes do retorno à insegurança alimentar, à fome e à pobreza no país. Nessa perspectiva, ao analisar dados oficiais do governo 2015-2017, Francisco Menezes, em entrevista a Domenici (2018), evidencia que foram cortadas 1 milhão e 500 mil famílias do Programa Bolsa Família, com previsão de redução do orçamento para os anos seguintes.

1.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

No âmbito dos programas criados e implantados no campo das políticas sociais no Brasil, atentamos para a criação e execução do Programa Bolsa Família, recorte de análise desta pesquisa. Criado pela Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, que atende famílias em situação de pobreza, com renda mensal *per capita* entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00, e de extrema pobreza, com renda mensal *per capita* de até R\$ 89,00. Segundo Tereza Campello e Marcelo Neri (2013), o Programa Bolsa Família foi concebido e executado com o objetivo de contribuir para a inclusão social de famílias⁸

⁷ Pela definição do Banco Mundial, são extremamente pobres os que têm renda diária inferior a US\$ 1,90 ou, aproximadamente, R\$ 140 de renda mensal.

⁸ Na concepção do Programa (MDS, 2015), família corresponde à unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, formando um grupo doméstico que vive sob o mesmo teto e é mantido pela contribuição de seus membros (Lei nº 10.836, de 2004).

brasileiras em situação de pobreza e fome e estimular um melhor acompanhamento do atendimento do público-alvo nas áreas de saúde e educação. Merecem ainda destaque o fato de o Programa, visando contribuir para a autonomia feminina, realizar o pagamento preferencialmente a mulheres; bem como o referente à autonomia de bolsista, uma vez que os recursos recebidos podem ser utilizados de acordo com as necessidades, sem qualquer constrangimento legal. Aqui cabe problematizar e esclarecer as razões da opção pelo termo “bolsista” em detrimento do termo “beneficiária”. Ao analisar técnicas de governo na América Latina, Lautier (2014) afirma que, em meados da primeira década do século XXI, as críticas às políticas ultrafocalizadas conduziram a uma mudança de “tática de governo dos pobres”, fazendo com que, no encaminhamento de políticas públicas, a “luta contra a pobreza” fosse substituída pela “luta contra a vulnerabilidade”. Para esse autor, adotar o termo vulnerabilidade implica em uma mudança de registro, em que “passa-se da compaixão vitimizadora (o pobre que recebe ajuda) à atenção paternal (o vulnerável que é ajudado a se ajudar e que é protegido enquanto continua frágil)” (LAUTIER, 2014, p. 168). Esse é o contexto do emprego do termo “beneficiário”, uma categoria brasileira utilizada pelo Estado e pesquisadores, com uma carga normativa com implicações morais, de benefício concedido pelo Estado como uma dádiva e gratificação. Já Walquíria Rêgo e Alessandro Pinzani (2014), no prefácio à segunda edição do livro “Vozes do Bolsa Família: autonomia dinheiro e cidadania”, propõem a substituição do termo “beneficiária” por “bolsista” em função da carga simbólica negativa que o primeiro termo carrega. Segundo os autores, qualquer pessoa que receba uma bolsa (de estudo, pesquisa, estágio) é denominada “bolsista” e não “beneficiária”, tendo em vista que a bolsa remunera uma atividade e não representa uma dádiva. Dessa forma, optamos por utilizar os termos “bolsista” ou “participante” em referência às famílias integradas ao Programa Bolsa Família.

Vale ainda explicitar que optamos por utilizar o termo “bolsista” no feminino tendo em vista que são majoritariamente mulheres as titulares do cartão do Programa Bolsa Família e as que administram o dinheiro oriundo do Programa. Debora Diniz (2012), em seu livro “Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa”, diz que, por coerência textual à sua existência, escreve o livro no feminino, argumentando que, ao referir-se a “orientandas”, “professoras” e “autoras”, não significa que a carta não tenha também destinatários homens ou que os autores não sejam referências confiáveis. Pelo contrário, “exatamente porque o lugar dos homens está tão bem assegurado na pesquisa acadêmica é que arrisquei a transgressão de escrever esta carta no feminino universal”, pondera Diniz (2012, p. 10).

Entendemos que, assim como na academia, também no cotidiano dessas famílias rurais assentadas o lugar dos homens está bem assegurado, seja pela titularidade da propriedade ou pelo acesso a programas de crédito, sempre em seu nome, bem como na participação em espaços de reuniões e cursos de formação. Dessa forma, também por coerência textual e de nossa existência, optamos pela(s) bolsista(s).

Como antes mencionado, as bolsistas do Programa são famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Para cada município, é estabelecida uma estimativa de número de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza⁹. A partir da inscrição no CadÚnico, são consideradas prioritárias famílias cujos membros sejam quilombolas, indígenas ou exerçam atividade como catadores de material reciclável, famílias com situação de trabalho infantil ou com membros libertos de situação análoga a trabalho escravo (MDS, 2015).

O Programa estabelece condicionalidades relacionadas à saúde e à educação que devem ser atendidas pelas famílias bolsistas. São compromissos o acompanhamento do calendário de vacinas, crescimento e desenvolvimento de crianças menores de sete anos, o pré-natal para gestantes e o acompanhamento de nutrizas. Do mesmo modo, são condicionalidades a matrícula e a frequência escolar mensal mínima de 85% para crianças e adolescentes entre seis e 15 anos, e a matrícula e a frequência escolar mensal mínima de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos que usufruam da Variável Jovem. As modalidades e os valores variam de acordo com a composição – número de pessoas, faixa etária, presença de gestantes – e a renda da família (Quadro 1).

Quadro 1 – Modalidade e valor unitário do Bolsa Família

Modalidade	Valor Unitário
Bolsa básica	R\$ 89,00
Variável vinculada a criança ou adolescente de 0 a 15 anos	R\$ 41,00 (até 5 por família)
Variável vinculada a gestante	R\$ 41,00 (até 5 por família)
Variável vinculada a nutriz	R\$ 41,00 (até 5 por família)
Variável vinculada a adolescente	R\$ 48,00 (até dois por família)
Variável para superação de extrema pobreza	Valor calculado individualmente para cada família

Fonte: MDSA (2019), adaptado pela autora.

⁹ Essa estimativa é calculada a partir de base de dados obtidos pelo Censo Demográfico e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em quinze anos de vigência do Programa, são muitos os estudos produzidos, como o de Tereza Campello e Marcelo Neri (2013), organizadores do livro “Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania”, no qual reuniram 29 artigos que analisam o Programa em diversas áreas (educação, saúde, assistência social, gênero); e o de Walquíria Rêgo e Alessandro Pinzani (2014), autores do livro “Vozes do Bolsa Família: autonomia dinheiro e cidadania”, resultado de incursão de pesquisa de cinco anos, durante os quais entrevistaram mulheres participantes do Programa em áreas rurais e periferias de grandes cidades, nos estados de Alagoas, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Minas Gerais; além de diversos artigos, dissertações e teses que evidenciam avanços relacionados à saúde, educação e autonomia da mulher. Tais estudos apontam melhorias na área da saúde, como a quase totalidade de crianças incluídas no Programa com a vacinação em dia e estado nutricional avaliado¹⁰, assim como gestantes com pré-natal em dia e estado nutricional avaliado. Na área da educação, os estudos apontam avanços na redução do número de crianças e jovens que não frequentam a escola.

No que se refere ao universo pesquisado, dados do primeiro semestre de 2019 demonstram que, tanto na esfera estadual quanto municipal, os índices de atendimento ao público do Programa na área da educação e saúde foram cumpridos, apenas a Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (TAAS) do estado do Rio Grande do Sul ficando abaixo da média nacional. No estado do Rio Grande do Sul a média de atendimento na área da educação ultrapassou a nacional, sendo que do total de 363.834 crianças e adolescentes bolsistas 349.714 foram acompanhados, com Taxa de Acompanhamento de Frequência escolar (TAFE) de 96,12%, enquanto a TAFE nacional foi de 93,81%. Já na área da saúde, do total de 285.101 bolsistas, 192.202 foram acompanhados, atingindo 67,42% da Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (TAAS), enquanto a TAAS nacional foi de 77,15% (MDSA, 2019).

Em âmbito municipal, as condicionalidades na área da educação e saúde ultrapassaram a média nacional estabelecida. No município de Canguçu, de um total de 2.594 crianças e

¹⁰ No cenário atual, dados apontam para um aumento nos índices de desnutrição e mortalidade infantil. Em entrevista, pesquisadora do IPEA afirma que, pela ineficiência da política pública, o índice de desnutrição infantil voltou a crescer na faixa de 1 a 5 anos e que também aumentou a taxa de mortalidade infantil. Dados do Ministério da Saúde mostram que, pela primeira vez desde 1990, a taxa de mortalidade infantil subiu no Brasil: foram 14 mortes a cada mil nascidos vivos em 2016, um aumento de 4,8% em relação a 2015. Dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, reunidos pela Fundação Abrinq, revelam que, de 2016 para 2017, o percentual de crianças menores de 5 anos desnutridas aumentou de 12,6% para 13,1% (PUBLICA, 2019).

adolescentes bolsistas, foram acompanhadas 2.579, com TAFE de 99,42%, enquanto a TAFE nacional foi de 93,81%. Na área da saúde, de 2.304 bolsistas, 2.082 foram acompanhadas, com a TAAS de 90,36%, enquanto a TAAS nacional foi de 77,15% (MDSA, 2019).

Os estudos também demonstram fortalecimento da autonomia das mulheres, uma vez que são majoritariamente mulheres as titulares do cartão do Programa e administradoras do dinheiro. Em estudo sobre autonomia, dinheiro e cidadania no PBF, Walquíria Rêgo e Alessandro Pinzani (2014, p. 203) referem-se a “pequenas fendas abertas” para a autonomia das mulheres, em que “o espectro de escolhas, inclusive morais, começou a se abrir”. Evidenciou-se que o direito de escolha é exercido desde os aspectos mais amplos de suas vidas até a possibilidade de eleger entre a compra de um alimento específico, um item de vestuário ou um produto para o cabelo, podendo isso configurar-se como via de passagem a uma maior liberdade pessoal.

Rêgo e Pinzani (2014) destacam que o fato de serem as titulares dos cartões e decidirem o destino do dinheiro não retirou essas mulheres da condição de pobreza, mas que a existência de maior segurança na garantia da alimentação da família teve impacto não apenas material, mas também psicológico. E esse processo se dá em dois níveis:

Em um primeiro, as pessoas não precisam mais passar seu tempo pensando exclusivamente em procurar comida suficiente e podem dedicar-se a atividades (inclusive econômicas) diversificadas. Essa é uma forma de autonomização, de libertação da necessidade mais básica e imediata, a saber, da necessidade de alimentar-se. Em segundo nível, ganham mais autonomia ao se tornarem responsáveis pela maneira como o dinheiro da bolsa é usado (RÊGO; PINZANI, 2014, p. 205-206).

Ainda no que se refere à autonomia das mulheres a partir do Programa, os autores destacam seu acesso ao crédito (lojas, supermercados, etc.) e também a possibilidade, diante de uma renda fixa, de libertar-se de relações opressoras, como relações conjugais violentas. Um estudo realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) analisou dados dos 5.507 municípios brasileiros, entre 2004 e 2012, e identificou que as taxas de assassinatos e de pessoas internadas por atos violentos reduziram nos lugares com maior e mais prolongada cobertura do Programa Bolsa Família. Em municípios cuja cobertura chegava a 70% ou mais das pessoas, a redução foi, em média, de 17% em um ano e, após quatro anos, os assassinatos caíram 24%. Esse processo pode também ser observado a partir do número de hospitalizações por agressão nesses municípios, que, em um ano, tiveram redução média de 8% e, após quatro anos, 25% (MENDONÇA, 2019). Contudo, em entrevista recente, Walquíria Rêgo

apontou que, no cenário atual, a autonomia que as mulheres alcançaram com o PBF está ameaçada, tendo em vista o aprofundamento nos cortes. Essa situação não só deverá reduzir a autonomia das bolsistas, mas comprometerá a vida de mulheres e crianças, principalmente em contextos em que as mulheres não dispõem de outros recursos. Como bem coloca Rêgo, a ausência de políticas públicas eficientes para a população agrava o quadro de fome, desnutrição e mortalidade infantil (ALVES e ELEUTÉRIO, 2019). Ao analisar o número de famílias bolsistas para o estado do Rio Grande do Sul e para o município de Canguçu, observa-se significativa redução de famílias bolsistas nos últimos anos (ANEXO 1). No Rio Grande do Sul, em 2004 eram 290.660 famílias, chegando a 463.519 famílias em 2012 e caindo para 367.805 famílias em 2018. Já no município de Canguçu, em 2004 eram 2.620 famílias bolsistas, atingindo 3.978 famílias em 2013 e caindo para 3.216 famílias em 2018. Assim, para o Rio Grande do Sul, tomando o ano de 2012 como referência (ano em que mais famílias estiveram incluídas no Programa), tem-se em 2018 uma redução de 20,65% de famílias. Já para o município de Canguçu, ao comparar o ano de 2018 em relação ao ano de 2013 (em que houve número recorde de famílias bolsistas), tem-se uma redução de 19,15% de famílias.

É nesse contexto de avanços e retrocessos das políticas públicas que propomos estudar o Programa Bolsa Família. Marins (2017) pondera que os debates públicos e acadêmicos sobre o Programa têm consistido em avaliar sua eficácia no que se refere à focalização na população considerada pobre, ao cumprimento das condicionalidades relativas à frequência escolar das crianças, ao acesso à saúde e à segurança alimentar. Em sua maioria, os estudos até aqui produzidos estão focados em avaliar os impactos do PBF sobre as bolsistas, ou seja, objetivam “medir o grau de aproximação ou de distanciamento dos resultados obtidos em face das metas estabelecidas pelo próprio programa” (MARINS, 2017, p. 21). No âmbito dos estudos relacionados ao Programa Bolsa Família, tanto quantitativos como qualitativos, pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas vêm se debruçando sobre o tema e, mais recentemente, estudos de cunho antropológico e/ou sociológico têm sido desenvolvidos, procurando abordar outras dimensões pertinentes à reflexão sobre políticas sociais. É nesse quadro, de reflexão sobre outras dimensões da política, que pretendemos analisar o Programa Bolsa Família, ou melhor, apreender como esse Programa “chega” ao cotidiano de mulheres rurais assentadas, em especial no campo do consumo e atentando às relações estabelecidas com agentes do Estado que executam o Programa em âmbito municipal.

1.2 JUSTIFICATIVA

O tema de pesquisa aqui proposto resulta de trajetória de pesquisa que teve início na graduação em Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade Federal de Pelotas, em que a aproximação com a Geografia Agrária e, mais tarde, com a Antropologia Rural possibilitou adentrar academicamente o mundo rural, ou melhor, temas do mundo rural. Já no mestrado, realizado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e a partir de inserções de pesquisa anteriores no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, Consumo e Cultura (GEPAC), coordenado pela professora Renata Menasche, optei por trabalhar com o tema da alimentação e cultura em assentamentos de reforma agrária, mais especificamente com transformações no fazer agricultura e em hábitos alimentares de famílias rurais do assentamento União, no município de Canguçu, Rio Grande do Sul (MACHADO, 2014).

No decorrer da pesquisa de mestrado, questões associadas ao Programa Bolsa Família despertaram interesse, a partir de relatos de mulheres assentadas que se referiam aos recursos do Programa como sendo o primeiro dinheiro administrado por elas, ou seja, o dinheiro sobre o qual não precisavam *dar satisfação ao marido*. Também contavam sobre os diferentes usos desse dinheiro, desde a compra de alimentos e roupas – principalmente para os filhos –, melhorias na casa, até a realização de alguma viagem para visitar filhos em outro município ou conhecer a praia. Nesses relatos, era possível perceber certo desconforto em assumir-se como “beneficiária” de programa social.

No segundo semestre de 2016, realizei visita a uma das mulheres que participara da pesquisa de mestrado. Na ocasião, acompanhava-me uma professora argentina que, em visita à região, desejava conhecer um assentamento de reforma agrária. Durante a preparação do almoço, ao relatar o cotidiano e formas de organização do assentamento, a anfitriã, que à época era bolsista do PBF, contou haver um número significativo de famílias assentadas que participam do Programa, porém não mencionou ser ela mesma bolsista, afirmando considerar errado haver bolsistas no meio rural, na medida em que o Programa deveria ser destinado somente a pessoas que moram em *favelas*, que são pobres e não podem produzir seu alimento. Compreendi que a revelação de sua participação no Programa era tratada como informação restrita, não sendo dada a conhecer a visitas e pessoas sem uma relação mais próxima a ela. Talvez tal omissão pudesse ser relacionada a moralidades que carregam o Bolsa Família e suas bolsistas, comumente tomadas por pessoas que não trabalham. A conversa com a

agricultora assentada fez lembrar de duas reportagens sobre o Programa, publicadas em *blogs* de notícias de Canguçu. As reportagens tinham como títulos: “[nome de deputado estadual] chama beneficiários do Bolsa Família de vadios e preguiçosos” e “A maioria dos assentados nunca plantou um pé de couve”.

As postagens referiam-se à entrevista concedida a uma rádio local por um deputado estadual atuante no município de Canguçu, que então declarara que agricultores assentados não sabem produzir e “vivem de Bolsa Família”. O político se valia, assim, do fato de agricultores assentados serem beneficiários do PBF como argumento para desqualificá-los. Na entrevista, o deputado afirmava que “80% dos assentados da reforma agrária não sabem plantar um pé de feijão” e que vivem “às custas do Bolsa Família”. O conteúdo de tais postagens remete claramente a julgamento moral e a estigmatização de sujeitos do campo por estarem vinculados a políticas públicas específicas: Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA)¹¹ e Programa Bolsa Família. É a partir de valoração negativa que agricultores assentados são tomados como não trabalhadores e classificados como dependentes do Programa Bolsa Família.

Outro momento importante na delimitação do recorte de análise desta pesquisa se deu a partir de observação realizada junto à Secretaria Municipal de Assistência Social de Canguçu. Encontrava-me sentada na recepção da Secretaria, aguardando para conversar com a assistente social, assim como estavam outras pessoas – em sua maioria em busca de informações sobre a suspensão do pagamento do Bolsa Família –, também esperando pela gestora. Em pé, ao lado da porta da sala da assistente social, estava um homem, branco, aparentando cerca de 40 anos de idade, vestindo calça *jeans*, camiseta, chinelo e boné. Ele já estava ali quando cheguei e notei que, após ao menos 20 minutos de espera, ainda que houvesse cadeiras vagas, ele não se sentou. A assistente social saiu de sua sala e disse que já havia atualizado o documento dele, quando se deslocou até o final do corredor e retornou com uma cesta de alimentos, um saco transparente em que se podia visualizar alimentos como arroz, feijão, farinha de milho, óleo e suco em garrafa. A gestora entregou a cesta ao homem, recomendando que ele não voltasse a se atrasar em buscá-la, ao que ele explicou que o atraso se deu porque reside *para fora*. No episódio presenciado, o que chamou minha atenção foi o desconforto do homem ao receber a cesta. Ele olhava para o chão, falando baixo, causando

¹¹ Segundo documento, a II PNRA, de 2003, visa garantir o acesso à terra, com a implementação de assentamentos. Do mesmo modo, prevê ações para orientação de projetos produtivos e de comercialização, assistência técnica, geração de renda e acesso a demais direitos fundamentais, como Saúde e Educação, Energia e Saneamento. Para mais informações a respeito desse programa, ver: sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf.

em mim a sensação de que o que ele queria era sair dali o mais rapidamente possível. E saiu, carregando a cesta, um saco transparente com os alimentos visíveis.

A partir do ocorrido, fiquei pensando em como talvez fosse desconfortável para ele e para tantas outras pessoas circular com uma cesta como aquela pela cidade, seja indo até a rodoviária seja fazendo qualquer outro trajeto: quem olhasse saberia que aquela era a *cesta básica do governo*, como denominada por outras pessoas a quem observei fazer sua retirada na Secretaria. O fato de o homem ter ficado em pé durante o tempo de espera, o olhar voltado para o chão e a fala tímida foram interpretados por mim como expressões de que a situação era ao menos desconfortável. Sobre sua declaração de morar no meio rural, coloquei-me a pensar: qual o significado para este homem de receber *cesta do governo*? E, de forma mais geral, qual o significado de ser *beneficiário* de uma política ou programa dirigido aos que são categorizados como em situação de pobreza ou extrema pobreza? Ainda, como as famílias rurais se percebem em tal condição, tendo presente o discurso de que os agricultores são quem produz para alimentar a população brasileira?

As cenas descritas anteriormente trouxeram à memória uma família de pequenos agricultores que residia na zona rural do município gaúcho de Encruzilhada do Sul e que, em 1994, vendeu a propriedade rural de apenas quatro hectares e passou a habitar a periferia da sede daquele município. Pode-se dizer que essa família vivenciou o êxodo rural causado pela modernização da agricultura, promovida pela política agrícola hegemônica no período.

Na periferia da cidade, o pai ocupou-se com o que havia aprendido com seu pai, trabalho manual em couro (correeiro), visando à comercialização de seu produto em lojas de produtos agropecuários e junto a clientes que conheciam seu trabalho. A mãe passou a trabalhar como diarista, realizando limpeza em residências, enquanto as duas filhas, ainda crianças, ocupavam-se com os estudos e, aos poucos, iam adaptando-se ao cotidiano da escola urbana, assim como da *vila*, onde agora era sua morada. Com o passar dos meses, o pai percebeu que o trabalho em couro, demorado e com preço inferior ao valor do trabalho despendido para a elaboração de cada peça, não seria suficiente para manter as despesas básicas da família, mesmo com a mãe trabalhando como diarista. Foi assim que o pai retornou ao trabalho rural, agora na condição de diarista, desenvolvendo, em fazendas, atividades como plantio de acácia e instalação de alambrados, ao tempo que a mãe permanecia na cidade com as duas filhas.

Enquanto viveram na propriedade rural, tiveram uma produção diversificada, voltada ao autoconsumo; agora, no entanto, todo o consumido (alimentação, gás, energia elétrica,

água) dependia de aquisição através de dinheiro, de maneira que a opção foi recorrer à Secretaria de Assistência Social do município, que tinha como secretária a primeira-dama. Depois de inúmeras idas e vindas à Secretaria, a mãe passou a receber mensalmente uma cesta de alimentos, composta por produtos como feijão, arroz, massa, café solúvel, açúcar, óleo, entre outros. A família sentiu dificuldade em adaptar-se àquele feijão, que não cozinhava tão bem e era *amarelo* (até então comiam feijão-preto), e ao uso do óleo no lugar da banha de porco. Mas o mais marcante, em especial para a filha mais velha, então com seus dez anos, era a sensação de vergonha de ir até a Secretaria, no centro da cidade, buscar aquela sacola de alimentos: era como se estivesse pedindo comida. Acredito que o que causava na menina a sensação de *pedinte* era a condição de quem antes dispusera de uma variedade de alimentos (frutas, verduras, feijão – e preto –, milho, leite e derivados, carne, ovos, água sem cloro) e passara a receber uma alimentação que podia ser considerada restrita e não correspondente a sua memória alimentar. Uma alimentação que, além de não ser produzida por sua família, *era ganha do governo*.

Na escola, a menina e sua irmã não dispunham de material escolar suficiente para seus estudos, razão pela qual recebiam material escolar básico disponibilizado pelo governo. Além de não ser o material desejado, pois eram cadernos e mochilas padronizados, com cores neutras e, distintamente daqueles que possuíam seus colegas, sem os personagens do desenho da época, esses objetos eram, principalmente, identificados como material *ganho do governo*. Ao se deslocarem de casa para a escola e vice-versa, e até mesmo na sala de aula, as meninas, juntamente com parcela dos estudantes daquela escola, eram identificadas como assistidas pelo governo, tendo em vista que aquele material era *dado pela diretora*.

Pouco mais de um ano após a mudança para a cidade, nasceu o menino, o caçula da família. O pai continuava trabalhando em fazendas e a mãe como diarista. Decorrido o período de amamentação, a mãe passou a receber o vale-leite, a partir de um programa que fornecia leite para crianças até determinada idade. A mãe ia, então, até a Secretaria no início do mês e retirava os vales para todo o mês (30 vales). Às meninas cabia ir ao mercadinho da vila, um dos estabelecimentos conveniados com a prefeitura, para retirar o leite, tarefa que uma *empurrava* para a outra, pois não gostavam de realizá-la. Talvez esse *não gostar* pudesse ser atribuído ao fato de tratar-se de *leite do governo*.

As meninas tampouco gostavam de ir com a mãe à Secretaria, fosse para retirar a cesta de alimentos ou as roupas e os calçados que ali estavam disponíveis para doação. A entrega da cesta de alimentos era realizada por ordem de chegada, conformando-se sempre uma grande

fila. A mãe deslocava-se para a fila com uma das filhas ainda de madrugada, enquanto a outra ficava em casa tomando conta do irmão pequeno. A filha mais velha, quando acompanhava a mãe, ia sempre contrariada, pois temia que algum colega ou conhecido a visse na fila da *cesta da Conab*, como era conhecida.

Esta narrativa conta a história de minha família, sendo a filha mais velha a autora desta tese. A intenção foi evidenciar percepções vivenciadas enquanto usuária de políticas sociais, que informam a escolha e o olhar voltado ao desafio de analisar os significados da política de Estado para mulheres rurais assentadas, tendo como recorte empírico o Programa Bolsa Família. Ainda, tenciona-se apontar que o interesse pelo tema de pesquisa e questões aqui levantadas emergem não apenas da reflexão acadêmica, mas também da trajetória pessoal. Cabe enfatizar que este exercício não pretende, em absoluto, desqualificar as políticas sociais acessadas por minha família e por significativa parcela da sociedade, mas trazer à tona subjetividades que emergem em tais contextos.

Essas foram as trajetórias e as inquietações que confluíram para a presente proposta de pesquisa, que pretende analisar significados da política de Estado para mulheres rurais participantes de políticas ou programas sociais, mais especificamente buscando construir esta reflexão a partir de olhares de mulheres assentadas participantes do Programa Bolsa Família. Há estudos que apontam para a eficiência do Programa e para resultados significativos em termos de avanços nas áreas da saúde e educação, mas, ao propor apreender significados do Programa na vida de mulheres bolsistas do PBF, tem-se a possibilidade de buscar o olhar dessas mulheres sobre a política social, buscando evidenciar outras dimensões da política, espera-se, vir a contribuir para seu aperfeiçoamento. No que se refere aos estudos no campo do desenvolvimento rural, não são muitos os que buscam pensá-lo a partir de políticas sociais e ainda menos os que se dedicam a fazê-lo a partir de seus significados para os que delas participam¹².

Assim é que a presente pesquisa se inscreve na perspectiva discutida por Kageyama (2008), para quem o desenvolvimento rural deve ser compreendido como um processo que abrange múltiplas dimensões: econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental. De acordo com a autora, entre as diversas interpretações referentes ao desenvolvimento rural, a

¹² Nessa perspectiva, no âmbito dos estudos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, vale mencionar a tese de Carolina Castilho e Silva (2014) em torno do tema do Programa Bolsa Família e Desenvolvimento Rural. Em sua pesquisa, a autora buscou compreender em que medida o Programa contribui para uma visão de desenvolvimento rural, analisando as relações existentes entre o PBF e as políticas de inclusão produtiva, tendo como recorte empírico o COREDE Alto da Serra do Botucaraí e do município de Barros Cassal.

ideia central consiste em “combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar), o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e o ambiental e que uma de suas trajetórias principais reside na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade)” (KAGEYAMA, 2008, p. 71).

Ainda, cabe explicitar que a discussão aqui desenvolvida não pretende desqualificar o Programa Bolsa Família, responsável, como já mencionado, por importantes avanços nos campos da saúde, educação e autonomia. Trata-se, sim, de um exercício de análise do discurso e das ações do Estado quando este volta o olhar para os “desprovidos”, como é vista e pensada esta parcela da população pelo Estado. Igualmente, ao propor analisar famílias assentadas participantes do Programa enquanto às margens do Estado, o propósito não é fortalecer estigmas historicamente constituídos, mas problematizar o que, aos olhos do Estado, são suas margens e, também, apreender como essas reformulam o Estado.

Da mesma forma, vale esclarecer que a análise referente às práticas e aos discursos de agentes do Estado configura-se numa análise do Estado, das políticas de Estado, e não da agente ou estagiária observada nesta pesquisa. Ou seja, não estamos analisando a agente x ou y, mas a política, como ela orienta, como ela produz margens, como chega e produz sentidos e sentimentos na vida das pessoas. E nesse contexto me percebo enquanto Estado, tendo em vista que estamos falando de uma pesquisa subsidiada por política de Estado e com resultados formulados para prestar contas ao Estado, entendo que assim como as agentes envolvidas no PBF, a pesquisadora, bem como a universidade a que está vinculada, é Estado.

Ao construir o projeto de pesquisa para ingresso no doutorado, em 2015, o pano de fundo da proposta era compreender a política social, em específico o Programa Bolsa Família, no cotidiano de mulheres rurais assentadas. Isso no intuito de analisar como a política toca a vida dessas mulheres e, assim, contribuir com o debate acadêmico e elencar fatores que pudessem contribuir para o andamento e avanços do Programa e das políticas sociais. Contudo, no decorrer da pesquisa, já em 2016, vivemos, no Brasil, o golpe político-institucional que acarretou na redução de famílias incluídas no Programa. Esse processo tem se agravado a partir da posse do atual presidente, Jair Bolsonaro, pois, além da redução de famílias bolsistas, agora paira também a incerteza sobre a continuidade do PBF. Nesse cenário, compreendemos a importância deste estudo para dar visibilidade ao Programa no referente às possibilidades de estratégias de consumo pelas bolsistas, assim como para submetê-lo à reflexão em relação às moralidades de agentes do estado em relação às bolsistas.

Dessa forma, enfatizamos que este estudo se propõe a contribuir no debate acadêmico para o fortalecimento de políticas públicas, em específico atentando para o meio rural.

1.3 OBJETIVOS

No campo de estudos que se dedica à análise das políticas sociais e na perspectiva dos estudos do consumo e das moralidades do Estado, a presente pesquisa se delinea a partir dos seguintes objetivos:

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar como mulheres rurais assentadas da Reforma Agrária se relacionam com agentes e instituições que operam o Programa Bolsa Família e como manejam os benefícios advindos do Programa, de modo a apreender como a política de Estado age no cotidiano dessas pessoas.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) dar visibilidade a histórias de vida de bolsistas do Programa Bolsa Família;
- b) analisar percepções e definições de pobreza pelo Estado e bolsistas do Programa;
- c) compreender burocracias do Estado a partir dos documentos do CadÚnico;
- d) analisar classificações empreendidas por agentes do Estado (assistentes sociais, nutricionistas, professores) em relação ao PBF e suas bolsistas;
- e) apreender escolhas e estratégias de consumo de bolsistas do Programa.

1.4 METODOLOGIA

Se contei a vocês esses detalhes sobre o asteroide B612 e lhes confiei seu número, é por causa das pessoas adultas. Pessoas adultas gostam de cifras. Quando você fala de um amigo novo, nunca perguntam sobre o essencial. Nunca dizem: “qual é o som da voz dele? Quais brincadeiras ele prefere? Ele coleciona borboletas?”. Mas perguntam: “que idade ele tem? Quantos irmãos tem? Quanto ele pesa? Quanto ganha o pai dele?”. Só assim pensam conhecê-lo. Se você disser para as pessoas adultas: “eu vi uma bela casa de tijolos rosados, com gerânios nas janelas e pombas no telhado...”, elas não conseguem imaginar essa casa. É preciso dizer-lhes: “vi uma casa de 100 mil francos”. Então exclamam: “ah, que beleza”. (ANTOINE DE SAINT-EXUPÉRY, 2015, p. 22).

Inspirada em Antoine de Saint-Exupéry (2015), me pego refletindo sobre verdades absolutas e academia, e seu gosto por cifras (tal qual os adultos de que fala o autor), pois os dados quantitativos parecem prevalecer, garantindo “verdades”. Ao pensar a respeito dos estudos sobre política pública, temos que grande parte concentra-se na eficiência desta, na mensuração do público-alvo atingido e nos resultados alcançados (as cifras). Pode-se dizer que poucas pesquisas atentam para como a política toca a vida das pessoas, como essas “beneficiárias” se percebem, sentem e vivem a política de Estado. É nesse quadro que propomos eleger a etnografia como método de pesquisa. Não para desconsiderar as cifras, mas, privilegiando a observação participante, possibilitar olhar para a casa de tijolos rosados com gerânios nas janelas e pombas no telhado, ou seja, atentar para o cotidiano e seus significados e sentidos para os sujeitos da pesquisa.

1.4.1 O fazer da pesquisa

A proposta de pesquisa visa analisar como mulheres rurais assentadas se relacionam com agentes e instituições que operam o Programa Bolsa Família e como manejam os benefícios advindos do Programa de modo a apreender como a política de Estado age no cotidiano dessas pessoas, isso em uma perspectiva multidisciplinar, que contempla abordagens teóricas e metodológicas da Antropologia, Sociologia e Geografia. No que se refere aos aspectos metodológicos, o diálogo e a inspiração relacionam-se de forma mais intensa com a Antropologia, área do conhecimento que tradicionalmente identifica-se com métodos de pesquisa ditos qualitativos, em que a observação participante, a entrevista aberta, o contato direto e pessoal com o universo investigado constituem marca (VELHO, 1987).

Cardoso de Oliveira (2006) afirma que o trabalho do antropólogo consiste em olhar, ouvir e escrever. Neste exercício, a primeira experiência do pesquisador a campo está na domesticação teórica do olhar, pois o objeto a ser pesquisado é previamente alterado pelo modo como é visualizado pelo pesquisador, “seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 19). A teoria social previamente estrutura nosso olhar e sofisticada nossa capacidade de observação, daí a necessidade permanente de o pesquisador exercitar o olhar para não “encaixar” o que vê a campo em suas teorias preestabelecidas. Neste exercício de investigação, o ouvir e o olhar se complementam e

servem como duas muletas para que o pesquisador caminhe, ainda que com tropeços, na estrada do conhecimento (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006).

Nosso olhar e ouvir devem estar atentos, também, às diferenças entre o mundo do pesquisador e o mundo do sujeito da pesquisa, sendo no confronto entre esses dois mundos que ocorrem as entrevistas. Na perspectiva de transformar o “confronto” em um “encontro etnográfico”, a habilidade do pesquisador em ouvir e ser ouvido é crucial. Na construção desse encontro etnográfico, o autor destaca o papel da observação participante, a qual “o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável de modo que não impeça a necessária observação” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 24).

Para esse autor a segunda etapa é o escrever, que consiste no exercício de articular o trabalho de campo e a teoria, trazer os fatos vistos e ouvidos para o plano do discurso. Neste processo de ouvir, olhar e escrever, a observação participante constitui-se como o ofício do antropólogo. Como menciona Brandão (2007, p. 20), a observação participante possibilita conviver, envolver-se e participar, é o “conviver mais livre, mais pessoal, com a situação que implica um envolvimento pessoal e implica um participar de momentos”.

Outro aspecto a destacar na construção e definição do percurso metodológico está no que Velho (1987, p. 45) define como exercício necessário de estranhar o familiar. Isso se torna possível quando “somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos e situações”. Estudar o que está próximo, o familiar, é objeto relevante de investigação para percebermos, não apenas as grandes transformações históricas, mas os resultados acumulados das interações cotidianas (VELHO, 1987).

É nesta perspectiva e tomando em conta que a opção pelo método etnográfico não exige o pesquisador de promover “confrontos” ao invés de “encontros” entre os dois mundos e, ainda, tendo em vista que a relação estabelecida em campo, entre pesquisador e interlocutor, é uma relação de poder (CALDEIRA, 1981)¹³, que proponho construir a trajetória de investigação empírica.

Akil Gupta (2012) relata que, no decorrer do trabalho de campo junto a agricultores na Índia, muitos destes mostraram-se desconfiados em relação ao seu desejo de registrar o que estavam produzindo em suas lavouras. O autor conta que, com o passar dos dias, entendeu

¹³ Para essa autora, “o passo inicial para os cientistas sociais talvez deva ser denunciar a sua própria prática e tomá-la como realmente é, ou seja, uma relação de poder e uma relação que não é neutra” (CALDEIRA, 1981, p. 335).

que os agricultores estavam com receio de, ao fornecer informações detalhadas sobre sua produção, correr risco de aumentar a tributação sobre seus produtos. Gupta conta que, inicialmente, não havia atentado para como os agricultores o situavam na relação pesquisador/interlocutor, isso não estava entre suas inquietações. Supunha que, ao informar, quando adentrara o campo de pesquisa, não ser um oficial do Estado, não haveria qualquer razão para que sua pesquisa fosse relacionada a projetos de dominação do Estado. No entanto, logo compreendeu que, para seus interlocutores, estava dado o vínculo íntimo entre poder estatal e conhecimento. Entendo que, assim como ocorrido com alguns dos agricultores interlocutores de Gupta, para uma parcela das bolsistas fui vista como alguém que, por meio das informações “coletadas”, teria poder de influenciar na inclusão, desligamento e até mesmo no aumento do valor recebido do PBF. Ou seja, a pesquisadora, estudante da universidade, foi percebida como tendo poder para influenciar na dinâmica local a partir do “uso” das informações “coletadas” e fornecidas ao Estado. Acredito que tal percepção possa ter relação com o fato de a maioria das bolsistas optarem por não manter seus nomes na pesquisa, processo que entendo estar relacionado à sua compreensão sobre a relação de poder ali estabelecida: Estado *versus* “beneficiárias”.

Ao longo da pesquisa fui observando que, ao relatar estratégias de consumo a partir do dinheiro do Programa ou fatos ocorridos junto a gestores do Programa, parcela significativa das bolsistas manifestava certo desconforto por ter contado determinado fato. De imediato ressaltava que as histórias ali relatadas iriam para o papel mediante sua autorização e explicava a possibilidade de ser mantido o anonimato na pesquisa, o que logo era considerado o mais sensato por elas. Foi assim que optamos pelo uso de nomes fictícios tanto para as gestoras do Programa como para as bolsistas e seus familiares. Ao discutir a implicação do uso ou não do anonimato em textos antropológicos, Fonseca (2008) afirma que o anonimato não necessariamente é sinal de respeito ou de atitude ética, pois nem sempre esse é o desejo da comunidade estudada. Do mesmo modo, trazer os nomes verídicos não pode ser artifício para provar a “veracidade” do texto. É no sentido do respeito pelas interlocutoras e no intuito de preservá-las de possíveis constrangimentos que optamos pelo anonimato. Ainda no contexto das bolsistas que compuseram a pesquisa, pela acolhida em suas moradas, pelo convívio intenso e pelas suas histórias de vida, sentimos a necessidade de tê-las presentes neste texto para além de suas falas. Como estas optaram pelo anonimato, pensamos que uma forma de trazê-las para o texto, em específico no Capítulo 2, seria pelo desenho. Assim, a

partir de fotos e histórias relatadas, a artista Vânia Pierozan¹⁴ uniu em cada desenho traços de várias bolsistas, de forma a contemplar a heterogeneidade das mulheres assentadas rurais que compõem este texto.

Ainda no que se refere aos procedimentos de escrita do texto, cabe mencionar que, ao longo do trabalho, são empregadas aspas para remeter a conceitos trazidos da bibliografia consultada ou para destacar termos, grafando-se em itálico expressões de interlocutores da pesquisa. Por último, ressalta-se que, no decorrer deste trabalho, não se adotou um único padrão na redação do texto. Em alguns momentos é empregada a primeira pessoa do singular e, em outros, a primeira pessoa do plural. Tal fato decorre do processo de construção do texto, resultado de experiências da autora e/ou do diálogo entre a autora e a professora orientadora, uma vez que muitas das reflexões aqui desenvolvidas foram construídas em conjunto.

1.4.2 O percurso metodológico

De forma a contemplar os objetivos, geral e específicos, foi pensado e realizado um percurso de pesquisa que abarca diversos atores envolvidos no Programa em âmbito municipal.

Num primeiro momento, foi realizada inserção junto à Secretaria de Assistência Social, visando acompanhar o atendimento no setor do Cadastro Único para compreender os aspectos burocráticos do sistema e, principalmente, o tratamento e as orientações dadas ao público do CadÚnico, em sua maioria participantes do PBF. Com a tarefa de realizar os cadastros e sua atualização, no período de realização da pesquisa trabalhavam no referido setor duas estagiárias, uma cursando Serviço Social e outra Administração. Nesse espaço, foi realizada entrevista com a assistente social responsável pelo PBF e observação participante junto às estagiárias que realizam o atendimento ao público cadastrado no CadÚnico. Cabe mencionar que, nas primeiras incursões ao setor do CadÚnico, não houve identificação da pesquisadora ao público atendido. Desse modo, eu era vista como alguém que trabalhava ali e, assim, também a mim eram direcionadas respostas a perguntas feitas pelas estagiárias. Após alguns dias de observação, passei a dirigir-me ao público atendido, indagando sobre o destino do dinheiro do PBF. Foi realizado também o acompanhamento de um dia de visitas¹⁵ a

¹⁴ Vânia é formada em Design Gráfico pela Universidade Federal de Pelotas, com especialização em educação pela mesma universidade, e atua na área do design social.

¹⁵ A visita é realizada quando estagiárias e/ou assistentes sociais acreditam que no cadastro a pessoa esteja omitindo a renda ou outros aspectos que demandem a visita da assistente social *in loco* para averiguação da real situação da família.

domicílios de famílias rurais para observar a interação entre gestores e família na visita de avaliação. Nessa Secretaria, a inserção de pesquisa teve início em agosto de 2016, com idas esporádicas e permanência de um turno (manhã ou tarde) de observação no setor do CadÚnico, tendo perdurado até abril de 2017. Cabe mencionar que, no segundo semestre de 2016, ocorreram eleições municipais, sendo que em janeiro de 2017 novos gestores assumiram as pastas de secretariado e coordenações, o que demandou nova rodada de apresentação da proposta de pesquisa e requerimento de autorização para sua continuidade na sala do CadÚnico.

Na Secretaria de Educação, foi realizada, em março de 2017, entrevista com a responsável pelo PBF – o cargo é ocupado pela mesma pessoa desde 2004 –, para apreender aspectos operacionais do Programa referentes às condicionalidades na educação e sua visão sobre o Programa e alunos bolsistas. Ainda, na área da educação, no intuito de apreender algumas percepções de estudantes (bolsistas e não bolsistas) sobre o Programa, numa proposta preliminar de dinâmica de grupo, foi, em abril de 2017, realizada atividade junto a uma turma de alunos de uma escola técnica localizada na cidade de Canguçu, composta por alunos originários de famílias assentadas da reforma agrária, de agricultores familiares e quilombolas. Tendo em vista que o diálogo com outras escolas não fluiu e a redefinição de recorte de pesquisa de campo, sugerida pela banca de qualificação e analisada com a orientadora, optamos pela observação participante na Secretaria Municipal de Assistência Social, em específico na sala do CadÚnico, e junto a mulheres assentadas rurais bolsistas do Programa, deixando de dar seguimento à aproximação com estudantes.

E no mês de março de 2018 foi realizada entrevista com a nutricionista responsável pelo Programa na área da saúde, a partir de questões relacionadas às condicionalidades (pesagem, vacinação, pré-natal) e o controle no sistema – preenchimento de dados. A proposta inicial era realizar observação junto às agentes de saúde que, nos assentamentos, atendem as famílias pesquisadas, com objetivo de analisar suas percepções sobre o Programa e famílias bolsistas. Contudo, adiante da troca ocorrida dos agentes de saúde do município, além de dificuldades no estabelecimento de contatos, não foi realizada a incursão junto a agentes de saúde.

Da sala do CadÚnico, desloquei-me para a casa das bolsistas, mulheres assentadas rurais. Com vistas a compreender as estratégias e os significados do consumo empreendido a partir do dinheiro do PBF e, também, as percepções destas sobre o Programa e os agentes do Estado que o executam, passei, a partir de maio de 2017, a circular por reuniões de grupos de

agricultoras e agricultores vinculados à Cooperativa Bionatur e reuniões da EMATER, para conhecer mulheres bolsistas do PBF. Na maior parte dos assentamentos por onde circulei nesse primeiro momento, as mulheres já me conheciam, devido à pesquisa de mestrado (2012-2013), à colaboração – também no período do mestrado – em uma escola rural que atende a filhas e filhos de famílias assentadas, e, mais recentemente, pela colaboração na Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL), que atende a filhas e filhos de assentados da reforma agrária, quilombolas e agricultores familiares, sediada na cidade de Canguçu. Esse processo facilitou o diálogo e a compreensão da proposta de permanecer em suas casas por curtos períodos.

Assim, entre agosto de 2017 e abril de 2018, com intervalos de semanas¹⁶, circulei por três assentamentos de reforma agrária, mantendo-me nas moradas das bolsistas do PBF que vieram a compor a pesquisa. A estratégia de pesquisa, nesse período, consistiu na permanência de dois a cinco dias nas casas das interlocutoras, acompanhando seu cotidiano, desde as tarefas diárias, visitas a vizinhas, reuniões na escola dos filhos, reuniões da cooperativa, mutirão de trabalho na casa da vizinha; e na realização de visitas, de um ou dois turnos, a vizinhas dessas mulheres, também bolsistas do Programa. Em alguns casos, a mulher que estava me acolhendo em sua casa acompanhava-me na visita e, em outros, deslocava-me sozinha pela vizinhança. Nas moradas nas quais permanecia com pernoite, retornei por mais de uma vez para, além de acompanhar seu cotidiano, dar continuidade às visitas a vizinhas. Um aspecto interessante foi o envolvimento dessas mulheres que me acolheram por maior tempo: toda a vez que retornava a suas casas ou as encontrava em algum espaço, como o de reuniões, me apresentavam nomes de outras vizinhas e estavam sempre dispostas a me acompanhar nas visitas. Com relação ao acompanhamento da interlocutora à casa da vizinha, sempre que percebi que a vizinha não ficava à vontade ou que havia possibilidade de surgir outras histórias se eu não estivesse acompanhada, procurei visitar novamente aquela vizinha, então sem acompanhante.

No desenvolver da pesquisa, tanto no espaço da sala do CadÚnico quanto nas casas das bolsistas, utilizei-me do diário de campo, no qual, além da descrição minuciosa do cotidiano observado, descrevi impressões, primeiras análises sobre determinados elementos, emoções despertadas no vivenciar aquele espaço e/ou fato, enfim, como dito por Brandão (1982), “[...] os escritos do diário de campo descrevem maneiras de sentir pessoas, lugares, situações e objetos” (BRANDÃO, 1982, p. 13). Também, utilizei-me de materiais

¹⁶ Os intervalos se referem a períodos de permanência a campo e outros fora deste, dedicados a outras atividades acadêmicas, como escrita de artigos e participação em eventos, bem como a atividades de ordem pessoal.

relacionados ao Programa Bolsa Família, lei de conformação do Programa, cartilhas de orientação aos gestores e às bolsistas, formulário do CadÚnico e imagens relacionadas ao Programa postadas em uma página na rede social como dados para construção das análises desenvolvidas nos capítulos que seguem.

1.4.3 O lugar da pesquisa

O contexto empírico deste estudo situa-se na Serra dos Tapes¹⁷, sendo essa denominação oriunda do contexto histórico de sua ocupação por índios conhecidos como Tapes, pertencentes à tribo tupi-guarani¹⁸.

Do final do século XVIII até meados do século XIX, período do ciclo saladeiril, marcado pela presença da mão de obra negra escrava, municípios como Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul destacaram-se pelo importante papel econômico em âmbito regional e nacional (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013). Nesse recorte de tempo e espaço, a região de terras baixas da Planície Costeira, constituída por grandes extensões de terras, foi ocupada por charqueadores, enquanto as regiões de mata e terreno íngreme mantinham-se pouco povoadas. Zarth (2006) destaca a presença, na região, de escravos que desenvolviam atividades agrícolas e pastoris a serviço dos charqueadores. No período de entressafra, os escravos eram enviados para a região serrana para produzir alimentos, que abasteceriam as despensas das charqueadas. Em fuga, os escravos tinham como destino locais distantes e íngremes, tendo a região da Serra dos Tapes se constituído como reduto desses grupos, com a formação de diversos quilombos.

A Serra dos Tapes foi ocupada de forma mais intensa a partir de 1848, por colonos¹⁹ imigrantes, através de processo de colonização incentivado pelo Governo Geral. Inicialmente a política de colonização não foi bem aceita pelos latifundiários, mas logo passaram a visualizá-la como oportunidade de enriquecimento, a partir do parcelamento de áreas de mato e relevo íngreme, não propícias à pecuária (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013). Esse processo de colonização modificou a estrutura fundiária da região, “caracterizando a região

¹⁷ Desde 2010, a Serra dos Tapes tem sido *locus* de estudo do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação Consumo e Cultura (GEPAC), por meio do qual venho participando e desenvolvendo pesquisas nos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul.

¹⁸ A Serra dos Tapes, inserida no Planalto Uruguaio Sul-rio-grandense ou Escudo Cristalino Sul-rio-grandense, compreende os municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Canguçu, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu.

¹⁹ De acordo com Seyferth (1992, p. 80), “para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização”. Dessa forma, colono é o camponês que tem como característica a posse de uma colônia. No sul do Brasil, reconhecem-se e são conhecidos como colonos os agricultores descendentes de imigrantes europeus, identidade que age como marcador de diferenciação étnica.

montanhosa pela implantação da produção familiar em pequenas propriedades por imigrantes europeus não portugueses e, nas áreas de relevo plano, a ocupação por grandes proprietários luso-brasileiros” (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013, p. 81). Assim, nas terras de planície, em grandes extensões de terras, desenvolvia-se a produção de arroz e de gado de corte, enquanto que na região serrana as pequenas propriedades familiares eram marcadas pela diversidade de cultivos, com produção de milho, feijão, hortaliças, batata, entre outros.

A ocupação originária do município de Canguçu se deu pelos índios Tapes²⁰, sendo que em 1755 teve início a colonização portuguesa, com distribuição de terras, via sesmarias, a militares a serviço da coroa, dedicados à atividade pecuária (BENTO, 2007). Segundo a historiografia local, instalaram-se também *brasileiros*²¹, em pequenas propriedades com produção voltada para autoconsumo e produção de trigo para comercialização. Como destaca Fialho (2005), pode-se dizer que, no início de seu povoamento, Canguçu foi constituído por duas classes proprietárias, estancieiros e agricultores familiares, e por outras duas classes desprovidas de meios de produção, escravos e peões. Ao longo do tempo, dá-se uma mudança estrutural em que peões passam de empregados ou agregados para pequenos proprietários de terra, dedicando-se basicamente à pecuária (FIALHO, 2005). No século XIX, com a instalação das charqueadas em Pelotas, Canguçu passou a ter importante papel no ciclo saladeiril, servindo como local de criação de bovinos e estrada de passagem das tropas de gado (BENTO, 2007).

Nos anos 1990, há uma reconfiguração na estrutura fundiária do município, com a implantação dos primeiros assentamentos de reforma agrária. Como define David (2005), os assentamentos são implantados num espaço marcado, de um lado, por grandes propriedades dedicadas à pecuária extensiva e silvicultura e, de outro, por pequenas propriedades familiares de produção diversificada (milho, feijão, hortaliças, leite e fumo), em boa medida voltada ao autoconsumo. A inserção de 16 assentamentos no cenário apresentado não se constituiu sem conflitos, situação que, com variações de forma e intensidade, perdura até o presente.

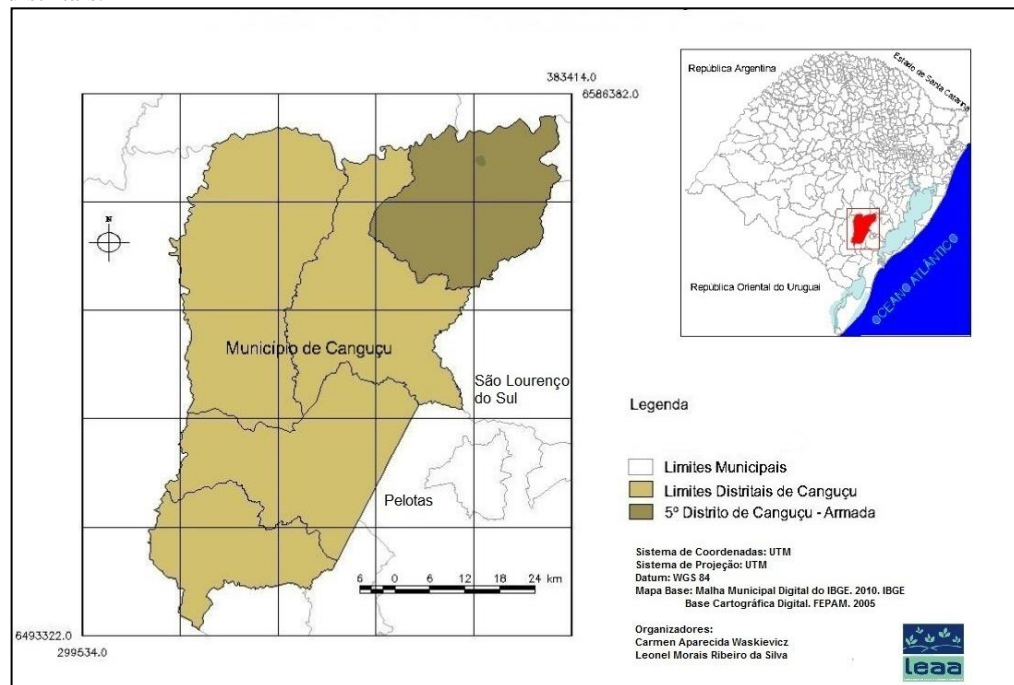
Reconhecido como o município brasileiro com maior número de minifúndios – são aproximadamente dez mil – e, como visto, contemplando em sua formação social a presença

²⁰ No discurso oficial de ocupação e apropriação do Rio Grande do Sul, os índios não são considerados povoadores do território, sendo associados à natureza, à “qual se opõe a civilização que os imigrantes trazem. Assim: índios→mato→natureza × imigrantes→colonização→civilização” (SANTOS, 2004, p. 39).

²¹ Categoria empregada para denominar pessoas descendentes de portugueses e negros e/ou índios, sendo comumente utilizada e compreendida como desvalorizada em relação a categorias como alemães, italianos, enfim, a descendentes de europeus não portugueses. Para uma discussão a respeito dos distintos termos empregados, na Serra dos Tapes, pelos grupos “para autodescrever-se bem como para descrever aos outros”, ver Schneider *et al.* (2016, p. 266).

de indígenas, negros escravizados e imigrantes europeus (portugueses, alemães, pomeranos, italianos, entre outros), o município de Canguçu (Figura 1) caracteriza-se por ser predominantemente rural, sendo que, atualmente, 63% dos 53.259 habitantes residem no meio rural (IBGE, 2010)²². Hoje há, em seu território, uma reserva indígena, 12 comunidades quilombolas reconhecidas²³ e 16 assentamentos de reforma agrária²⁴.

Figura 1 - Localização do município de Canguçu no Rio Grande do Sul e, em destaque, suas divisões distritais.



Fonte: Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais, 2013.

Além deste capítulo introdutório, conformado pela problematização, justificativa do tema e metodologia, o texto será composto por mais cinco capítulos.

²² A metodologia utilizada pelo Censo Demográfico considera sedes de municípios e distritos como urbanos; dessa forma, a população rural de Canguçu, assim como dos demais municípios brasileiros, seria maior do que o apresentado. Com relação a essa classificação, Veiga (2002), no livro *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*, faz uma crítica à classificação de rural e urbano empregada, oriunda do Decreto nº 311, concebido em 1938. Para o autor, considerar urbana toda sede de município e de distrito faz com que seja contabilizado como urbano o que apresenta características sociais, econômicas, culturais e políticas intrínsecas ao rural. A partir daí, o autor propõe: “para que a análise da configuração territorial possa de fato evitar a ilusão imposta pela norma legal, é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização” (VEIGA, 2002, p. 33).

²³ As comunidades são: Armada, Cerro da Boneca, Cerro das Velhas, Cerro da Vigília, Estância da Figueira, Favila, Faxinal, Iguatemi, Manuel do Rego, Maçambique, Passo do Lourenço, Potreiro Grande.

²⁴ Os assentamentos são: Arroio das Pedras, Boa Fé, Bom Jesus, Colônia São Pedro, Doze de Julho, Guajuviras/Novo Amanhecer, Herdeiros da Luta, Mãe Terra, Nova Conquista, Nova Esperança, Nova Sociedade II, Perseverantes na Luta, Pitangueiras/Sem Fronteiras, Renascer, Salso e União.

O segundo capítulo apresenta as mulheres assentadas e bolsistas do Programa Bolsa Família que compuseram e inspiraram a pesquisa, tendo como fio condutor de suas histórias as estratégias de que lançaram mão para, ao longo de suas vidas, terem seu *dinheirinho*.

O terceiro aborda a definição de pobreza pelo Estado, pela política pública, como esta é analisada nos estudos acadêmicos e como é percebida por mulheres assentadas e bolsistas do Programa.

O quarto capítulo analisa o papel dos documentos, atentando para o que estes dizem e produzem na vida das bolsistas do Programa Bolsa Família. A partir da discussão das burocracias do Estado e seus documentos, traçamos uma análise com base em observações na sala do CadÚnico, em documentos relacionados ao Programa Bolsa Família e em observações no cotidiano das bolsistas assentadas.

O quinto capítulo aborda as bolsistas do Programa Bolsa Família enquanto situadas à margem do Estado, partindo da ideia de que, mesmo sendo agora, por meio do CadÚnico, “visíveis” ao Estado, essas famílias permanecem em suas margens e vigiadas pelo olhar moralizante de agentes do Estado.

O sexto capítulo analisa, a partir das observações na sala do CadÚnico e no cotidiano de bolsistas, assim como da análise de imagens de material de divulgação do Programa, moralidades no que concerne ao consumo e à alimentação empreendidos pelas bolsistas.

Por fim, são retomadas sinteticamente as principais reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho.

2 HISTÓRIAS DE MULHERES

Este capítulo tem o intuito de apresentar as mulheres assentadas e bolsistas do Programa Bolsa Família que compuseram e inspiraram a pesquisa. Mesmo diante da opção delas pelo anonimato, entendemos ser importante nos aproximarmos, ainda que de forma branda, de suas histórias, de modo a buscar apreender o lugar da política pública em suas vidas. Cabe mencionar que, do universo de mulheres que compuseram a pesquisa, seguem, nas linhas abaixo, as histórias daquelas que permitiram que fosse escrito sobre seus relatos. Outras mulheres confiaram a mim suas memórias, vivências e dores, mas não as quiseram expostas para além daquele momento; algumas dessas histórias foram contadas em forma de desabafo.

O fio condutor das conversas foram as estratégias dessas mulheres para, ao longo de suas vidas, terem *seu dinheirinho*.

2.1 FLORA: ENTRE LIVROS, FAMÍLIA E SEMENTES

Flora tem 35 anos, é mãe de duas meninas e dois meninos e é casada. Ela conta que desde muito nova já buscava sua independência financeira. Ainda na cidade natal, Bagé, deu início a um curso de informática, mas, como sua mãe não conseguiu cobrir a mensalidade, Flora se propôs a trabalhar naquele estabelecimento, em troca das aulas. Assim, aos 13 anos, ela trabalhava um período realizando panfletagem para o curso e em outro dava continuidade à sua formação complementar, além de realizar estudos curriculares em uma escola pública. Na sequência, cursou secretariado informatizado, na mesma condição: trabalhava na escola e recebia a bolsa de estudo e passagens. Para ganhar dinheiro, dava ainda aula de monitoria no mesmo espaço em que realizava o curso, passando a cursar o ensino fundamental no período da noite. Flora lembra ser esse o primeiro dinheiro administrado por ela, com o qual comprava bijuterias e *besteirinhas*.

Após o término dos cursos, recebeu a proposta de trabalhar em Pelotas, na filial dessa escola, e vislumbrou a possibilidade de cursar história na universidade federal. No entanto, como então era menor de idade e sua mãe não concordou com a mudança, ficou por mais um tempo em Bagé. Flora lembra que esse episódio fez com



que desleixasse nos estudos, e acabou não passando de ano na escola. Ao saber da decisão de sua mãe de acampar com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Flora recusou-se a acompanhá-la, pois, a partir do que via nas notícias da televisão, considerava que “as pessoas do movimento eram tudo bandidos”. Foi então que decidiu ir para Porto Alegre, trabalhar como empregada doméstica. Flora conta que a mãe ponderou sua decisão, avaliando que a filha não tinha noção do que era ser empregada doméstica, além de considerá-la jovem demais para morar longe da família. Flora tinha 14 anos quando foi para Porto Alegre trabalhar como cuidadora de uma senhora de 90 anos. Lembra que chorava todas as noites de saudades da família, mas não cogitava desistir. O dinheiro, ela diz que “gastava só em besteira, a melhor das roupas, bijuterias, material da escola, o melhor, e livros, comprava muitos livros, sempre gostei de ler”. Nesse período, Flora terminou o ensino fundamental. Após o falecimento da senhora de quem cuidava, passou a trabalhar na casa de uma família, recebendo um salário mínimo, do qual enviava R\$ 100,00 para sua mãe e, com o restante, comprava CDs, livros, “radinho portátil e roupas da moda”. Flora conta não ter iniciado o ensino médio em função de que não poderia estudar durante o dia, uma vez que tinha de dar conta das tarefas da casa, e tampouco à noite, pois, segundo alegava sua patroa, a escola era distante e seria arriscado sair nesse turno.

Nesse período, sua mãe, que já estava assentada em Canguçu, foi visitá-la e não aceitou que a filha não estivesse estudando. Propôs que ela fosse à Canguçu conhecer sua casa, e Flora assim o fez, encantando-se com o lugar. Retornou a Porto Alegre e pediu demissão. Tinha então 18 anos, quando voltou a morar com sua mãe e o companheiro dela. Lembra que nessa época sentia falta de ganhar seu dinheiro: “senti muita falta, era independente lá e aqui dependia deles para comprar um shampoo, tudo tinha que pedir para ela [mãe]”. Ela voltou para a escola e, quando cursava o segundo ano do ensino médio, ficou grávida do primeiro filho. Flora deixou os estudos, indo morar com o companheiro na casa dos pais dele, no mesmo assentamento em que até então vivia com sua mãe. Flora menciona ter sido um período bastante difícil, “ali tudo eu dependia deles”.

Com o filho Igor pequeno e grávida de Bárbara, decidiu acampar para requerer sua terra. O acampamento era próximo ao assentamento, no 5º distrito, e lá ficou por seis meses. Flora fez o cadastro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em seu nome, mas, quando a coordenação do acampamento optou por seguir para o município de São Gabriel, ela decidiu retornar para a casa da sogra, em função da gravidez e do filho

pequeno. Ao vagar um lote no assentamento, optaram por ocupá-lo e dar entrada ao processo de regularização deste no INCRA.

Quando Igor tinha cinco anos e Bárbara pouco mais de um ano, o esposo foi embora. Moravam havia pouco tempo no lote onde residem hoje, e Flora optou por permanecer ali com os filhos, saindo à procura de trabalho na vizinhança, no plantio, na capina e na colheita de milho e feijão, na colheita de pêsego. A avó paterna de seus filhos contribuía com a alimentação e com algum item de vestuário para as crianças. Nesse período, Flora associou-se à Bionatur¹, para produzir sementes agroecológicas para essa cooperativa; além disso, passou a produzir e vender queijo, assim como a realizar troca de serviço com um vizinho. Em parceria com uma vizinha, aceitou o desafio de assumir a presidência da associação local. Lembra que, quando ia à cidade resolver assuntos da associação, levava queijo para vender e trazia *coisinhas* para as crianças.

Tempos depois, Flora conheceu o atual companheiro. Tiveram o filho Lucas e, no ano passado, a filha Elis. Flora e o companheiro produzem alimentos para o consumo da família e sementes para a Bionatur. Ele também realiza trabalho fora do lote, como diarista.

2.2 REGINA: DA FAZENDA AO ASSENTAMENTO

A história de Regina emerge na conversa em que discutíamos sobre a autonomia financeira, sobre ter “um dinheiro seu”. Ela contou que, aos seis ou sete anos, fazia companhia para sua madrinha e, para isso, recebia um *troquinho*. Com esse *dinheirinho*, ela comprava *enfeites* para si e, no caminho da escola, ia à venda e comprava doces. Quando recebia um valor um pouco maior, comprava uma peça de roupa.

Quando tinha entre dez e onze anos, suas duas irmãs e ela iniciaram uma criação de patos, gansos e galinhas para comercializar e obter seu próprio dinheiro. Também, desde seus dez anos, seu pai cedia uma parte pequena da lavoura para Regina e os irmãos (três irmãs e dois irmãos) plantarem milho, feijão, batata e mandioca. O pai vendia a produção de milho e feijão dele e a dos filhos, repassando-lhes o valor correspondente ao resultado de seu trabalho. Regina lembra que, quando recebiam esse dinheiro, ela e as irmãs viajavam a Rio Grande e Pelotas para visitar parentes e amigos. Aos 14 anos, foi trabalhar em Camaquã na casa de uma

¹ Bionatur é uma cooperativa voltada para produção, beneficiamento e comercialização de sementes agroecológicas, constituída, em 1997, por assentados da reforma agrária dos municípios gaúchos de Hulha Negra e Candiota. Atualmente, a Bionatur é importante rede de produção e comercialização, com atuação em âmbito nacional.

senhora, pelo que recebia um terço de salário. Utilizava o dinheiro para comprar roupas, calçados, acessórios, maquiagem e itens para seu enxoval. Permaneceu nesse emprego até seus 16 anos.

Na época em que tinha de 16 para 17 anos, casou-se com Mauro. Nos primeiros meses, moraram com os pais de Regina, e o esposo seguiu trabalhando na fazenda vizinha, onde hoje é o assentamento. Regina define esse período como crítico, de dificuldades, agravado pelo fato de não ter renda própria. Quando tinha 20 anos, foram morar na fazenda, Mauro era capataz, e ela foi contratada para cozinhar para os peões e cuidar da casa da fazenda. Com seu dinheiro, comprava roupas para a família, alimentos *diferentes*, para preparar doces e salgados nos finais de semana e em datas comemorativas. O restante colocava na poupança. Com o dinheiro da poupança, comprou dois terrenos em Camaquã, os quais vendeu mais tarde para investir no lote em que vive; mas o projeto não deu certo e Regina considera que o dinheiro dos terrenos se perdeu.

Aos 34 anos, foi com a família para o lote, quando a fazenda foi vendida à União e conformada em assentamento. Regina, os dois filhos e o esposo mudaram-se da sede da fazenda para o lote, o qual não tinha nenhuma benfeitoria, era somente a terra. Em primeiro lugar, investiram na produção e comercialização de milho, depois na produção de fumo, logo fumo e leite e, atualmente, dedicam-se à produção e comercialização de leite.

Com a mudança para o lote, por um bom período Regina não dispôs do “seu dinheiro”, mas depois passou a vender ovos, galinhas e queijo. Atualmente, como não é mais bolsista do PBF, não tem uma renda unicamente sua e conta que voltou a comercializar produtos do lote: “daí vem meu dinheirinho, hoje é leite [em garrafa pet], ovo, galinha que eu vendo”.

Quando perguntei se o dinheiro do PBF fazia falta, ela respondeu: “100 pila [R\$100,00] ajuda, me faz falta”. Então indaguei se dispunha de outro valor que fosse administrado por ela, e ela ressaltou: “eu não tenho outro dinheiro agora, que seja para mim”. Segundo Regina: “o que eu tinha era esse dinheirinho que eu mandava, eu determinava o que eu queria”. Regina vai uma vez ao mês para a cidade sacar o valor referente à venda do leite. Com esse dinheiro faz o rancho², paga a conta de energia



² *Rancho* é o termo utilizado pelas interlocutoras e por parcela dos gaúchos para se referirem às compras mensais de alimentos e produtos de higiene e limpeza. Dessa forma, uma vez por mês, ou mais, é realizada uma compra, que deverá ser suficiente até a seguinte, realizada em intervalo de tempo regular.

elétrica, compra remédios e, quando sobra, compra roupas para o filho caçula, que nasceu quando já moravam no lote.

2.3 JOANA: ELA E SEUS DOIS MENINOS

Joana veio ainda pequena com sua família do município de Três Palmeiras – Noroeste do RS – para o assentamento em Canguçu, após seu pai ter estado acampado por nove meses. Hoje, aos 26 anos, ela e seus dois filhos, João de nove anos e Vicente de cinco anos, e o esposo Valdir residem em um lote no mesmo assentamento de seus pais. Joana mora nesse lote há menos de dois anos e ainda não possui a Carta de Concessão de Uso (CGU) da terra. Joana diz estar estruturando o lote, dedicado à produção para consumo (batata doce, mandioca, galinhas, porcos, gansos, perus, vacas leiteiras) e fumo para comercialização.

Joana menciona, entristecida, que *os de fora* acham que assentado é tudo vagabundo e enfatiza que há “muita gente trabalhadeira”, contando que desde pequena *se vira* para ter seu dinheiro.

Aos nove anos, foi trabalhar como babá de duas meninas na casa de uma família, por indicação da diretora da escola em que estudava. Primeiramente, trabalhou com a família residindo no meio rural, vindo depois a acompanhá-la, quando se mudou para a cidade de Canguçu. Joana lembra desse período como sofrido, pois não tinha experiência. Segundo ela, “não sabia nem ligar o micro-ondas”, “não sabia nem como colocar a fralda descartável na pequena”. Contudo, com o passar do tempo, foi aprendendo, acompanhou a família, que mudou para Tramandaí, e retomou os estudos nesse período. Lembra que saía da escola, buscava as meninas na escolinha e as levava para casa, preparava a alimentação, cuidava da casa. Em troca de seu serviço, recebia hospedagem, alimentação e algum item de vestuário. Permaneceu nessa família em torno de três anos. Depois, retornou para morar com os pais no assentamento e trabalhava na safra de fumo, como diarista, utilizando o dinheiro recebido para comprar roupas e calçados para si.

Joana casou-se aos 16 anos e foi morar com a família do esposo. Com 17 anos, teve o primeiro filho. Na colônia, trabalhava como diarista na safra do fumo, em propriedades de vizinhos, destinando o dinheiro recebido para as despesas da família. Também morou por um período com sua mãe, quando o marido trabalhava como motorista de uma cooperativa de leite. Depois retornaram para a casa da sogra, e dali foram viver no lote, que reivindicaram

junto ao INCRA, onde ficaram por quase um ano. Então, vieram para o lote onde estão atualmente, mais próximo da residência de sua mãe.

Segundo Joana, no local onde hoje residem não há possibilidade de trabalho. Ela conta que, na colônia, sempre há como trabalhar na vizinhança, mas no assentamento as pessoas trabalham em família, não contratam ninguém. Até o ano passado, o esposo ia trabalhar nas granjas, com o pai de Joana, mas neste ano decidiram produzir fumo e ele está em casa. Segundo Joana, encontram-se numa fase difícil, pois não têm dinheiro, basicamente somente o recebido do Bolsa Família.

Em uma das visitas a Joana, quando cheguei, ela encontrava-se sentada na porta de sua casa de madeira de dois cômodos, com um ar triste. Perguntei se tinha voltado havia pouco da lavoura, e ela relatou que não tinha ido colher fumo porque a neblina estava forte, e ela passa mal quando sua roupa molha na lavoura e depois seca no corpo. Diz sentir tremor, fraqueza e vômito, sintomas que permanecem por mais de dois dias³. Ao perguntar como estavam, ela disse: “olha, Janaína, pobre, quando quer ir para frente, parece que dá tudo errado”. Joana conta que eles plantaram 20.000 pés de fumo, mas logo houve uma chuva com granizo, que perfurou as folhas. Depois houve estiagem. Agora afirma que não há sequer 15.000 pés de fumo na lavoura, pelo que estão bastante desanimados. Joana revelou que não permitiu que o marido construísse uma estufa para secar o fumo, pois diz “não querer mais ver fumo na sua frente”. Joana relatou a conversa que teve com uma de suas irmãs, que comparou Joana à mãe delas: acomodada e sem vontade de progredir, ter uma casa boa. No entanto, Joana diz acreditar ser um momento de dificuldades que vai passar e que o importante é estar junto de seus dois meninos e eles estarem alimentados e com saúde.

2.4 MARIA: ENTRE UMA MORADA E OUTRA

Maria tem 34 anos, com três filhos e grávida do quarto, é casada com Alfredo. Residia em Sapiranga com seus pais quando estes conquistaram a terra em Canguçu, porém ela optou por não acompanhá-los. Casou-se aos 15 anos, e aos 16 teve seu primeiro filho, Giovani, logo depois a filha Cássia e, três anos depois, o filho Cristiano. Sua família permaneceu por um período em Sapiranga, depois seguiu para o Paraná, estado onde estava a família do esposo.

³ Os sintomas descritos por Joana são, conforme diagnosticado por especialistas, correspondentes a intoxicação aguda provocada pela absorção, através da pele, da nicotina da folha do tabaco, característica da denominada Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT). Para mais informações, acessar: [file:///C:/Users/User%20Define/Downloads/8198-37402-2-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User%20Define/Downloads/8198-37402-2-PB%20(2).pdf).

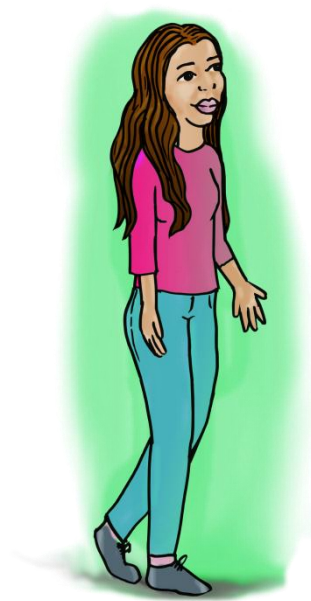
Maria e esposo acamparam numa fazenda próxima ao assentamento dos seus sogros, um acampamento organizado pelo esposo junto ao MST. Os anos que seguiram foram de formação no MST, ocupações e organização de acampamentos, com o casal atuando como coordenadores estaduais do movimento. Ao lembrar das ocupações, Maria disse que não tinha medo de nada e estava sempre na trincheira de frente nas ocupações. Após um episódio de enfrentamento com a polícia em um dos acampamentos que coordenavam, que levou à morte de um menino e a outros feridos, Maria e esposo ficaram bastante abalados e optaram por “dar um tempo”. A família foi morar na cidade, e Maria conseguiu emprego em uma pizzaria, Alfredo em uma fábrica. Organizaram a casa e trouxeram para morar consigo os dois filhos, que, no período em que estavam na coordenação do movimento, permaneceram sob cuidado dos avós paternos. Um tempo depois retornaram a Sapiranga, foram para região metropolitana de Porto Alegre e em seguida para o assentamento em Canguçu. Maria lamenta que, nessas idas e vindas, desfez-se de seus móveis e eletrodomésticos, levando nas mudanças basicamente apenas roupas e alguns utensílios menores.

Ela recorda que desde bem pequena buscava sua independência, ter o seu dinheiro. Com oito anos morava em um bairro no município de Sapiranga com os pais e fazia *enfiadinho*, trança em peças de calçados que as fábricas distribuíam nas vilas para mulheres costurarem ao valor de R\$ 0,05 e R\$ 0,10 centavos o par. Maria estudava no turno da manhã e à tarde fazia o *enfiadinho*. Do pouco dinheiro que recebia, “ficava com alguma coisinha, comprava só doce nessa época, só bobageirinha mesmo”. Com 12 anos, trabalhava numa fábrica de calçados nos turnos da manhã e da tarde, e à noite estudava. Nesse trabalho “já

recebia por mês”, não lembra o valor, “não dava bem um salário, a gente era de menor não ganhava o padrão dos outros”. Desse dinheiro, “dava uma parte para a mãe e uma parte ficava para mim, comprava roupa e calçado”.

Nessa fábrica trabalhou dos 12 aos 15 anos. Com 15 anos casou, logo ficou grávida e parou de trabalhar, e em seguida ficou grávida novamente. Giovani nasceu prematuro de sete meses, e Cássia de oito meses, o que demandou mais tempo de cuidado. Depois de um tempo voltou a trabalhar na fábrica. Na gravidez do terceiro filho, Cristiano, permaneceu em repouso dos seis até os nove meses de gestação.

Maria lembra que no período em que estiveram no Paraná,



trabalhou por dois anos como professora na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Com esse dinheiro, comprava roupas e calçados para os filhos e alimentação para a casa. Desse período, Maria recorda: “quando eu era criança meu sonho era ser professora, mas depois que dei aula não quis mais”.

No contexto do assentamento, Maria diz não ter se adaptado à rotina no lote, de trabalho na lavoura e leitaria. Então trabalha numa casa de comércio, próxima ao assentamento, e segundo ela: “não gosto de interior, ficar aqui [lote], gosto de movimento, contato com pessoas, ali [casa de comércio] é o melhor lugar para mim, fico doente, só aqui”.

2.5 OLGA: ENTRE O LOTE E REUNIÕES

Na infância, Olga residia com seus pais e irmãos na área rural do município de Viamão e desde seus dez anos era responsável pela organização da casa e preparação das refeições da família. Com 15 anos, seu pai conseguiu para ela um trabalho como doméstica na casa de uma família na cidade de Viamão. Residia com a família e recebia um salário mínimo. Olga conta que, inicialmente, não ficava com nada do dinheiro, “eu recebia o salário e alcançava tudo para o pai, achava que era dever meu”.

Aos 16 anos, conheceu seu primeiro companheiro, aos 17, foram morar juntos, e Olga parou de trabalhar e de estudar. Olga morava com o sogro e passou a cuidar das tarefas da casa, enquanto o marido fornecia uma quantia por mês para que ela comprasse as coisas para si, com o que, segundo Olga: “eu fui me acomodando, achava que aquilo era tudo”. Com 18 anos, o marido perdeu o emprego e passaram a ter dificuldades financeiras, uma vez que ele teve que trabalhar como diarista, enquanto ela passou a fazer faxina. Mas, com o montante que recebia, não comprava nada para si, e lembra: “eu passava naqueles lugares [em Porto Alegre] e via aqueles móveis para a casa, roupinha de criança, e babava”.

Aos 19 anos, engravidou da filha Betânia. Olga lembra que, quando teve a filha, ficou mais de um mês na cama, entristecida com a situação financeira precária, sem forças. Com o passar dos meses, o marido passou num concurso na prefeitura de Viamão, e a situação financeira se estabilizou. Nesse período, seu pai já estava acampado e instigou Olga a acampar para conseguir sua propriedade. Olga viu na proposta de seu pai a saída para ter a sua terra e sair da casa do sogro. Então, propôs ao marido, que foi resistente, mas mesmo assim ela foi para o acampamento com a filha de dois anos. No acampamento, em Charqueadas, juntou-se com seu pai e seus tios num barraco, no qual fizeram um quarto para ela e a filha.

Olga lembra que teve um “sopro de vida”, recuperou as forças e conta: “eu amei aquilo lá, já fui para os núcleos e já fiquei de coordenadora de núcleo, me sentia muito bem, me sentia útil, em casa eu era uma inútil”. Em uma das visitas ao acampamento, o marido pediu que Olga escolhesse entre o casamento e o acampamento, e ela escolheu a segunda opção.

Com o apoio do pai e tios, Olga permaneceu acampada, coordenando um setor no acampamento, e, quando chegou o dia do sorteio de lote, preferiu não participar porque não havia opção de lotes em Viamão, onde ela e seu pai vislumbravam ser assentados. Nesse período de permanência no acampamento, conheceu seu segundo marido, pai da filha Luísa, e estiveram por seis anos acampados organizando outros acampamentos e realizando formação de base nesses núcleos. As famílias com que fizera amizade optaram pelo sorteio de lotes no município de Canguçu e foram assentadas no distrito da Armada, enquanto o pai de Olga foi assentado em Viamão, como pretendia.

Olga e o marido vieram visitar os amigos que tinham sido assentados em Canguçu e gostaram do lugar. Olga lembra que “estava cansada de correr estrada de acampamento em acampamento, seis anos de acampada, ocupações”, então decidiu ficar com um lote nesse assentamento, onde residem até hoje. Logo que chegaram, deram início à criação (galinhas, porcos, vacas leiteiras), à horta e à produção de manteiga, nata, queijo e pão para vender. Segundo Olga, “não tinha outro dinheiro, não tinha Bolsa Família, sempre quis ter meu dinheiro, mas nunca se desenhava para eu ter o meu dinheiro”. Como o marido assumiu tarefas nos setores do Movimento, Olga cuidava do lote e das filhas sozinha, produzia os produtos para venda e trabalhava com a criação. Por um período, trabalhou na escola próxima ao assentamento e, assim, conseguia uma quantia para compor as despesas da casa e comprar as coisas para ela e as filhas. Olga também viaja bastante em função das tarefas de participação em setores do Movimento, como de educação e gênero, e diz adorar essa *função*.

2.6 CRISTINA: AQUELA QUE ADMINISTRA O DINHEIRO

Cristina é oriunda da região Alto Uruguai, situada ao norte do Rio Grande do Sul, onde sua família, composta por 12 irmãos, originários dos dois casamentos de sua mãe, vivia da agricultura. Lá ela estudou até a terceira série. Quando tinha nove anos, um de seus irmãos foi acampar e adquiriu a terra em



Eldorado do Sul, trazendo toda a família para o lote. A família tinha vendido uma pequena parcela de terra para o pagamento do tratamento de câncer do pai, que veio a falecer dessa doença.

Aos 13 anos, foi para Porto Alegre trabalhar como babá e, depois, passou a trabalhar numa churrascaria. Destinava parte do dinheiro recebido por seu trabalho para a compra de roupas e calçados para si, e o restante entregava para a mãe como contribuição com as despesas da casa. Em uma das idas para o assentamento, foi com a família ao aniversário de um vizinho, Jaime. Cristina lembra que, logo depois da festa de aniversário, iniciaram o namoro. Casou-se e foi morar no lote do esposo em Eldorado, onde produziam arroz e tinham horta para o consumo. Cristina não tinha uma renda sua, ela vendia o excedente da horta e leite, mas o valor recebido ficava com o marido. Nesse momento, menciona: “mas tu sabe que depois que peguei o Bolsa Família e comecei a administrar, ficou bem melhor, a velha [sogra] não sabe como um pouquinho rende tanto”. Em 2005, por meio de uma troca de lote, vieram para o assentamento em Canguçu, onde residem atualmente. Na propriedade, produzem para o consumo da família e há oito anos têm um pequeno comércio em casa. Hoje, Cristina vive com o marido, suas duas filhas adolescentes e o neto e administra o dinheiro do PBF, da venda e das diárias que o marido faz trabalhando fora do lote.

2.7 JUREMA: OS FILHOS TÊM DE SER AGRICULTORES DESDE PEQUENOS

Jurema é natural de Rodeio Bonito e trabalhava na agricultura juntamente com a família. Após o casamento, foi morar com os sogros e, passados alguns anos, por incentivo de um cunhado, o marido e ela decidiram acampar para conseguir terra. Ricardo, seu esposo, veio para o acampamento em Canguçu, e Jurema permaneceu em Rodeio Bonito com a filha Camile, mas, posteriormente, juntou-se ao marido no acampamento, onde ficaram por dois anos e mais outro ano em São Gabriel. Foram assentados em Piratini, mas o lote era distante para as crianças – Camile e agora também Júlio – pegarem o transporte escolar, assim como distante de vizinhos, por isso optaram por vir para o assentamento em Canguçu. Jurema é responsável pelas tarefas da casa, cuidado com a criação, trabalho nas lavouras com produção voltada para consumo da família e produção de fumo para comercialização. E o marido trabalha em um município na Serra, deslocando-se quinzenalmente à casa da família, onde permanece por uns dias e depois retorna para o trabalho.

Ao perguntar como Jurema conseguia ter seu dinheiro, ela respondeu que quando adolescente auxiliava a mãe plantando a roça – que era dividida em partes, e cada filho cuidava da sua área – e vendia ovos, alho, repolho, batata-doce, dentre outros produtos. Com o dinheiro, por vezes comprava roupas, mas geralmente entregava-o para a mãe, pois o pai era alcoólatra e não contribuía nas despesas da casa. Jurema casou-se com 25 anos, seu enxoval foi montado a partir do dinheiro da venda dos produtos. Depois de casada, foi morar na terra da sogra e seguiu vendendo a produção da horta (mandioca, batata-doce, abóbora) e ovos. Ricardo trabalhava no garimpo, extraíndo pedra semipreciosa (ametista), e com a renda obtida nessa função construíram a casa. Com o passar dos anos, optaram por acampar e terem sua terra.

Das preocupações atuais, Jurema destaca a tarefa de ensinar os filhos a trabalhar na agricultura. Camile, que faz o curso técnico em agricultura na Escola Técnica de Canguçu, vem para casa aos finais de semana e prepara a terra com trator, Júlio colhe milho e têm suas tarefas diárias, e a filha menor, Ísis, tem pequenas tarefas com os irmãos, pois, segundo a mãe: “se não ensinar agora fica vadio”.

2.8 CÁTIA: DO GARIMPO, A CIDADE E AO ASSENTAMENTO

Cátia morava com a família em um garimpo em Cristal do Sul, onde seu pai extraía pedras semipreciosas. As partes das pedras descartadas pelo pai, ela trabalhava com um martelinho e fazia *biquinhos de pedra*, que eram vendidos pelo pai para confecção de joias. Assim, Cátia obtinha seu próprio dinheiro. Nesse período, tinha 11 anos e utilizava o valor recebido para comprar doces: bolacha recheada, rapadura, balas. Quando o pai precisava, ela cedia o dinheiro a ele. Cátia permaneceu com seus pais, no garimpo, até os 14 anos, quando foi trabalhar no interior do município de Seberi como cuidadora de um casal de idosos. Lá estudou até o 5º ano. Aos 16 anos casou-se, saiu do trabalho e, com seis meses de casada, engravidou do primeiro filho. O relacionamento, no entanto, não teve êxito e, aos três meses de gestação, Cátia retornou para o trabalho em Seberi, onde permaneceu até os oito meses de gestação. Juntou dinheiro para fazer o enxoval do filho e retornou para a casa dos pais para seu nascimento. Lembra que chorava bastante, estava nervosa e insegura com seu futuro e do filho Alex.

Logo após o nascimento do filho, foi trabalhar em uma fazenda, onde permaneceu até que o filho completou um ano e meio, quando seus pais decidiram voltar para o garimpo.

Cátia decidiu ir para o município de Frederico Westphalen para trabalhar e deixou o filho com seus pais. Com o salário, comprava roupa para ela e o filho e mandava o restante para os pais. De Frederico Westphalen, foi para município de Planalto e depois para Porto Alegre, a trabalho. Passados alguns meses, retornou para casa dos pais, que agora trabalhavam em um sítio.

Um parente de Cátia estava assentado no município de Encruzilhada do Sul e trouxe-a, juntamente com o filho e seus pais, para o assentamento, para trabalhar como peões. Cátia estava com 19 anos e logo iniciou o namoro com um vizinho, casou, ficou grávida do segundo filho, Dionatã, mas separou-se e retornou para a casa dos pais. Nisso, conheceu Antônio - seu atual marido, com quem iniciou namoro, e juntos foram para o acampamento no município de Canguçu. No acampamento assumiram coordenações, seu filho Dionatã nasceu, e dois meses depois receberam o lote. Em seguida, ficou grávida do terceiro filho, Rodrigo, e seguiu suas atividades no lote e atuando no Movimento. Posteriormente, teve seu quarto filho, Guilherme. O filho mais velho reside na cidade e os outros três moram com Cátia e Antônio. Atualmente, para ter seu dinheiro, além do Bolsa Família, vende roupas, perfumes, erva-mate e galinhas de postura.

2.9 PATRÍCIA: ENTRE ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS

Patrícia é natural de Salto do Jacuí, “nascida e criada”, segundo suas palavras, no interior do município em uma família de seis filhos. Patrícia tinha 11 anos quando o pai faleceu. Naquela época, estudava, cuidava da casa e dos animais, tirava leite. Ela lembra que o pai tinha uma serralheria e que a família dispunha de muita fartura: carne, verdura, mandioca, batata-doce, leite, queijo, muita comida.

Aos 13 anos foi estudar na cidade e conheceu seu primeiro esposo, Jorge, logo se casou e abandonou os estudos. Lembra que sua mãe enviava dinheiro para cobrirem as despesas mensais. Com 16 anos ficou grávida do primeiro filho, Marcos. Nesse período, o esposo foi trabalhar em Canoas e ela retornou para a casa da mãe. Meses depois, o marido levou Patrícia para morar em Canoas e, no decorrer dos anos seguintes, tiveram mais três filhos: Eduardo, Michel e



Geovana. Em 1992, Jorge foi embora de casa. Patrícia vendeu a residência e foi morar com a irmã, em Canoas, onde começou a trabalhar em uma casa de família. Passado algum tempo retomou o casamento com Jorge, e sua mãe deu um terreno para construírem uma casa. Em 1999, Jorge foi visitar um irmão que estava assentado no município de Piratini e retornou para casa com a proposta de acampar para viabilizar uma terra para a família.

No início de 2000, acamparam no município de Encruzilhada do Sul com os quatro filhos. A filha adoeceu, e Patrícia retornou para Canoas para que a filha fizesse o tratamento, enquanto os meninos ficaram com o pai no acampamento. Depois de um tempo do retorno de Patrícia para o acampamento, ela e Jorge se separaram, e ele foi, acompanhado dos meninos, para um acampamento em outro município. No acampamento, ainda, Patrícia conheceu o pai de sua filha Eliane, que, entretanto, somente assumiu a paternidade da menina quando a filha já estava na adolescência. Logo após o nascimento de Eliane, Patrícia decidiu ir para Canguçu, estavam com ela também os filhos Eduardo e Geovana. Lembra que pegou carona com o caminhão que trazia as cestas básicas ao acampamento e que levaria alimentos aos assentamentos em Canguçu.

Em Canguçu ficou no lote de Jorge, que estava com seus filhos Marcos e Michel. Permaneceu por quatro anos com Jorge e, por desentendimentos, decidiu retornar para o acampamento, agora em Camaquã, apenas com Eliane. Nesse acampamento, conheceu Vitor, com quem permaneceu casada por oito anos, pai da sua filha caçula, Valentina. Logo que se casaram, Vitor desistiu do acampamento e o casal foi morar no município de Amaral Ferrador, onde trabalhavam como diaristas no fumo, e depois seguiu para o município de Encantado. Após a separação, Patrícia retornou para Amaral Ferrador, onde trabalhou por dois anos de cuidadora de idosos.

Em 2014, retornou para Canguçu, ocupou um lote que estava vago, circulou por outros dois lotes, foi para o município de Viamão e retornou para um lote em outro assentamento em Canguçu. Patrícia mora com as duas filhas, Eliane e Valentina, e diz ter dificuldades financeiras, pois conta com um valor irrisório da pensão de Eliane, com o Bolsa Família e a cesta básica da Secretaria de Assistência Social. Ela lembrou um episódio que havia acontecido dias antes, quando a filha Valentina chegou contente da escola contando que havia passado de ano, mas logo se sentou pensativa. Ao perguntar à filha o que se passava, Valentina disse que estava preocupada por não terem dinheiro para comprar o material escolar. Patrícia, chorando, conta que acalmou a filha e assegurou que a menina estudaria “nem que fosse com umas folhas e um lápis”; ao que a filha contestou dizendo que suas

colegas ririam dela se isso acontecesse. Patrícia disse entristecer-se ao ver as filhas desejando coisas que não consegue conceder, pois com o que ganha prioriza a alimentação e, eventualmente, a compra de itens de vestuário para as filhas.

2.10 ALINE: DA CASA À LAVOURA

Aline é a filha mais nova em uma família de 11 irmãos, tem 35 anos e é natural do município de Canguçu. Sua família residia em uma propriedade de cinco hectares e seu pai plantava fumo, produzia alimentos diversos para o consumo da família e trabalhava como diarista. Aline casou-se aos 16 anos com Oswaldo, também natural de Canguçu, e o casal ficou morando com os pais de Aline. Tempos depois acamparam no município de Pedro Osório, por nove meses. Como o filho Henrique era pequeno, Aline optou por ficar com seus pais, mas visitava o acampamento, permanecia por alguns dias e retornava para a casa junto aos pais. Em 2007 foram assentados, mas, por problemas com vizinhos, retornaram para a casa dos pais de Aline pouco mais de dois meses depois. Há quatro anos ocuparam o lote onde estão hoje, e aguardam a regularização pelo INCRA. Inicialmente trabalharam com produção leiteira e fumageira, posteriormente somente a última. Aline contou que entregaram uma pequena lavoura, de seis mil pés de fumo, ao filho adolescente para que ele cuidasse e vendesse a produção e, em troca, o rapaz segue trabalhando com eles nas outras lavouras. Aline disse que aconselhou o filho a abrir uma poupança para seus estudos, já que ele pretende cursar agronomia. Contudo, ele prioriza comprar uma moto e ter acesso a internet.



Aline conta que, quando solteira e nos primeiros anos de casada, era responsável pelo trabalho da casa, limpeza, preparo das refeições, pois não gostava do serviço de lavoura. Também trabalhou como empregada doméstica em uma casa vizinha. Com o dinheiro, comprava coisas para casa, móveis, utensílios domésticos, roupas, calçados, brinquedos para as crianças e fazia o rancho do mês. Para que ela pudesse trabalhar, os dois meninos ficavam com sua mãe. Em 2008, começaram a plantar fumo com o sogro, época em que Aline lembra que sequer tinham um cavalo para trabalhar. Hoje, em relação ao trabalho, ela considera que a situação esteja mais estável, pois produzem o fumo para comercialização e mantêm a horta para consumo. Segundo ela,

“agora gosto, prefiro ir para a lavoura que ficar em casa, na lavoura aparece”.

2.11 MERCEDES: AQUELA QUE ANDARILHOU E POUSOU

Mercedes, 46 anos, natural de Ajuricaba, até os 12 anos vivia no meio rural, com mais cinco irmãos. Em seguida, foi para a cidade trabalhar como empregada doméstica, tendo parado de estudar na 2ª série. Na residência da primeira família, trabalhou por oito anos: cuidava de quatro crianças, além de fazer as tarefas da casa. O dinheiro que recebia pelo trabalho era utilizado para comprar roupas. Ela destaca que, quando pequena, “nem gostava de ir para a escola porque não tinha roupa”. Quando foi trabalhar como empregada doméstica na cidade, “não tinha um casaco para levar e era frio, meu irmão me emprestou o dele, único que ele tinha”. Depois que mudou para a cidade, Mercedes não visitava os pais e os irmãos com frequência, pois era distante e não havia transporte.

Quando tinha de 16 para 17 anos, estudou em um colégio de freiras, tendo antes realizado um estudo preparatório, por um ano, na igreja católica. Nesse colégio, ficou por seis meses e concluiu a quinta série, mas percebeu que não conseguiria seguir as normas dali e foi trabalhar com uma professora.

Aos 19 anos, se casou e assim permaneceu por nove meses. Separou-se já grávida de um mês e meio, o marido era alcóolatra. Voltou a trabalhar como empregada doméstica, mas, como o valor que recebia não cobria as despesas, retornou para a casa dos pais e ficou até seu filho completar cinco meses. Da casa dos pais foi trabalhar como cozinheira em uma fazenda, onde ficou até o filho completar um ano e seis meses. Dali retornou para a cidade, alugou uma casa e colocou o filho na creche, trabalhando como doméstica.

Passado um tempo, reencontrou um ex-namorado da adolescência, Lauro. Os dois logo se casaram e foram morar com o irmão de Mercedes, em um assentamento no município de Jóia. O irmão convenceu-os a acampar para terem sua própria terra. Acamparam em Santo Antônio das Missões, juntamente com outras cinco mil famílias. Depois de uma ocupação sem êxito, ficaram com três mil famílias no acampamento (essas famílias foram assentadas em Viamão, Herval, Canguçu, entre outros municípios). Depois de cerca de um ano e oito



meses, Mercedes e família chegaram a Canguçu, em dezembro de 1989, quando o filho Vitor tinha cinco anos, Márcio 1 ano e 20 dias, e ela estava grávida de Violeta.

Mercedes conta que ficaram mais de um ano morando no barraco e trabalhando no lote até construírem a casa. Ela lembra que, “para ir na venda, o Lauro ia a pé”, cerca de 12 quilômetros. Desde a chegada a Canguçu, Mercedes foi bem ativa no Movimento e, em 2003, assumiu a coordenação do assentamento. Nesse período, teve sua filha caçula, Vitória, e seguiu suas atividades de coordenadora: “seis anos praticamente me dediquei ao movimento, fui para Brasília, por tudo”. Por fim, Mercedes ficou na coordenação regional.

O esposo Lauro ficava com as crianças para Mercedes participar das reuniões e mobilizações. Mercedes recebia uma ajuda de custo do Movimento, a qual destinava para compra de alimentos e roupas para os filhos. Atualmente Mercedes se dedica ao artesanato (crochê e pintura) e quase não sai de casa, diz sentir falta do período de *andanças* pelo Movimento.



*

A partir da biografia dessas mulheres, descendentes de indígenas, escravos, pomeranos, alemães, italianos, dentre outras etnias que conformam os assentamentos de reforma agrária do município de Canguçu e o estado brasileiro, traçamos uma história. Ou melhor, um universo de histórias: bonitas, sofridas e de persistência. Histórias que mostram elementos de cada mulher em outras mulheres... e vice versa: agricultora; que esteve acampada para conquistar sua terra; hoje assentada da reforma agrária; que desde cedo começou a trabalhar fora da propriedade, como babá ou empregada doméstica; que casou

jovem e cedo foi mãe; que abdicou dos estudos para dar conta do cuidado dos filhos; que criou estratégias para ter seu *dinheirinho*, desde a infância; que em algum momento de sua vida teve relacionamento conturbado ou mesmo abusivo; que *se viu* para criar seus filhos; bolsista do PBF; engajada em atividades sociais da comunidade. Mulheres que seguem escrevendo diariamente suas histórias, as histórias de cada uma e de todas elas, histórias de mulheres.

O capítulo que segue se articula a este a partir de um elemento comum a várias mulheres, permeando suas histórias: o discurso de pobreza. Na maioria das histórias, ao olhar para sua trajetória, elas destacam o período de pobreza na infância e/ ou até o período de conquista da terra. Assim, para estas mulheres a conquista da terra parece ser o marco que as afasta da condição de pobreza. No decorrer do capítulo três, que abordará as concepções sobre pobreza, percebemos que as bolsistas acabam por reproduzir a imagem que o meio urbano e, de forma mais ampla, o Estado, projeta para elas enquanto pobres: produtoras de alimentos, pois se têm terra, devem produzir.

3 CONCEPÇÕES DE POBREZA: PELAS POLÍTICAS DE ESTADO E PELAS BOLSISTAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Os ninguéns

As pulgas sonham com comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:

Que não são, embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não têm cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

(GALEANO, 2002, p. 63)

Ao ler os critérios estabelecidos pelo Programa Bolsa Família para eleger o público “beneficiário”, compreendi que o critério renda define quem é pobre e quem é extremamente pobre. A partir dessa definição, das observações na sala do CadÚnico e da inserção no cotidiano de bolsistas do PBF, surgiram algumas questões como: a definição de pobreza do Estado dialoga com as definições de pobreza das bolsistas? É o critério renda que define quem é pobre no rural? Essas questões instigaram a analisar como se conformou a definição de pobreza pelo Estado, pela política pública, como ela é analisada nos estudos acadêmicos e como é definida pelas mulheres assentadas, bolsistas do PBF.

Tiago Lemões (2017) aponta que a origem da discussão e da classificação de pobreza está vinculada às transformações técnicas e valorativas do trabalho na Europa feudal, no sentido de que o desmoronamento da sociedade feudal, a dissolução dos laços servis, o aumento da pobreza urbana e rural, as revoltas camponesas e o impacto de epidemias conformaram o que, para o autor, teria sido uma “onda de mendigos”. Emergem, assim, “classificações, intervenções, discursos e instituições normativas voltadas à punição, assistência ou recuperação de grandes contingentes de ‘pobres’ e ‘desocupados’ que vagavam pelas bordas do mundo europeu industrial” (LEMÕES, 2017, p. 48). Como argumenta o

autor, em diálogo com Magni (2006), somos herdeiros de práticas sociais de tratamento pelas quais as populações nômades foram percebidas e tratadas no Velho Mundo, tendo a partir daí sido cunhadas categorias acusatórias utilizadas por órgãos repressivos, caritativos e assistenciais, tais como: vagabundos, falsos mendigos, bons pobres ou mendigos verdadeiros.

No Brasil, as primeiras investidas públicas sobre a pobreza e a mendicância ganham peso no final do século XIX, período centrado na construção de uma “sociedade civilizada”, ordeira e regida pelo trabalho assalariado, na qual “transformações urbanas, sustentadas por concepções médico-sanitárias, provocaram o desamontoamento das regiões centrais das cidades brasileiras e a periferação da população mais pobre” (LEMÕES, 2017, p. 49).

O autor citado traz um elemento importante, inspirado em Diniz (2004), evidente ao longo da história brasileira¹ desde os indígenas e negros escravos: as práticas e discursos do Estado contra a “vadiagem”.

Fica cada vez mais evidente que as práticas e discursos contra a “vadiagem” justificaram medidas violentas contra a população negra, ao mesmo tempo em que negavam a existência social de homens e mulheres egressos da escravidão, fechando-lhes as portas para qualquer reconhecimento social a partir de uma retórica de culpabilização pela condição de incapacidade para o trabalho e de permanência nos vícios da “ociosidade”. Até certo ponto, a “vadiagem” se impunha como liberdade em trabalhar para a própria sobrevivência, fazendo com que as elites afirmassem que os que assim vivessem só trabalhariam para outros mediante coerção, ocultando, com isso, a realidade miserável e as portas fechadas para novas possibilidades de ascensão social que encerravam os recém libertos (LEMÕES, 2017, p. 64).

Nesse período foram instalados núcleos coloniais de trabalho e oficinas de profissionalização e, a exemplo do ocorrido em 1857 na Paraíba, criadas colônias agrícolas para ensinar aos trabalhadores disciplina, eficiência e produtividade de trabalho. Segundo Lemões (2017, p. 69) “enquanto não totalmente exterminados ou ‘branqueados’, estes corpos negros deveriam passar cuidadosamente da tutela do senhor para a do Estado, dos grilhões para as algemas”. No século XIX, a concepção de que o “estado de pobreza” era potencialmente perigoso foi justificativa para prisões, mesmo sem que qualquer crime tivesse sido cometido, pois “a ausência de domicílio e o não trabalho serão motivos suficientes para que um indivíduo seja preso, pois se apresentam como sintomas de uma criminalidade latente,

¹ Em diálogo com Nascimento (2000), o autor traz os “três personagens clássicos” na história brasileira: indígenas, negros e trabalhadores rurais. Os primeiros eram vistos como “sub-raça” e excluídos da produção de mercadorias e conquista de novos territórios. Mesmo sendo fundamentais para o desenvolvimento da economia, os negros, escravizados, não eram considerados cidadãos. E no período pós-abolição, os trabalhadores rurais foram fundamentais no processo de industrialização, contudo sem direito ao voto e à organização sindical (LEMÕES, 2017).

ainda que não manifesta em ato” (LEMÕES, 2017, p. 70). Dessa forma, classificações médico-jurídicas, pobreza e periculosidade justificaram discursos de ordenamento e disciplinarização dos espaços.

Num contexto mais recente, em estudo sobre o Programa Bolsa Família, Mani Marins (2017) menciona que as análises de política pública de combate à pobreza no Brasil utilizam a política em si e seus objetivos para pensar seus efeitos, mas não atentam para a construção social da produção dos discursos e das práticas cotidianas. Dessa forma, “ora tomam a política como um ‘ente’ que possui uma lógica racional e estratégica, direcionando seus interesses para a população-alvo, ora analisam os impactos da política sobre o grupo em questão, procurando medir a eficácia de tais ações” (MARINS, 2017, p. 20). Segundo a autora, a problemática da pobreza ganha visibilidade em meados dos anos 1980, a partir de debates públicos sobre estratégias de enfrentamento, sendo que nos anos 1990 ocorreriam ações mais efetivas e sistemáticas no tema. Esse processo demandava uma política de proteção em longo prazo e é nesse cenário que emergem políticas de transferência de renda.

Para Marins, inspirada em Simmel (1998), há um paradoxo na concepção da política assistencial: “apesar de, moralmente, objetivar melhorar as condições de vida dos pobres, a política assistencial acaba por reproduzir o interesse de manter (e controlar) esse grupo em sua posição socioeconômica presente” (MARINS, 2017, p. 70). Ou seja, a assistência se limita a reformas pontuais e alguns tipos de auxílios, mas não se propõe a modificar o regime político.

Em análise sobre política de assistência social, autonomia e povos indígenas, Júlio Borges (2016) aponta que a Constituição Federal inaugurou uma nova etapa histórica para a assistência social, na qual a cidadania é colocada como direito e de responsabilidade do Estado. Nesse processo, a partir de um conjunto de normas federais, a assistência social se consolida como política pública, acumulando no sentido da superação do quadro histórico de clientelismo e patrimonialismo.

3.1 COMO SE CONSTRUIU A CLASSIFICAÇÃO DE POBREZA?

Criado em 1940, a partir de um modelo de desenvolvimento atrelado à economia e a projetos de infraestrutura e tendo por base países industrializados e desenvolvidos, o Banco Mundial (BM) configura-se como um dos principais órgãos internacionais de atuação na área do desenvolvimento. Na década de 1960, passou a atuar no incentivo ao crescimento dos

países “subdesenvolvidos”, através de empréstimos para projetos de infraestrutura. Em 1970, frente a manifestações na América Latina contra as ações de desenvolvimento vistas como excludentes e concentradoras, o BM redirecionou suas ações para o campo da cultura e passou a incorporar profissionais da área de ciências sociais para análise de seus projetos. Nesse período, o tema da pobreza ganha centralidade nas agendas de governo e meio acadêmico.

É então que o olhar é dirigido para “os pobres”, com ações como o microcrédito, voltado ao consumo e cumprimento de condições, para o desenvolvimento econômico. Até meados dos anos 1980, o BM – e demais órgãos internacionais, em geral – compreendia a categoria “pobre” como homogênea, enquadrando grupos diversos a partir de uma visão unidimensional, tendo a renda como medida de desenvolvimento social. Dessa forma, a pobreza foi tratada como um problema relacionado à insuficiência de renda e, conseqüentemente, associada a restrito ou nenhum acesso a bens e serviços (MARINS, 2017).

Na década de 1990, os órgãos internacionais passaram a compreender a pobreza como multidimensional e, assim, “a renda deixa de ser um fim para se tornar um meio de atingir o desenvolvimento humano” (MARINS, 2017, p. 94). Nesse cenário internacional, a pobreza não estaria mais restrita à variável renda, mas atrelada à noção de bem estar social, vinculada à capacidade de participação na esfera pública. É então que o Banco Mundial “torna-se o órgão internacional mais influente no desenvolvimento de políticas de assistência e de redução da pobreza mundial” (MARINS, 2017, p. 96). Segundo a autora, a partir desse percurso conforma-se, entre os órgãos internacionais, o consenso de que a priorização e o investimento no “pobre”, no interior das políticas públicas, seria a alternativa para os países latino-americanos. A partir desse debate a pobreza passou a ser percebida como um fenômeno multidimensional, imbuído de objetividade e subjetividades. Dessa forma, pobreza é, também, “desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida, restrição ao acesso a serviços básicos, à informação, ao trabalho e renda digna, participação social e política” (MOCELIN, 2011, p. 23).

Inicialmente, a ferramenta para mensuração da pobreza era associada ao consumo de calorias diárias: um indivíduo que não atingisse o consumo mínimo de calorias por dia estaria fora da linha de pobreza, sendo classificado abaixo dela, na linha de indigência. Pouco depois, a linha de pobreza passou a ser estabelecida a partir da variável renda, considerada a mais importante na definição do “pobre”. Dessa forma, “caso o indivíduo não tivesse condições monetárias para despesas básicas referentes a vestuário, transporte e habitação, ele seria considerado ‘pobre’; caso não tivesse acesso a alimentação, seria classificado como

‘indigente’ (MARINS, 2017, p. 99). Entre as agências internacionais, o Banco Mundial foi o primeiro a definir a Linha Internacional de Pobreza (*International Poverty Line – IPL*), segundo a qual a pessoa que vivesse com menos de dois dólares por dia seria considerada pobre, enquanto que aqueles que vivessem com menos de um dólar por dia seriam considerados “extremamente pobres” ou “miseráveis”. Cabe destacar que essa definição é construída sem levar em conta qualquer tipo de diversidade, como diferenças regionais, culturais ou outras, o BM estabelece uma definição a ser aplicada a todos.

No Brasil são utilizadas duas formas principais de definição de linha de pobreza: a primeira consiste na renda de meio salário mínimo mensal *per capita* e a segunda é associada ao cálculo da cesta básica. Ainda que, nos anos 2000, não houvesse no Brasil uma linha de pobreza oficial, o governo federal definiu, através do Plano Brasil Sem Miséria, que o teto para linha de pobreza seria estabelecido em R\$ 140,00 mensais/*per capita* e que, para a linha de extrema pobreza ou de miséria, seria fixado o teto de R\$ 70,00 mensais/*per capita*². Esses são os critérios estabelecidos para a entrada no programa Bolsa Família (MARINS, 2017).

Como bem coloca Marins (2017, p. 102), “a maneira como o Estado pretende definir o ‘pobre’ enquadraria indivíduos e grupos, a partir de um limite virtual de pobreza, desconsiderando as diferenças nacionais, regionais, rurais e urbanas”. Para a autora, a construção de diferenciais monetários entre grupos conforma fronteiras simbólicas e éticas morais entre “quem precisa” e “quem não precisa”, “quem merece” e “quem não merece” auxílio assistencial. Da mesma forma que efetuar a transferência direta de renda ao pobre não anula as moralidades, as quais permanecem presentes na orientação de como investir esse recurso estatal, que “deve ser dirigido às crianças, pois seriam elas as responsáveis, no futuro, pela quebra intergeracional da transmissão da pobreza” (MARINS, 2017, p. 103).

Akil Gupta (2012) indica que programas “antipobreza” parecem similares em âmbito global, tendo em vista que sua difusão é promovida por organizações como o Banco Mundial e por um aparato global de desenvolvimento e de formulação de políticas. A partir de uma linha imaginada de quem seriam os pobres, o que revela pouco sobre como a pobreza é vivida e entendida por estes, são ofertados bens e serviços. Para esse autor, as estatísticas não acompanham a realidade, mas, ainda assim, são utilizadas em todo o mundo para comparar Estados, sendo consideradas como medidas de boa governança. As estatísticas acabam, desse modo, por desempenhar uma função repressiva de vigilância e controle, a exemplo das taxas e índices de desenvolvimento estabelecidas pelos Estados. Segundo Gupta (2012), técnicas para

² Atualmente, a linha de pobreza está estabelecida em R\$ 178,00 mensais/*per capita* e a linha de extrema pobreza em R\$ 89,00 mensais/*per capita*.

mensurar os “pobres” acabam por agrupar pessoas com diferentes contextos e objetivos de vida e podem apenas perpetuar uma violência estrutural, acarretando experiências de sofrimento e oferecendo soluções enganosas para pobreza.

Ao tratar do tema da pobreza no Brasil, Angela Kageyama e Rodolfo Hoffmann (2006, p. 80) afirmam que “a noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social”. Na concepção dos autores, inspirada em Sen (1999), a ideia central de pobreza³ possui dupla natureza:

[...] de um lado, deve-se ao subdesenvolvimento regional e local, que impõe privações em condições básicas de existência, como luz elétrica, água encanada e instalações sanitárias, e dificuldade de acesso aos serviços de saúde e educação; de outro lado, a pobreza tem raízes nas características demográficas e nas limitações do capital humano e financeiro das famílias, que prejudicam a capacidade de elevar a renda familiar. A superação do primeiro aspecto depende mais de investimentos públicos e privados em infraestrutura e serviços básicos; o segundo aspecto teria que ser atacado em duas frentes: na melhoria da educação fundamental, incluindo programas de esclarecimento de controle da natalidade e de normas de higiene, e na melhoria das condições de acesso ao mercado de trabalho, seja pelo crescimento dos empregos assalariados, seja pelo apoio às atividades autônomas, ou pela diversificação das fontes de renda da família. (KAGEYAMA e HOFFMANN, 2006, p. 84)

Em análise sobre ruralidade e pobreza no Rio Grande do Sul, Daniela Kunh (2008) propõe que a pobreza seja considerada como uma situação social que abrange múltiplas dimensões. Em sua concepção, “se o tratamento da pobreza continuar associado exclusivamente a uma política assistencialista, podemos estar convivendo com um instrumento associado ao que Demo (2003) chamou de política de adestramento dos pobres” (KUNH, 2008, p. 33).

A autora aponta estudos e métodos empreendidos na análise da pobreza, mas que na sua concepção não dão conta de analisar o tema. Kunh (2008) cita o relatório do Banco Mundial de 2001, no qual a pobreza rural é indicada a partir dos dados do IBGE e da renda diária de um dólar, o que na sua compreensão apresenta a pobreza como um conceito

³ Segundo os autores, estudos apontam diferentes focos de análise para dimensionar a pobreza, como de Buainain *et al.* (1999), que propõe definir a pobreza de uma forma integrada, combinando a carência de renda com a carência de infraestrutura e serviços básicos nos domicílios (abrigo, privacidade, educação das crianças, acesso a sanitário e capacidade de obter uma renda suficiente), considerando pobres aqueles domicílios em que pelo menos uma das cinco necessidades básicas não fosse satisfeita. Já Barros *et al.* (2003) propõem o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), considerando seis dimensões (ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais), 26 componentes e 48 indicadores que podem ser calculados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (KAGEYAMA e HOFFMANN, 2006).

normativo e o rural como abrangente da população fora do perímetro urbano. Outra abordagem comentada pela autora é a proposta por Mendes (2000), em que pobres rurais são famílias com necessidades básicas insatisfeitas e ingressos insuficientes para suas necessidades mínimas, sendo baixos ingressos agrícolas, baixos salários e falta de emprego as principais causas da pobreza. Kunh (2008) pondera que tal perspectiva reduz a noção de ruralidade associada à pobreza rural apenas a um fator de localização espacial e geográfica. A autora apresenta ainda a perspectiva de Camacho (2000), que, além das causas “comuns” de pobreza (escassez de serviço público, falta de acesso a transporte e informação), destaca ser necessário considerar na definição de pobreza a dispersão geográfica da população; o atraso tecnológico; o não acesso à terra, ao crédito e a insumos agrícolas; a diversidade étnica e cultural; a escassez de recursos naturais; a incapacidade de organização e de participação política.

A partir das perspectivas apresentadas, a autora enfatiza que a maioria dos estudos estão amparados em parâmetros avaliativos limitados a conceitos normativos e simplificadores, sem o reconhecimento da complexidade e da heterogeneidade envolvidas nessas relações. Kunh (2008) acrescenta elementos à discussão de pobreza rural, tendo especialmente presente sua complexidade e heterogeneidade:

Em primeiro lugar, a situação de carência de infraestrutura – a pobreza – não está associada ao indivíduo, mas ao município. O município, e não o domicílio familiar, é classificado como rural. A pobreza rural está vinculada, então, a uma falta relativa de renda municipal e/ou oportunidades sociais em relação a saúde e a educação em municípios com baixa densidade demográfica. O segundo comentário revela que a pobreza rural não está, portanto, associada a um lugar dentro do município, mas a uma dinâmica produtiva que gera situações de carência que impedem que parte da população tenha condições de exercer suas escolhas com a liberdade que gostaria. (KUNH, 2008, p. 37)

Até aqui apreendemos definições e significados da pobreza pelas lentes da política de Estado e de estudos acadêmicos que analisam o tema. A seguir propomos a análise de alguns aspectos que conduziram as mulheres a serem protagonistas das políticas sociais.

3.2 A MULHER COMO FOCO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: AUTONOMIA OU REFORÇO DA IMAGEM COMO CUIDADORA E DO LAR?

Luciana Cruz (2013) considera que o campo de estudos sobre mulheres e pobreza foi inaugurado a partir do Ano Internacional da Mulher, instituído pela Organização das Nações

Unidas – ONU, em 1975. Segundo a autora, a partir de concepções de família consideradas arraigadas a um suporte ideológico de manutenção do patriarcado, nesse período deu-se uma “feminização da pobreza”, a partir do entendimento que “um lar sem a presença masculina seria um lar incompleto e suscetível à pobreza, já que o que se concebia como lar completo incluía a presença masculina e a este era atrelado o papel de provedor” (CRUZ, 2013, p. 81). Na chamada Década da Mulher (1976-1985), instituída também pela ONU, emergem estudos sobre mulheres e pobreza, apresentando outras variáveis, demonstrando que a pobreza de uma família independe do sexo de quem a chefia. Nos anos 2000, com a instituição dos Oito Objetivos do Milênio pela ONU, os estudos voltam-se aos problemas que deveriam ser prioritários, como políticas de Estado. No Brasil, o foco das ações relacionadas à pobreza foram família e mulheres (CRUZ, 2013).

Nos anos 1990, ocorreu o que Marins (2017) chamou de virada institucional, em que o Estado redistribuiu suas responsabilidades entre o mercado, a comunidade e a família. Nesse momento, a família é colocada como instituição informal com papel auxiliar ao Estado na promoção do desenvolvimento e redução da pobreza.

O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, de 1997, apresenta, dentre as prioridades para erradicação da pobreza, o empoderamento das mulheres. Como bem coloca Marins (2017, p. 110, grifos da autora), percebe-se que a inclusão da mulher, como no caso da titularidade no PBF, está atrelada a uma estratégia de definir a qual pobre seriam dirigidos os recursos e, nesse cenário, as organizações internacionais indicam as mulheres como as mais capacitadas no combate à pobreza. As mulheres “[...] se tornam, assim, sob diferentes justificativas, o *alvo* e o *ator* principal das políticas de transferência de renda [...] os programas de transferência de renda claramente se apoiam no capital de gênero para o cumprimento de seus objetivos.”.

Estudos no campo das ciências sociais apontam o PBF como um Programa que promove autonomia entre as mulheres, mas sinalizam que essa prioridade de titularidade do cartão pode ser interpretada como um retrocesso, pois “reforça a imagem da mulher como cuidadora do lar e confirma a posição masculina como não responsável pelo cuidado das crianças” (MARINS, 2017, p. 121).

Cruz (2013) destaca que a prioridade da mulher na titularidade do cartão do PBF também direciona a ela as recomendações e normatizações. Dessa forma, a mulher torna-se a principal responsável pelo Programa, enquanto que o homem fica isento de responsabilidades nesse âmbito. Segundo a concepção da autora, a eleição da mulher como titular e responsável

pelo cartão do PBF pode fortalecer a ideia de que cabe à mulher o cuidado da casa, das tarefas domésticas e com a família. A autora aponta que ter a mulher como titular no Programa pode reforçar a desigualdade existente na divisão do trabalho, mas pode também iniciar um processo de desestabilização das hierarquias internalizadas nas famílias.

No decorrer da pesquisa de campo, em um encontro com alunos oriundos do rural, em 2017, quando foi abordado o tema do PBF, ao indagar o porquê de o Programa priorizar a mulher como titular do cartão, algumas das respostas escutadas foram: “porque é ela que corre atrás”, “a mãe controla melhor o dinheiro”, “as mulheres administram a casa”. As falas acenam para o que Cruz (2013) e Marins (2017) problematizam: o reforço do papel da mulher no cuidado do lar. Contudo, cabe destacar que, se por um lado as políticas sociais reforçam o papel da mulher cuidadora do lar, por outro, estudos e bolsistas do PBF apontam para a autonomia de mulheres. Ainda, gostaríamos de enfatizar que, ao fazer a análise crítica da política de Estado, não desconsideramos seus avanços, como é o caso da autonomia de mulheres no PBF.

3.3 E ELAS, AS BOLSISTAS, O QUE DEFINEM POR POBREZA?

Maria do Carmo Soares de Freitas (2003) realizou, em um bairro popular da cidade de Salvador, o que denominou de uma etnografia da fome. Nesse estudo, a autora evidencia os sentidos da fome, chamando atenção para o fato de que o sujeito, em função da automatização do cotidiano, nem sempre percebe a carência alimentar em seu próprio corpo. Ao perceber-se como faminto, interpreta determinadas sensações e expressa sentimentos vivenciados pelo corpo, mas, “imbuído de sua tradição perceptiva, o faminto nem sempre se interroga sobre sua condição social e nem fala sobre sua fome” (FREITAS, 2003, p. 24).

A perspectiva levantada por Freitas (2003), de que aquele que tem fome nem sempre se interroga sobre sua condição e nem fala sobre sua fome, reporta à discussão de pobreza entre as bolsistas do PBF. Ao que parece, a pobreza está em vários lugares, mas não na sua casa, a pobreza é da outra: da vizinha, da irmã e/ou da cidade.

Regina não concebe pobreza no rural, nem no seu assentamento e, muito menos, em sua casa. Em conversa com a interlocutora que, naquele momento, já não era bolsista do Programa, escutei: “aqui no interior o Bolsa Família até ajuda, mas na cidade precisa muito mais, que não tem como plantar uma mandioca, uma horta, criar uma galinha, não tem como buscar uma alternativa. Tem que ser para aquelas vilas, aquelas pessoas mais pobres, que não têm alternativa mesmo”. Regina considera que o PBF deveria ser restrito à cidade, pois “quem

tem terra não precisa de Bolsa Família. A cidade sim precisa, porque não tem alternativa para a mulher criar uma galinha, uma vaca para tirar leite, um porco para ter uma banha”. Percebe-se que, para ela, produzir alimentos e assegurar uma alimentação diversificada à família é ponto importante na definição de quem é ou não pobre e quem precisa ou não da “assistência” do Estado.

Na mesma linha de entendimento sobre o que seria a pobreza, desenvolveu-se o diálogo com Joana. Ela relata uma conversa que tivera com sua irmã, a qual afirmou preocupar-se com a situação financeira e de moradia de Joana. Mas Joana pondera que, apesar de a casa ser de madeira e ter apenas dois cômodos, seus filhos estão abrigados numa moradia na qual a chuva não entra, eles têm comida à vontade e sempre estão com ela, e ela ainda pode “dar uma mão” para sua mãe, que está com depressão e sozinha, cuidando de quatro netos. Ao falar dos cuidados com seus filhos, ela diz: “eles querem ovo, cozinho uma panelada; tem leite; querem carne, mato uma galinha; faço bolacha; tem uma fruta; comida não falta”. No decorrer da conversa com Joana, o esposo chega com uma sacola de frutas (peras e maçãs) colhidas no pomar da mãe de Joana, e ela argumenta: “isso é fartura”.

Para Joana, o fato de os filhos estarem livres – na natureza, comendo bem e tendo carinho dos pais – é mais importante que ela ter um salário e construir uma casa nova ou comprar roupas novas. Ela afirma: “claro que eu quero dar conforto para meus filhos e vou dar, mas não falta comida, tem roupas, tem uma casa que ainda não chove”. Assim, o que lhes falta é “conforto”, o que não coloca a família, aos olhos de Joana, na condição de pobreza, pois ela produz boa parte dos alimentos que consomem, seus filhos estão bem alimentados e cuidados e têm uma casa, ainda que não haja boa infraestrutura.

A terra é colocada como elemento que delimita a fronteira do ser ou não pobre, assim, quem possui terra não estaria na condição de pobreza. Ao relatar sua história de luta pela terra, Mercedes diz: “eu sou rica no meu pensamento, hoje tenho 26 hectares e uma casa. Isso aqui não tem valor, tem muito valor emocional porque foi na luta que conquistamos”. Para além do valor monetário da terra e de possibilitar a produção de alimentos (fator importante como demarcador de fartura em contraponto à fome e à condição de pobreza), Mercedes traz outro elemento: o valor emocional, essa terra é tão importante que ela não saberia atribuir um valor monetário. Assim como Joana remeteu o cuidado e o carinho com os filhos e o poder “dar uma mão” para a mãe como elementos importantes para além de um salário mensal, Mercedes também traz a questão emocional, dos sentimentos, e destaca: “pior que pobreza, é pobreza de espírito [força de vontade]”.

No decorrer da conversa, indaguei a Mercedes se ela se considera pobre, ao que ela respondeu: “pobre de bens sim, de espírito [força de vontade], não”. E, ao explicar a condição da família, mencionou outra categoria, a de extrema pobreza: “hoje a gente na verdade não tá na extrema pobreza, mas meus pais eram da extrema pobreza”. Na sequência da conversa, ao lembrar-se da condição de seus pais, agricultores, ela elencou fatores que entende associados à pobreza: “não tinha televisão, não tinha luz, não tinha água encanada, tomava banho na sanga, isso sim era pobreza”. Ainda referindo-se a esse período, Mercedes conta que quando pequena trabalhava nas lavouras dos vizinhos e o dinheiro que recebia era para o pai, pois “ele não comprava nem papel higiênico!”. O relato da condição de seus pais demarca o que, para ela, é extrema pobreza, pobreza monetária e pobreza de espírito. Ainda que entendendo-se como pobre, ela estabelece uma hierarquia em que a pobreza de espírito é mais grave que a pobreza monetária. Dessa forma, não se reconhecendo como pobre de espírito, afasta-se do “ser pobre” definido pelo PBF, pelo Estado.

Nessa mesma linha de reflexão, insere-se Flora, que afirma: “eu me considero uma pessoa pobre, mas pobreza mesmo não é por falta de recurso, é por falta de vontade mesmo”. Para exemplificar o que seria essa “falta de vontade”, cita a cidade de Canguçu e um contexto que ela denominou de *favelinha de Canguçu*. Segundo ela, os moradores da *favelinha* foram alocados em apartamentos na cidade, mas alguns os venderam e voltaram para a *favelinha*. Para Flora, esse processo tem uma explicação: “é falta de vontade mesmo”. E remete à história de sua avó materna, contando que a “vó era pobre e se virava, fazia cobertas [cobertores], fazia a roupa dela”. Ela segue na construção de seu argumento: “por não ter nenhum recurso, eu não vou ter uma horta, uma galinha, um porquinho?”. Flora traz dois elementos antes levantados por outras bolsistas como balizadores da condição de pobreza: ter pobreza de espírito, definida por estas como “falta de vontade”, e não produzir alimentos. Flora destaca alguns elementos que diferenciariam o pobre e o rico, sendo este o parâmetro de comparação, o que o rico tem e do que ela dispõe: “eu me considero uma pessoa pobre por não ter certas coisas que um rico tem, por exemplo, tem uma festa o rico vai lá e compra a roupa, eu não, eu vou com a que tenho, compro um calçado e uso aquele para sair e ir na cidade”. E remete ao dinheiro do PBF como a possibilidade de acessar bens de consumo: “tu usa o Bolsa Família para o teu filho ter um tênis novo, comprar uma fruta, um caderno bonito”.

Em estudo com bolsistas e não bolsistas do PBF, Marins (2017) destaca que as interlocutoras de sua pesquisa tendem a se desviar do enquadramento da categoria “pobre”.

Para elas, famílias pobres são aquelas que “pedem ajuda” do governo e da comunidade, ou seja, relacionam pobreza à dependência em relação ao Estado e à comunidade. Também empregam palavras para se desvincular da situação de pobreza, como “humilde”. Outra distinção estabelecida pelas bolsistas é entre o pobre e o miserável, dada pela disponibilidade de alimentos, assim aquela que não dispõe de alimentos é caracterizada como miserável. E, também, estabelecem uma diferenciação moral entre “pobre acomodado” *versus* “pobre que corre atrás”, ou seja, “suas disposições para agir no mundo não dependeriam de nenhum elemento estrutural, mas somente de si próprios. Essa percepção tende a responsabilizar o pobre por sua situação de ‘fracasso’”. (MARINS, 2017, p. 225).

Cleonice Araújo (2007), ao abordar concepções de pobreza entre bolsistas do PBF, aponta a dimensão moral do trabalho como fator que as afasta da concepção de pobreza:

[...] o trabalho se constitui num elemento revestido de grande dimensão moral ao amenizar a conotação negativa presente na pobreza. Mediante o trabalho demonstram não serem tão pobres ou pobres de espírito, visto que possuem a disposição para ir à luta, vencer as adversidades. Vencer, no sentido colocado pelas entrevistadas não implica necessariamente em superar a situação de pobreza ou ascender socialmente, mas se afirmar mediante o valor positivo atribuído ao trabalho como lei suprema da sociedade (ARAÚJO, 2007, p. 8).

No contexto estudado, falar de pobreza com as bolsistas não foi uma tarefa fácil, houve um constante desvio do tema, e quando houve algum avanço foi no sentido de falar da pobreza da outra, dos pais, da cidade. Elementos presentes nos estudos de Marins (2017) e Araújo (2007) são perceptíveis entre as bolsistas assentadas, no sentido de que, por exemplo, produzir seu alimento e ter a terra própria os desvincula da condição de pobreza. Igualmente, a estratégia de criação de outra categoria para distanciar-se da pobreza ou, pelo menos, amenizar esta condição demonstrando existir condições de pobreza mais agravantes, como o “pobre de espírito”.

Ao analisar a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil, Cazella, Bonnal e Maluf (2009) destacam que a produção de alimentos permanece sendo componente central na reprodução das famílias rurais e na percepção que têm sobre seu papel na sociedade. Os autores destacam que “a referência pelos atores locais às funções da agricultura de garantir a segurança alimentar (da sociedade e das próprias famílias) e aliviar a pressão do êxodo rural sobre os centros urbanos foi recorrente em todos os casos” (CAZELLA; BONNAL e MALUF, 2009, p. 51). Nessa perspectiva, entende-se que a produção de alimentos é percebida como a própria essência da identidade do(a) agricultor(a), ou seja, ao produzir

alimentos, afirmam o que são: agricultora e agricultor que produzem alimentos para si e para os outros.

Encaminhando para o próximo capítulo, chamo atenção, a partir de discursos e concepções do Estado e de bolsistas, para algumas questões, como: o que a definição/enquadramento de pobre afeta na vida das pessoas? Como são vistas e orientadas as pessoas ao serem inseridas em *política para pobre*, ficando sob a tutela do Estado? Quais os ritos para que se enquadrem na política? Basta declarar-se pobre? Essas são algumas das inquietações que permearão as discussões apresentadas no capítulo quatro, que se propõe a analisar o que os documentos do Estado (lei, formulários e cartilhas) dizem e produzem na vida das pessoas.

4 “TROUXE O CARTÃO AMARELO?”: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS FATOS DITOS E PRODUZIDOS PELOS DOCUMENTOS

A burocracia/3

Sixto Martínez fez o serviço militar num quartel de Sevilha. No meio do pátio desse quartel havia um banquinho. Junto ao banquinho, um soldado montava guarda. Ninguém sabia por que se montava guarda para o banquinho. A guarda era feita por que sim, noite e dia, todas as noites, todos os dias, e de geração em geração os oficiais transmitiam a ordem e os soldados obedeciam. Ninguém nunca questionou, ninguém nunca perguntou. Assim era feito, e sempre tinha sido feito. E assim continuou sendo feito até que alguém, não sei qual general ou coronel, quis conhecer a ordem original. Foi preciso revirar os arquivos a fundo. E depois de muito cavoucar, soube-se. Fazia trinta e um anos, dois meses e quatro dias, que um oficial tinha mandado montar guarda junto ao banquinho, que fora recém pintado, para que ninguém se sentasse na tinta fresca (GALEANO, 2002, p. 54).

No corredor, estão as pessoas, na grande maioria mulheres, sentadas com fichas vermelhas numeradas nas mãos. Na sala em frente, do Cadastro Único para Programas Sociais, estão as estagiárias¹. Uma delas, Maria, chama: “Ficha vermelha número seis”. Entra uma mulher, aparentando em torno de 50 anos, cumprimenta a estagiária, senta na cadeira em frente à mesa e diz ter vindo fazer a atualização do cadastro do Bolsa Família. Maria a cumprimenta e pergunta: “Trouxe o cartão amarelo?”, referindo-se ao cartão de saque do PBF. A mulher afirma estar com o cartão, ao que Maria solicita: “Seus documentos e de todos os membros da família, conta de luz e comprovante de renda”. Colocando todos os documentos em cima da mesa, a mulher relata portar seu RG e CPF, a certidão de nascimento dos dois filhos e o bloco de produtora rural, mas afirma não ter trazido o comprovante de matrícula, tendo em vista que os filhos permanecem na mesma escola. Maria recebeu os documentos, abriu o sistema na internet e inseriu o número do cartão amarelo. Ao abrir o cadastro da mulher, Maria conferiu os dados dos membros da família que constavam no cadastro e excluiu o cônjuge, já que esta informou estar separada. Maria devolveu os documentos, abriu a gaveta de sua mesa, retirou a calculadora e conferiu, no bloco de produtora², as notas de venda da produção de fumo correspondentes ao ano 2016. Somou as

¹ Cabe mencionar que na sala do CadÚnico as estagiárias eram duas mulheres, assim como, a Secretaria de Assistência Social era coordenada por uma mulher, com a participação de duas assistentes sociais. Mas o secretário geral da Secretaria era homem. Na avaliação de Marins (2017, p.155), não é aleatório que todas as funcionárias sejam mulheres, tendo em vista que “existe uma extensão da divisão social do trabalho por gênero no interior do Estado, onde a parte da rede de cuidados e do setor de prestação de serviços é ocupada, prioritariamente, por profissionais mulheres, enquanto a parte administrativa e financeira de tal instituição é geralmente ocupada por homens”.

² O denominado pela maioria das agricultoras e agricultores como bloco do/da produtor(a) rural é a Nota Fiscal do Produtor Rural (NFP), documento obrigatório para o/a agricultor(a) efetuar operações comerciais ou

notas, diminuiu deste total 35%³ [orientação dada pelo escritório municipal da EMATER para descontar o valor gasto para produzir, colher e secar o fumo], dividiu o valor restante por doze meses e depois dividiu o valor que seria a renda mensal pelo número total de membros da casa. Maria informou que o valor tinha ultrapassado R\$ 170,00 por pessoa e que ela possivelmente seria desligada do PBF. A mulher, então, contou que as notas de venda do fumo saem em seu bloco, mas que ela tem parceria com mais duas irmãs, ou seja, o valor total da venda do fumo seria dividido por três. Maria refez os cálculos, e mesmo assim o valor por membro da família ficou acima de R\$ 170,00. A mulher disse então não receber pensão do marido e que os preços das coisas, referindo-se às despesas com alimentação, luz e gás, estavam bastante elevados e que o dinheiro do PBF era muito importante. Maria disse que não podia fazer nada, pois o sistema [cadastro CadÚnico] funciona dessa forma. Então ela guardou o bloco de produtora. Maria imprimiu o resumo do cadastro e perguntou: “A senhora assina?”. A mulher afirmou que sim, Maria levantou, foi até a impressora, retirou as duas cópias do resumo do cadastro e a orientou sobre onde deveria assinar, ficou com uma cópia e entregou a outra à mulher, informando que o cadastro deveria ser atualizado daqui a dois anos, mas caso houvesse qualquer alteração na renda ou no grupo familiar ela deveria comparecer à Secretaria para atualizar as informações no cadastro. A mulher agradeceu, colocou a cópia na pasta onde estavam os outros documentos, despediu-se, e Maria chamou: “Ficha vermelha número sete” (Diário de campo, agosto de 2016).

A sala do CadÚnico, com início das atividades às 08h e término às 14h, é mobiliada por duas mesas, cada uma delas com uma cadeira para a atendente e outra para a bolsista. As mesas ficam dispostas em cantos opostos da sala, as cadeiras das atendentes atrás da mesa, assim elas mantêm contato visual e verbal. A cadeira para a bolsista está disposta em frente à mesa da atendente, de modo que a bolsista fica de costas para a outra bolsista que está em atendimento na outra mesa. Ao lado de uma das mesas há um armário, onde são guardados os formulários, cartilhas, folhas de ofício, entre outros documentos. E entre as duas mesas, próximo a uma parede, está a impressora utilizada pelas duas atendentes para impressão de comprovantes e outros documentos da rotina de atendimento da sala do CadÚnico. Na parede oposta à impressora duas cadeiras extras, destinadas a acompanhantes das pessoas em atendimento.

transporte de produtos e/ou animais. É também o instrumento que comprova atividade rural junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, para fins de aposentadoria rural.

³ Essa estimativa de 35% partiu do entendimento entre coordenação do Programa Bolsa Família local e EMATER, a partir do contexto da agricultura familiar local.

A cena descrita, de um atendimento na sala do CadÚnico na Secretaria Municipal de Assistência Social, aponta vários elementos, como a rotina burocrática, a linguagem do Estado e o discurso da bolsista do PBF para tentar viabilizar a permanência no Programa. A partir desses elementos, neste capítulo propomos analisar o papel dos documentos, atentando para o que estes dizem e produzem na vida das bolsistas do Programa Bolsa Família.

Mariza Peirano (2006, p. 25), em estudo intitulado “De que serve um documento?”, refere-se aos documentos como “papéis legais que infernizam, atormentam ou facilitam a vida do indivíduo na sociedade moderna”. Ao analisá-los em sua ocorrência rotineira e em eventos nos quais possuem papel central, a autora destaca que os documentos tanto revelam como põem em ação entidades concebidas abstratamente, como Nação, Estado, cidadania, democracia. Inspiradas na orientação de Mariza Peirano (2006), propomos atentar para diferentes facetas dos documentos no cotidiano das bolsistas do Programa Bolsa Família.

Eva Muzzopappa e Carla Villalta (2011), em estudo com documentos como campo de abordagem, destacam que um documento não pode ser considerado somente como fonte da qual extraímos dados, mas deve ser construído como campo de investigação. Nessa perspectiva metodológica e teórica, as autoras entendem que um documento “hace posible desarmar la idea del Estado, para poder apreciarlo, antes que como un ente monolítico con una direccionalidad única y lineal, como una arena de disputas en donde los diferentes actores sociales compiten por distintos tipos de recursos” (MUZZOPAPPA; VILLALTA, 2011, p. 35-36). Dessa forma, temos o desafio de analisar e ponderar os efeitos do discurso de um Estado hegemônico e singular, na medida em que “también nos habla de las formas en que se ha pensado al Estado, se han representado sus instituciones y construido tradiciones, así como transmitido formas de hacer el Estado” (MUZZOPAPPA; VILLALTA, 2011, p. 38). No contexto do Estado, seus documentos e suas burocracias, partimos à análise de documentos, como leis, decretos, formulários, orientações, e seus efeitos no cotidiano das bolsistas do PBF.

4.1 DOCUMENTOS: PAPÉIS LEGAIS QUE INFERNIZAM, ATORMENTAM OU FACILITAM A VIDA COTIDIANA

Peirano (2006, p. 26) afirma que tecnicamente os documentos facilitam “o ato de contar, somar, agregar a população (e, assim, taxar a riqueza e controlar a produção), ao mesmo tempo em que identificam o indivíduo – para fins de conceder direitos e exigir

deveres”. O documento legaliza, torna o indivíduo cidadão⁴, mas, ao mesmo tempo, passivo de controle do Estado:

Reconhecidos e regulados, os papéis estabelecem o indivíduo como único e particular e produzem, no mundo moderno, um máximo de singularização e uma individualização idealmente absoluta. O documento, assim, legaliza e oficializa o cidadão e o torna visível, passível de controle e legítimo para o Estado; o documento *faz* o cidadão em termos performativos e obrigatórios. Essa obrigatoriedade legal de possuir documento naturalmente tem seu lado inverso: o de remover, despossuir, negar e esvaziar o reconhecimento social do indivíduo que não possui o documento exigido em determinados contextos. (PEIRANO, 2006, p. 26-27, grifos da autora).

No Brasil a cidadania foi historicamente regulada pelo Estado através da inclusão na legislação de novas profissões e pela ampliação dos direitos associados a elas. Adquiriam status de cidadão aqueles sujeitos cuja atividade ou profissão fosse reconhecida em lei (PEIRANO, 2006). A autora menciona, inspirada em Santos (1979), que cabia ao Estado, via profissão, definir quem era ou não cidadão: “regulada e imposta pelo Estado, a profissão foi incorporada aos valores partilhados socialmente. A carteira de trabalho é o passaporte para a sociedade de direito” (PEIRANO, 2006, p. 29).

Documentos identificam cada indivíduo de uma coletividade, geralmente definida como um Estado nacional, e qualificam-no para determinadas atividades. Eles permitem a contagem dos indivíduos ao mesmo tempo em que os singularizam. Introduzidos no início do século XX, os documentos tiveram sua gênese com a implementação do Estado moderno e resultam de uma tentativa de combinar elementos particulares e conhecimento geral (PEIRANO, 2006). E o contraponto à exigência é a penalização por não possuir documentos, o pânico de perdê-los e ter seus direitos de cidadania suspensos. Peirano (2006, p. 37) afirma que “é nesse sentido abstrato, impessoal, anônimo, que o Estado é visto como punitivo, pouco flexível, opressivo, burocrático, autoritário e muito pouco amigável”.

Como menciona Peirano (2009) em seu texto sobre o paradoxo dos documentos, no mundo moderno somente conseguimos demonstrar que somos quem dizemos ser por meio dos documentos, pois “precisamos de provas materiais que atestem a veracidade da nossa auto-identificação, já que, por nós próprios, esse reconhecimento é inviável. Nossa palavra não é suficiente” (PEIRANO, 2009, p. 14). Se, por um lado, esses papéis possibilitam privilégios em relação aos que não os possuem, por outro, submetem o “cidadão” ao controle,

⁴ Segundo Peirano (2006, p. 28), “[...] a carteira de trabalho foi a ‘certidão de nascimento cívico’ após os anos 1930 no Brasil, tornando-se o primeiro documento que concedeu cidadania formal aos brasileiros urbanos”.

privando-lhe de liberdades. Como bem lembra a autora, para o Estado a identificação será sempre melhor que o anonimato (PEIRANO, 2009).

Tiago Lemões (2017), em pesquisa junto ao Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) na cidade de Porto Alegre/RS, relata que as chamadas “prisões para averiguação” de pessoas sem documentos eram experiências quase cotidianas e que vinham à tona em relatos de reuniões e conversas informais com destaque para a violência das abordagens. A orientação dos parceiros institucionais do MNPR, principalmente durante a Copa do Mundo de 2014, era que as pessoas confeccionassem seus documentos, para, assim, evitar ou minimizar prisões ou abordagens violentas.

O autor descreve o caso de uma denúncia do envolvimento da polícia na morte e desaparecimento do corpo de um morador em situação de rua. Após longo caminho percorrido por ele e integrantes do MNPR na busca por informações, e pelo corpo, o encerramento do caso se deu pela justificativa de que, por motivo desconhecido, a família inventara a morte do morador. Lemões (2017, p. 236) conclui que “o vazio documental foi o que legitimou esse desfecho no qual a família aparece como autora de um engano” e destaca:

Por mais visível, por mais presente que estivesse nas palavras e nas dores, por mais que pudesse ser verbalizada inúmeras vezes por diferentes atores, a violência não existia para o Estado que estava ali, nas suas margens, mas que mantinha seus enigmas, suas portas muito bem fechadas. Bem sabemos que o encontro do Estado com suas margens é tanto mais profícuo quanto maior é a sua materialização em corpos, carimbos, cartões, formulários e documentos oficiais (BACHTOLD, 2016). Sem matéria e evidência, a verdade da existência é deslocada ao reino das invenções monstruosas (LEMÕES, 2017, p. 238).

Os fatos narrados e analisados por Lemões (2017) evidenciam o que Peirano (2009) constatou em sua pesquisa: a palavra não é suficiente.

Roberto DaMatta (1999, p. 44), ao analisar o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira, afirma que “a obrigatoriedade das carteirinhas, atestados, certificados e diplomas que ajudam a reificar direitos e pessoas, são sintomas de um sistema que insiste em operar pelo eixo da personalidade, da honra, da vergonha e da amizade”. O autor convida a vislumbrar uma cena na qual uma pessoa comum ouve bater em sua porta e ao abri-la depara-se com um estranho que, portando sua carteira de identidade, identifica-se como um “agente do FBI” e adentra a residência. Com esse exemplo, DaMatta lembra que inúmeras vezes tomamos conhecimento dessa situação no cinema, televisão e livros, mas não refletimos sobre o poder dos papéis e das identificações formais na nossa sociedade. Não tomamos consciência de que “esses emblemas são manifestações concretas do Estado nas nossas vidas, revelando

uma arbitrariedade que é tanto maior e mais chocante, quanto mais estabelecido está o credo da igualdade de todos perante a lei no sistema em pauta” (DAMATTA, 1999, p. 46).

São documentos como diplomas, carteirinhas e o formulário do CadÚnico que avalizam a entrada à casa de famílias cadastradas no CadÚnico. Sem agendamento prévio, profissionais habilitados por um diploma e carteirinha profissional, chegam em um carro com emblema da Secretaria de Assistência Social ou do Programa Bolsa Família e adentram a casa para observar e realizar entrevista com a família para, assim, averiguar a veracidade de informações prestadas no ato do cadastramento do CadÚnico. Dúvidas e desconfianças são relacionadas, majoritariamente, à renda, às condições de moradia (construção, móveis, eletrodomésticos) ou a partir da lista do Ministério Público, que denuncia irregularidades de bolsistas do Programa.

Em um dos eventos da chegada da lista do Ministério Público para averiguação de irregularidades de bolsistas do Programa, cerca de 1.500 nomes para averiguação *in loco*, constava o nome de Flora. Conheci Flora em uma reunião do grupo de produção de sementes agroecológicas no seu assentamento, em maio de 2017.

Durante a caminhada na lavoura da vizinha de Flora, onde realizaram a reunião do grupo, perguntei se era bolsista do Programa Bolsa Família. Ela afirmou ser bolsista, mas que em novembro do ano anterior (2016) fora à cidade receber, e o cartão estava bloqueado. Dirigiu-se, então, à Secretaria de Assistência Social, denominada por ela e outras bolsistas como *Secretaria da Primeira-Dama*, onde foi informada que seu nome constava na lista de averiguações do Ministério Público⁵ e que receberia uma visita. Em um dia em que ela e o esposo estavam na lavoura, três mulheres e quatro homens chegaram em uma van e fizeram-lhe perguntas, as mesmas que já havia respondido na atualização do cadastro, e uma mulher, cuja função não sabe qual era, falou que constava um CNPJ em seu nome e que precisavam saber do que se tratava. Então Flora explicou que era o CNPJ da associação do grupo do assentamento, pois, no período em que foi presidenta, o CNPJ foi passado para o seu nome e até então não tinha sido transferido para o nome do atual presidente. A mulher informou que a partir da informação estaria tudo normalizado.

Em dezembro, Flora foi à cidade para receber o valor do PBF, mas o cartão permanecia bloqueado. Retornou à *Secretaria da Primeira-Dama*, onde foi informada de que

⁵ Após a chegada da lista à Secretaria de Assistência Social, a cada novo cadastro ou atualização, Maria, com a lista impressa em sua mesa, logo após perguntar pelo cartão amarelo e pelos documentos, averiguava se o nome da bolsista sentada a sua frente constava na lista. Em caso positivo, eram realizadas perguntas referentes à renda, CNPJ, entre outras, e, caso não considerasse satisfatórias as respostas, a bolsista era informada de que receberia uma visita da assistente social.

deveria aguardar. Em abril de 2017, recebeu uma ligação da escola da filha para comparecer à Secretaria de Assistência Social, o que fez alguns dias depois, quando lhe comunicaram que o cartão do PBF fora desbloqueado e que ela havia acumulado quatro meses do valor recebido, mas que, como não havia sacado o dinheiro, o “governo pegou de volta”. Ela lamentou bastante porque “daria um bom dinheirinho” (recebia R\$135,00 por mês); contudo, por não ter sido avisada e haver desistido de verificar todo mês, em função do valor da passagem de ônibus até a cidade, acabou perdendo o dinheiro (Diário de campo, maio de 2017).

Nas idas e vindas à casa de Flora segui acompanhando o caso. Após o acontecido, o retorno do dinheiro aos cofres da União, Flora contou que as funcionárias da Secretaria orientaram-na a esperar a atualização de sua situação no sistema do Governo. Passaram-se alguns meses e ela retornou à Secretaria, em agosto de 2017, e solicitaram comprovante de matrícula atualizada dos filhos. Flora lembra que deixou para levar no mês seguinte por considerar elevado o valor da passagem (R\$ 15,00), razão para evitar ir à cidade com frequência. Somente em abril de 2018 ela teve sua situação regularizada. Em sua visita, a agente de saúde informou que o nome de Flora estava na lista de pesagem no posto de saúde. Então ela foi à cidade conferir a conta e constava o valor referente a três meses (R\$ 202,00 por mês). Flora contou que já estava no período de fazer a atualização do cadastro e que, para evitar problemas, “até já me pesei, aqui no posto”. Flora, nesse período (abril de 2018), estava gestante e realizava as consultas do pré-natal, um mês na cidade e outro mês no posto de saúde próximo ao assentamento, e a agente de saúde ia a sua casa todos os meses.

A história de Flora evidencia, para além do que a lista do Ministério Público informava – seu nome com suspeita de irregularidade, já que constava um CNPJ em seu nome –, o efeito desse documento em sua vida. Inicialmente houve o bloqueio do cartão, seguido por uma visita de averiguação, as inúmeras idas e vindas à *Secretaria da Primeira-Dama* e aproximadamente um ano e quatro meses sem receber o dinheiro do Programa.

Assim como Flora, outras bolsistas tiveram o Programa trancado ou cancelado em virtude de denúncias do MP, frequência escolar abaixo de 75%, transferência de município – o que leva meses para avaliação e liberação do dinheiro. Em um desses casos, uma mulher, visivelmente impaciente com a situação, pois o BF estava trancado há oito meses, retornava à Secretaria de Assistência Social na tentativa de solucionar o problema. Ela residia na zona rural de Canguçu, mas, por estar geograficamente mais próxima do município de Cristal, decidiu transferir o BF para esse município; no entanto, desde a transferência o BF estava bloqueado. Então Maria sugeriu transferir o cadastro novamente para Canguçu. Como era um

procedimento de transferência, Maria teve de preencher o formulário do CadÚnico novamente, mesmo já tendo o cadastro da bolsista no sistema *online*. Ao finalizar o cadastro, Maria orientou que a mulher retornasse após três meses para averiguar a situação, período que a usuária do programa considerou excessivo. Maria explicou que não havia outra alternativa, porque era determinação do sistema. O que seria um ato para facilitar a vida da bolsista, transferir o BF para o município onde o acesso era mais fácil, gerou inúmeras idas até o município de Cristal e depois até Canguçu, além de meses sem receber do Programa.

Um processo semelhante ocorreu com Joana, que, ao se mudar do município de Cristal para um assentamento em Canguçu, fez a transferência do cadastro e, por falta de documento, teve o BF cancelado, somente obtendo o restabelecimento após várias idas à Secretaria de Assistência Social. Joana havia encaminhado o bloco de produtora rural e, na época, não fora possível fazer a transferência do BF para Canguçu, mesmo explicando que já havia encaminhado o bloco de produtora rural na Secretaria de Agricultura, setor do INCRA. Logo que obteve o bloco, fez uma nota de compra e venda com a vizinha e levou até a estagiária do CadÚnico e aguardou por três meses para ser inserida novamente como bolsista do PBF. Joana lamentou o corrido porque antes do cancelamento recebia R\$ 220,00 e, após regularizar seu cadastro e ser inserida novamente como bolsista, passou a receber R\$ 135,00. A redução no valor possivelmente esteja relacionada ao atual contexto de Joana, já que antes residia com os sogros em Cristal e hoje está assentada, com uma carta de concessão de uso da terra em seu nome, com aproximadamente 24 hectares. Mesmo que tenha relatado as dificuldades enfrentadas, uma vez que reside em uma pequena casa de madeira, sem recursos para investir na estruturação e na produção do lote, o documento declara que Joana possui aproximadamente 24 hectares de terra, o que reconfigura sua situação no cadastro.

Seguindo a discussão em torno dos documentos e burocracias, atentamos para outro elemento analisado por DaMatta, os significados da fotografia nos documentos:

Ademais, é importante notar que, no Brasil, as fotografias estampadas nos “documentos” (sobretudo na carteira de identidade, na carteira de trabalho e no passaporte), não podem registrar sorrisos, pois sendo oficiais, esses documentos têm que ser “sérios”, não comportando fisionomias felizes e relaxadas. Seria essa postura mais uma prova implícita de que toda e qualquer relação com o Estado tenha que ser necessariamente grave e soturna? Como se, no Brasil, o poder e a autoridade estatal tivesse como sua contrapartida não cidadãos felizes, mas indivíduos tristonhos, respeitadores e medrosos, portadores de uma “cara séria” que, diante do poder, não pisca, nem reclama? (DAMATTA, 1999, p. 49).

Esse ponto levantado pelo autor, ainda que o recorte seja a fotografia, remete ao ambiente da Secretaria de Assistência Social e, em especial, à sala do CadÚnico. Ao adentrar a Secretaria, as pessoas, na sua maioria, estão de cabeça baixa, falam baixo, um corpo com aspecto cansado, logo sentam com a ficha de atendimento na mão. Ao serem chamadas à sala do CadÚnico, cumprimentam a estagiária, sentam, olham para o chão ou para seus documentos em mãos, respondem as perguntas de forma sucinta e, enquanto a estagiária preenche dados no sistema, as bolsistas ficam em silêncio. Assim que os documentos são devolvidos, guardam nas pastas ou bolsas e, não raro, perguntam: “deu?” no sentido de “posso ir embora?”. A sensação que transmitem é de que querem logo sair daquele espaço e, cabe sugerir, que esse comportamento está relacionado à relação posta com o Estado e seus agentes, com a burocracia e a vigilância sobre seu olhar, movimentos e falas, na busca da veracidade dos documentos e fatos apresentados.

Como bem coloca o autor, no decorrer dos anos observa-se a capacitação das diversas burocracias estatais, ancorada em alta tecnologia, corroborando para a categorização de indivíduos com a premissa do inventário, do controle e da classificação e “assim, se esse controle pelos documentos aumenta a eficácia do Estado no combate ao crime e aos sonegadores, ele também invade a intimidade das pessoas” (DAMATTA, 1999, p. 50). Para DaMatta, o estudo dos documentos demonstra que a importância dos papéis resulta da força de uma profunda retórica legalística:

Retórica centrada no Estado, cuja expressão concreta e familiar se faz por meio de dispositivos e exigências formais e cartoriais que são provavelmente mais importantes para manter o seu poder, do que os altos dispositivos realizados em nome de grandes modelos e estratégias políticas. No Brasil, o Estado até bem pouco tempo não se preocupava com o bem-estar social, mas com esses mecanismos de controle dos quais os documentos – ou a “papelada” – são o melhor sintoma (DAMATTA, 1999, p. 61).

Ao analisar registros policiais de desaparecimento de pessoa, Letícia Ferreira (2013, p. 14), afirma que os documentos oficiais “ocupam lugar central nos regimes de autoridade, autenticação e produção de verdades vigentes nos Estados modernos”. A perspectiva analítica adotada pela autora encara os documentos como artefatos que exercem mais do que uma função meramente de registro ou representação gráfica, eles produzem e rearranjam relações, além de transportar, conter ou incitar afetos de diversas ordens. Como descreve Ferreira (2013, p. 42), embasada em Navaro-Yashin (2007), esses papéis “funcionam, em suma, não como artefatos estéreis e autocontidos, e sim como objetos materiais do direito, da

administração e da governança capazes de produzir diferentes efeitos e engendrar múltiplos afetos e relações”.

Em outro estudo, Ferreira (2014) aborda rotinas formais e demandas morais na administração de casos de crianças desaparecidas em um órgão de assistência social. No contexto da figura da criança desaparecida e a relação com o Programa SOS, a autora destaca que a família da criança desaparecida é objeto de avaliação e torna-se um domínio possível de intervenção por parte do SOS e dos “amigos do Programa”. Nas entrevistas a que são submetidas, as famílias são inqueridas sobre incidência de alcoolismo, espancamento, uso de tóxicos e abuso sexual entre seus membros. Para Ferreira (2014, p. 12), “o fato de cada uma dessas questões ser tematizada na entrevista explicita quais são os parâmetros a partir dos quais as famílias que procuram o SOS são avaliadas, além de revelar alguns dos elementos que compõem certo imaginário em torno da criança desaparecida”.

Questões apontadas por Ferreira (2014), como os parâmetros por meio dos quais as famílias são avaliadas, dialogam com o contexto das entrevistas de cadastramento e atualização do CadÚnico aqui analisadas. Como já comentado, é no ato do cadastramento ou de sua atualização que se percebem as interpretações e atuações a partir da Lei do Programa. Dessa forma, entende-se ser pertinente debruçar-se sobre o formulário de cadastramento do CadÚnico, atentando para as perguntas e trazendo, a partir da observação na sala do CadÚnico, elementos de como essas questões tocam às bolsistas.

4.2 APRESENTANDO O FORMULÁRIO

O formulário apresenta na contracapa (Figura 2) instruções para a entrevistadora, chamando atenção para definições sobre Família, Responsável pela Unidade Familiar e Morador. Assim, segundo o documento, deve ser considerada família a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, podendo ser ampliada por outras que contribuam ou sejam dependentes financeiramente e que sejam moradores da mesma residência. Já o responsável pela Unidade Familiar, além de ser componente da família, deve residir no domicílio, ser maior de 16 anos e, preferencialmente, mulher. Já o morador é aquele que tem o domicílio como referência de residência na data da entrevista. Na sequência, o chamado “não esqueça também que” atenta para o fato de que o responsável pela unidade familiar deve, obrigatoriamente, apresentar CPF ou título de eleitor no ato da entrevista e que o

Número de Identificação Social – NIS somente será gerado mediante a apresentação de pelo menos um dos documentos do bloco 5.

Figura 2 - Capa formulário com instruções gerais

INSTRUÇÕES GERAIS

ENTREVISTADOR, ESTEJA ATENTO PARA O QUE O CADÚNICO CONSIDERA COMO:

1º - **FAMÍLIA** - é a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela mesma, todas moradoras em um mesmo domicílio.

2º - **RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR - RF** - deve ser um dos componentes da família e morador do domicílio, com idade mínima de 16 anos. Recomenda-se que seja, preferencialmente, mulher.

3º - **MORADOR** - é a pessoa que:

- tem o domicílio como local habitual de residência e nele residia na data da entrevista, ou embora ausente na data da entrevista, tem o domicílio como residência habitual; e
- está internada ou abrigada em estabelecimentos de saúde, Instituições de Longa Permanência para Idosos, equipamentos que prestam Serviços de Acolhimento, instituições de privação de liberdade, ou em outros estabelecimentos similares, por um período igual ou inferior a 12 meses, tomando como referência a data da entrevista.

NÃO ESQUEÇA TAMBÉM QUE:

- as informações do Formulário do Cadastro Único devem ser fornecidas pelo **Responsável pela Unidade Familiar - RF**;
- o Responsável pela Unidade Familiar - RF deverá obrigatoriamente apresentar CPF e/ou Título de Eleitor no ato da entrevista;
- os outros componentes da família devem apresentar ao menos um documento de identificação civil (Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento e Registro Geral de Identificação - RG), ou qualquer outro documento de identificação da pessoa (CPF, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho e Previdência Social), indicados no Bloco 5;
- você deve coletar os dados de todos os componentes da família moradores do domicílio, independentemente da apresentação de algum documento de identificação. A entrevista para a pessoa que não apresentou documento deve ser feita normalmente, e os quesitos relativos à documentação devem ser deixados em branco. Apesar de o formulário ter sido preenchido, você deve avisar ao RF que o cadastramento só será concluído e a família incluída no Cadastro Único quando todos os componentes da família apresentarem ao menos um dos documentos de identificação do Bloco 5;
- caso algum componente da família não possua documento por não ter sido registrado ou não ter a Certidão de Nascimento, o cadastramento poderá ser concluído e a família incluída no Cadastro Único, mas a pessoa não será contada para o cálculo da renda per capita da família. Nestes casos, as pessoas sem Registro e/ou Certidão de Nascimento devem ser encaminhadas para o serviço de Registro Civil;
- no caso de POVOS INDÍGENAS e COMUNIDADES QUILOMBOLAS, segundo critérios definidos pelo MDS, o Responsável pela Unidade Familiar - RF pode ser cadastrado com a apresentação de qualquer documento de identificação (não necessariamente o CPF ou Título de Eleitor); e
- somente será atribuído o Número de Identificação Social - NIS às pessoas que apresentarem, pelo menos, um dos documentos de identificação do Bloco 5.

Fonte: Brasil, MDS, 2018.

O formulário é dividido em oito blocos, sendo necessário preencher os blocos quatro a oito para cada membro da família. O Bloco 1, denominado Identificação e Controle, centra-se no endereço da família (localidade, rua, número, tipo de imóvel) e o cabeçalho e parte final do bloco são destinados ao(à) entrevistador(a) para preenchimento de códigos, seu nome, CPF, observações e sua assinatura (Figura 3).

Figura 3 – Formulário principal de cadastramento

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z PREENCHA A QUADRICULA DESTA FORMA: X

Governo Federal
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
 Departamento do Cadastro Único

Formulário Principal de Cadastramento F1

1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE

1.01 - Código familiar 1.02 - UF 1.03 - Município 1.04 - Distrito 1.05 - Subdistrito 1.06 - Setor censitário

1.07 - Modalidade de operação
 1 - Individual 2 - Alugação

1.08 - Forma de coleta de dados
 1 - Sem visita domiciliar 2 - Com visita domiciliar

1.09 - Formulário(s) preenchido(s)
 0 - Principal 2 - Anexo 2
 1 - Anexo 1 3 - Suplementar(es) nº(s)

1.10 - Data de entrevista
 Dia Mês Ano 2 | 0 |

ENDEREÇO DA FAMÍLIA

1.11 - Localidade (bairro, povoado, vila, etc.)

Logradouro (tipo, título, nome)
 1.12 - Tipo (rua, avenida, lagoa, etc.)
 1.13 - Título (geral, santa, pinho, etc.)
 1.14 - Nome
 1.15 - Número 1.16 - Complemento do número (x/nº, km, A, FUNASA, SUCAM, etc.)
 1.17 - Complemento adicional (apartamento, casa, sobrado, fundos, bloco, loja, quadra, etc.)
 1.18 - CEP

1.19 - Unidade territorial local
 a) Código b) Descrição

1.20 - Referência para localização

ENTREVISTADOR

1.21 - Nome
 1.22 - CPF do entrevistado Assinatura do entrevistador
 1.23 - Observações
 Assinatura do representante da prefeitura/orgão responsável pelo cadastramento

31.442 v007

Fonte: Brasil, MDS, 2018.

O Bloco 2, intitulado Características do Domicílio, afere desde a localização da moradia (rural ou urbana); se o domicílio é particular; se é domicílio permanente, improvisado ou coletivo; número de cômodos; número de cômodos utilizados como dormitório; material que predomina no piso da residência (terra, cimento, madeira, cerâmica); material que predomina na construção das paredes; se no domicílio há água encanada pelo menos em um cômodo; forma de abastecimento de água (rede de distribuição, poço ou nascente, cisterna); se há banheiro ou sanitário e forma de escoamento; destino do lixo do domicílio; tipo de iluminação utilizada (elétrica, óleo, vela); se existe calçamento na rua e em frente à residência.

O Bloco 3, destinado a informações sobre a Família, inicia com a seguinte observação: “Observe os conceitos de família e de morador na contracapa do formulário”. Nesse bloco, as questões iniciais são destinadas a famílias indígenas e quilombolas: se a família é indígena ou quilombola, a que povo indígena pertence, se reside em terra ou reserva indígena, nome da terra ou reserva indígena ou comunidade quilombola; quantas pessoas moram no domicílio, quantas famílias moram no domicílio, se há pessoas da família (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) internadas, abrigadas ou privadas de liberdade há 12 meses ou mais. Na sequência, consta o primeiro nome de cada membro da família, com a orientação de iniciar pelo nome do responsável da unidade familiar, para então serem especificados os valores (R\$) mensais gastos pela família em: energia elétrica; água e esgoto; gás, carvão e lenha; alimentação, higiene e limpeza; transporte; aluguel e medicamento de uso regular. Por fim, são também incluídos nome e código do Estabelecimento de Assistência à Saúde e do Centro de Referência da Assistência Social em que os membros da família são atendidos.

O Bloco 4, chamado Identificação da Pessoa, indica que devem ser digitados, para cada membro da família, o número de ordem, nome completo, Número de Identificação Social, apelido/nome social, sexo, data de nascimento, relação de parentesco com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar, cor ou raça (branca, preta, amarela, parda e indígena), nome completo da mãe e do pai, país, estado e município em que nasceu e se o nome foi registrado em cartório de registro civil. O Bloco 5, denominado Documentos, solicita tipo e dados da certidão, número de inscrição no CPF, dados do documento de identidade, título de eleitor, carteira de trabalho e previdência social.

O Bloco 6, destinado a pessoas com deficiência, inicia com um texto de orientação a entrevistadora de que a avaliação da pessoa com deficiência e dos membros de sua família deve ser feita considerando a utilização de óculos, lentes de contato, aparelho auditivo, prótese e bengala. Dentre as questões a serem respondidas, consta o tipo de deficiência (cegueira, baixa visão, surdez severa/profunda, surdez leve/moderada, deficiência física, deficiência mental ou intelectual, síndrome de Down e transtorno/doença mental). É também indagado se a pessoa demanda cuidados de terceiros devido à doença.

O Bloco 7, dedicado à Escolaridade, contém questões relacionadas a alfabetização, saber ou não ler, se frequenta creche ou escola, nome da instituição de ensino, se a instituição localiza-se no município, código do INEP/MEC da escola ou creche, qual curso e ano que frequenta. Por fim, há uma questão referente ao curso mais elevado que já frequentou, no qual tenha concluído pelo menos uma série. Cabe à escola informar, a cada seis meses, a

frequência escolar dos alunos bolsistas do BF. Este documento é enviado à Secretaria Municipal de Educação e a responsável pelo Programa digita a frequência de cada aluno no Sistema Presença do Ministério da Educação.

O Bloco 8 trata de questões relacionadas a Trabalho e Remuneração, cuja primeira questão é: “na semana passada trabalhou?”. Caso não tenha trabalhado, deve especificar motivos do afastamento (doença, falta voluntária, licença, férias ou outro motivo). Constatam questões referentes à principal atividade exercida no trabalho, se no mês passado recebeu remuneração e a especificação do valor, se teve trabalho remunerado nos últimos 12 meses, quantos meses trabalhou nesse período, remuneração bruta de todos os trabalhos recebida nesse período, quanto recebe normalmente por mês (ajuda/doação regular de não morador; aposentadoria, aposentadoria rural, pensão; seguro-desemprego; pensão alimentícia e outras fontes de renda).

Ao final do cadastramento ou atualização, o Responsável pela Unidade Familiar deve assinar o comprovante de prestação de informações (Figura 4) e, mais uma vez, colocar nome, CPF e título de eleitor. Da mesma forma, a entrevistadora deve preencher um campo com seu nome e CPF. Para além do comprovante, demanda-se a assinatura de um termo de autorização (Figura 5) para que os agentes possam enviar mensagens via telefone ou e-mail para as bolsistas.

Figura 4 – Comprovante de prestação de informação

Recebimento do comprovante de prestação de informações

Eu, _____
 afirmo que recebi o comprovante de prestação de informações deste formulário.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura _____

COMPROVANTE DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Renda de Cidadania Departamento do Cadastro Único	Formulário Principal de Cadastro F1
Declaro, sob as penas da lei (Art. 299 do Código Penal), que as declarações contidas neste formulário correspondem à verdade e comprometo-me a procurar a gestão municipal para atualizá-las sempre que houver mudanças em relação às informações prestadas por mim nesta entrevista ou, no máximo, em até três anos de data desta entrevista.	
Nome: _____ _____ _____	
Identificação (CPF): _____	Identificação (Título de Eleitor): _____
Assinatura do Responsável pela Unidade Familiar: _____	
Nome do município: _____	
Código familiar: _____	Data de entrevista: _____/____/____ <small>Dia Mês Ano</small>
Entrevistador: _____ Identificação (CPF): _____	Assinatura do entrevistador: _____
Modalidade da operação: <input type="checkbox"/> Inicial <input type="checkbox"/> Alteração	
Telefone do órgão responsável: _____	

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
 Para pessoas com deficiência: atendimento telefônico ou de balcão: 0800 726 2822
 Ouvidoria: 0800 726 1414
 Atendimento: 0800 726 1414

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

31.442 v007

Figura 5 – Termo de autorização

Li e concordo (celular) Li e concordo (e-mail)

Local: _____ Data: __/__/____

Assinatura

Autorização para envio de mensagens (via celular e e-mail)

Com a assinatura deste termo, declaro que o telefone e e-mail informados são de minha propriedade e autorizo o MDS e a CAIXA a enviar mensagens por esses canais utilizando os dados e autorizações informados por mim no formulário do Cadastro Único, de acordo com as seguintes condições:

a) o envio de mensagens se dará somente para fins de implementação de políticas públicas e estudos e pesquisas, conforme previsto no Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que regulamenta o Cadastro Único;

b) as mensagens se limitarão a textos e JAMAIS conteúdo links, endereços de e-mail, propagandas de terceiros, arquivos anexos, solicitação de senha nem pedidos de autorização;

c) o serviço de envio de mensagens será prestado por prazo indeterminado, podendo ser cancelado a qualquer tempo sem aviso prévio, sem prejuízo para minha pessoa ou ainda para o MDS e a CAIXA;

d) o MDS e a CAIXA não se responsabilizam por problemas nos serviços de celular e e-mail nem por acessos de outras pessoas às mensagens recebidas por mim;

e) as dúvidas sobre o envio de mensagens podem ser esclarecidas pelo site www.caixa.com.br ou central de atendimento telefônico da CAIXA (0800 726 0104).

Li e concordo (celular) Li e concordo (e-mail)

Local: _____ Data: __/__/____

Assinatura

Fonte: Brasil, MDS, 2018.

4.3 O FORMULÁRIO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE

Ao analisar o formulário de cadastramento do CadÚnico – explicitado no primeiro bloco, de título “Identificação e Controle” –, percebe-se o que DaMatta (1999) sugere ao discutir a respeito do controle pelos documentos, quando aponta que estes aumentam a eficácia do Estado e invadem a intimidade das pessoas. Ainda com relação ao Bloco 1, a entrevistadora também necessita colocar seu nome, CPF e assinar o formulário impresso, que depois será digitalizado no sistema *online*. O CPF e a assinatura da entrevistadora constroem no sentido da veracidade das informações. Ao analisarmos a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004, de criação do Programa Bolsa Família, em específico o Art. 14, temos que o agente do Estado é responsabilizado civil, penal e administrativamente, pelas informações registradas.

Art. 14. A autoridade responsável pela organização e manutenção do cadastro referido no art. 1º que inserir ou fizer inserir dados ou informações falsas ou diversas das que deveriam ser inscritas, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, ou

contribuir para a entrega do benefício a pessoa diversa do beneficiário final, será responsabilizada civil, penal e administrativamente (BRASIL, 2004, p. 4).

Entende-se que essa resolução produz mecanismos na “busca da verdade”. Assim, na entrevista para preenchimento ou atualização do cadastro do CadÚnico, fatos como a pessoa estar inquieta e/ou demonstrar nervosismo, enrubescer ante alguma pergunta ou não olhar nos olhos da entrevistadora podem ser interpretados como indício de omissão de informações. Dessa forma, por um lado, a Lei produz mecanismos de controle e vigilância para garantir a eficiência do Estado e, por outro, produz desconforto, vergonha e, em alguns casos, visitas dos agentes *in loco* para averiguação das informações prestadas na sala do CadÚnico. Ainda, podemos pensar que, ao circular, os documentos (formulários, cartilhas, cartazes de campanha do Programa, orientações na internet, etc) colocam verdades em circulação, reforçando e, ao mesmo tempo, produzindo verdades sobre mulher, família, pobreza, honestidade, entre outros. Dessa forma, podemos dizer que documentos têm agência e produtividade.

Ao analisar os blocos de questões do formulário, percebe-se algo como um afunilamento de perguntas, que possibilita ao Estado traçar o perfil da candidata. Para tal, esta é inquirida sobre as características de seu domicílio, inclusive o material que predomina no piso e paredes da casa; os valores mensais gastos com gás e/ou lenha, alimentação, transporte e medicamentos. Ainda ela deve responder questões como, a exemplo de uma que faz parte do Bloco 8, “na semana passada trabalhou?” (caso não deve justificar o motivo). Podemos afirmar que o formulário assegura ao Estado o controle de informações dessa população: baixa renda, pobres e extremamente pobres, e a essas pessoas cabe responder esse “documento oficial”, ainda que constrangidos diante de perguntas invasivas. E não basta responder às questões, mas suas respostas devem ser convincentes perante o agente do Estado.

Ainda no tocante às entrevistas nas quais as famílias são inquiridas, Ferreira (2014) chama atenção para a linguagem dos documentos, em que “ao comparecer ao SOS⁶ munidas de pastas que contêm desde Registro de Ocorrência policial até desenhos e bilhetes pessoais, as famílias demonstram um claro conhecimento prático acerca dessa linguagem” (FERREIRA, 2014, p. 17). Estar familiarizado com a linguagem dos documentos é necessário, pois as famílias sabem que sem cumprir os requisitos documentais do SOS não serão atendidas pelo programa, assim como “não terão suas demandas acolhidas em delegacias de polícia, conselhos tutelares e outras instituições com que venham a interagir em função do desaparecimento” (FERREIRA, 2014, p. 17). Os documentos são artefatos

⁶ A autora refere-se ao SOS Desaparecidos.

carregados de valores morais que transcendem a aparente formalidade e produzem diferentes efeitos. Estão carregados de valores, capacidades e sentidos morais, sendo objetos de disputa e alvos de agenciamento (FERREIRA, 2014). Esse processo é visível na sala do CadÚnico, quando as bolsistas chegam com a pasta de documentos, ou logo que sentam e abrem a bolsa, retirando seus documentos pessoais e dos demais membros da família. Das observações realizadas na sala do CadÚnico, raras foram as vezes em que alguém chegou até a mesa de Maria sem os documentos exigidos para o cadastro ou a atualização de cadastro. Isso pode ser relacionado ao antes comentado por Ferreira (2014), ou seja, as famílias sabem que sem cumprir os requisitos documentais não serão atendidas, seja no contexto do SOS desaparecidos, do Bolsa Família ou de outros Programas e Políticas de Estado.

4.4 AS LÓGICAS IMPLÍCITAS NAS CONDICIONALIDADES E AS PERCEPÇÕES DAS BENEFICIÁRIAS

Voltando ao contexto da sala do CadÚnico, uma mulher adentra o local para apresentar a frequência escolar de seus filhos, pois, segundo ela, ocorreu um engano tendo em vista que o BF foi trancado por motivo de baixa frequência escolar (abaixo de 75%) ainda que seus filhos não tenham faltado à escola. No entanto, como a mãe não trouxe o documento especificando a porcentagem de presença escolar, foi orientada a voltar à escola e solicitá-lo, para então retornar à sala do CadÚnico. Além de a palavra desta mãe não ser suficiente, o documento tampouco foi, faltaram os números e a porcentagem.

Em conversa com Joana, assentada e mãe de dois meninos – na época apenas um deles em idade escolar –, ela lembrou da passagem do filho por uma escola em que alegavam que o aluno não poderia exceder três faltas ao ano: “lá na Otto Becker, depois de três faltas no ano, tinha que apresentar atestado médico, ia bilhete do Bolsa”. A mãe, com tom de indignação, conta: “o João faltou cinco vezes, e a mulher me chamou lá porque eu ia perder o Bolsa”. Com a tarefa de manter o índice de frequência escolar acima dos 75%, a escola acaba por criar mecanismos fora do que demanda a Lei do Programa, tendo em vista que apenas cinco faltas ao ano não excedem a porcentagem exigida pelo Programa. Contudo, ancorados no documento de controle de frequência e nos cálculos, gestores conformam essas regras, para além das estipuladas no Programa.

Como foi possível apreender em um encontro de capacitação para utilização do Sistema Presença no município de Pelotas, direcionado a secretários de escolas, quando o

tema da frequência escolar foi abordado pela coordenadora do Programa, em casos de baixa frequência, cabe ao orientador educacional ir à família para compreender a situação e buscar na tabela dos 72 motivos⁷ de baixa frequência qual melhor representa o caso daquele aluno. E reforça: “não se sintam com medo de colocar uma baixa frequência porque a família vai perder [o Bolsa Família]”, tendo em vista que em algum momento vai ocorrer cruzamento de dados, via CPF, por exemplo, e “não adianta o pai dizer que foi a escola que tirou o Bolsa Família”.

Para a coordenadora, o objetivo do Programa não é manter as famílias por períodos longos no Programa, mas retirar famílias da vulnerabilidade social. Ela retoma a recomendação de não ter receio de dar baixa frequência, “se vocês deixarem o nome daquele aluno ali sem frequentar, podem se comprometer”. Nesse momento, ela cita um caso no qual um aluno no município de Pelotas se envolveu em um roubo e foi checada a lista de presença para verificar se ele se encontrava na escola no momento do crime, reforçando: “então muito cuidado com as listagens de vocês!”. Para além de manter o rigor em relação à lista de frequência escolar, é necessário informar qualquer mudança, mesmo não estando no período de atualização, como novo emprego, óbito, nascimento, mudança de escola, mudança de endereço. Sobre esse tema, a coordenadora comenta: “isso é responsabilidade de pai e mãe, né?!”, e utiliza a mesma informação que fora dada a Joana na escola rural no município de Canguçu: “se eles faltarem dois ou três dias, já é baixa frequência para o BF”.

A coordenadora reiterou inúmeras vezes a necessidade de a escola fazer a denúncia, afirmando: “agora com a batida⁸ do CPF está ajudando muito”. E segue o assunto contando: “vocês não fazem ideia de como é lá pra cima. Na Bahia, diz que todo mundo recebe porque é autodeclaratório, se vocês olharem os índices da Bahia, é um absurdo!”. E compara o Estado da Bahia com o Rio Grande do Sul, afirmando: “aqui nós temos um trabalho sério!”. O encorajamento à denúncia se dá pelo documento, o CPF, ou seja, o governo dispõe desses dados no sistema, e em algum momento os dados apresentarão as contradições das informações declaradas pelas bolsistas do Programa. O exemplo dado pela coordenadora em

⁷ A tabela, denominada Motivos de Baixa Frequência, lista 72 possíveis motivos de ausência à escola. Dentre estes constam: tratamento de doença do aluno, doença ou óbito de familiares ou aluno, fatos que impeçam deslocamento, suspensão, situação coletiva que impeça a escola de receber seus alunos, participação em jogos estudantis, preconceito/discriminação no espaço escolar, situação de rua, dentre outros. Ao apresentar a tabela, a coordenadora solicita: “dentro dos 72 motivos tem um que peço encarecidamente para não usar, o 58 [a escola não sabe o motivo da infrequência]”. Segundo ela, é condenável o fato de a escola não saber o motivo do seu aluno não estar frequentando a escola. E lembra que somente dois motivos de baixa frequência não bloqueiam o BF: doença ou óbito do aluno e situação de calamidade pública.

⁸ A *batida do CPF*, a que se refere a gestora, consisti no cruzamento de dados entre um Programa e outro, como, por exemplo, PBF e Programa de habitação.

relação ao Estado da Bahia, para além do preconceito demonstrado, a desconfiança se estabeleceu por ser um processo autodeclaratório (em relação à renda da família), ou seja, não há documentos que provem a veracidade das informações dadas pelas famílias.

Nesse aspecto do trabalho e da remuneração, ao falar sobre o valor recebido mensalmente do Programa, Aline, assentada e com três filhos em idade escolar, lembra que recebia R\$ 202,00 e que, após a última atualização de cadastro, passou a receber R\$ 107,00. Ela acredita que isso ocorreu em função de que, no bloco de produtora rural, constavam as notas com valores da venda do fumo, principal renda da família, e diz: “não adianta mentir lá. Eu não minto, eles descobrem”. Segundo ela, na atualização do cadastro, “eles perguntam tudo, esse ano só perguntaram se usava remédio, do gás e do rancho. E pegaram do bloco e papel da luz. [...] não perguntaram mais nada, eu até estranhei”. Quando perguntei se receberam alguma justificativa pela redução do valor, Aline afirmou que “eles não avisam nada, tu chega lá e tem o valor”, e o marido complementou, em tom de riso, “e nem fomos perguntar, deixa quieto, vai que tirem tudo!”. Na concepção de Aline, e do marido, não há o que questionar: é apresentar os documentos solicitados e responder as questões. A percepção do casal, com relação a atualização do cadastro e suas questões, indica o formulário como mecanismo de controle do Estado em que bolsistas “prestam conta” de suas vidas e não questionam o formato e conteúdo com receio de serem excluídas do Programa.

Ao analisar o circuito dos documentos em um cartório, Danilo Pinto (2014) destaca que a solicitação de muitos documentos se deve à necessidade de apoiar-se em um código oficial já aceito e, assim, produzir novo documento, acrescentando mais um formulário à pilha de formulários já existentes. É a burocracia, lida pelo autor como uma linguagem, produzindo mais informações,

A burocracia funciona como uma linguagem, na qual se busca, ao produzir uma informação, atá-la a outras que, em algum momento, foram produzidas de modo similar. Todavia, não é qualquer informação que serve. Ela deve ser oficial, passar por todo um ritual, por meio do qual deixa de ser uma informação qualquer e passa a se constituir em documento; não mais um papel escrito qualquer e sim um papel que possui legitimidade em existir, um veredicto, uma palavra de Estado, um efeito produzido pelo sucesso no trâmite (PINTO, 2014, p. 46).

Como o autor enfatiza, o papel é uma palavra do Estado e, retomando a Lei do Programa e suas condicionalidades, podemos analisar o efeito produzido pelo sucesso do trâmite na área da saúde. Consta entre as condicionalidades que todas as crianças menores de sete anos de idade e as gestantes (entre 14 e 44 anos) pertencentes à família devem ser

acompanhadas. A gestante deve fazer inscrição no pré-natal e comparecer às consultas, de acordo com o estipulado pelo Ministério da Saúde, assim como participar de atividades educativas sobre aleitamento materno, orientação para alimentação saudável da gestante e preparo para o parto. A mãe ou responsável pela criança de até sete anos deve levá-la à unidade de saúde para a realização do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, participar de atividades educativas sobre aleitamento materno e cuidados gerais com a alimentação e saúde da criança e cumprir o calendário de vacinação da criança.

Para realizar esse monitoramento na área da saúde, uma das ferramentas é o Mapa de Acompanhamento (Figura 6), em que constam nome, endereço, data de nascimento, data de atendimento da visita domiciliar, peso, estatura, vacinação, aleitamento materno e acompanhamento pré-câncer de gestantes.

Figura 6 – Mapa acompanhamento de pesagem, estatura e vacinação

Mapas de Acompanhamento									
Micro Área/Profissional de Saúde:									
NIS Número de Identificação Social	NOME	Data de Nascimento	Data de Atendimento Visita Domiciliar (1)	Todos		Crianças		Mulheres	
				Peso (kg) (6)	Estatura (cm / m) (6)	Vacinação em dia (3) 1 - Sim 2 - Não	Aleitamento Materno (2) (4)	Informação Gestacional (5) 1 - Gestante 2 - Não Grávida 3 - Não pode ser Gestante	Se Gestantes (7) 1 - Pré-Natal em dia 2 - Sem Pré-Natal em dia
Endereço:		Bairro :		Família localizada*: Sim ou Não Data do primeiro atendimento ou visita domiciliar ___/___/___ Ocorrência que dificultou o Acompanhamento*:					

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde (2009).

No manual de orientações para o Programa Bolsa Família, na área da saúde, há ilustrações (Figura 7) que orientam sobre como realizar medidas e pesagem de crianças, adolescentes e adultos, segundo uma normatização internacional.

Figura 7 – Manual de orientação para pesagem e medida

Crianças menores de 2 anos:**Peso****Altura****Crianças maiores de 2 anos, adolescentes e adultos:****Peso****Altura**

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde (2009).

Esse mecanismo de acompanhamento e controle, a partir de um padrão de medidas e peso, é compreendido por parte das bolsistas como algo invasivo. Para essas, esse controle indica que não têm cuidado com seus filhos, pois a cada seis meses têm de levá-los ao posto médico para pesar e medir.

Esse fato é evidenciado pelo depoimento de uma mulher, interlocutora de Michele Pinto (2013) em sua pesquisa junto a bolsistas do PBF em uma comunidade do Rio de Janeiro, que questiona as razões para ter que, a cada mês, levar os filhos para pesar: “parece que a gente trata mal os filhos, por que todo o mês?” (PINTO, 2013, p. 162). O relato dessa mãe remete à conversa entre Maria e uma bolsista, na sala do CadÚnico, quando era realizada a atualização de seu cadastro. A mulher contou estar vários meses sem pesar os filhos, mas

que a vacinação estava atualizada e que eles estavam bem de saúde. Mas Maria, seguindo as instruções referentes às condicionalidades da área da saúde, advertiu sobre a necessidade de manter a pesagem em dia porque poderia “trancar o Bolsa”. Não basta a mãe dizer que seus filhos estão bem, ela tem que provar ao Estado através da pesagem por um profissional da área de saúde e a partir dos parâmetros médicos tidos como legítimos. Pode-se dizer que a retórica estatal constitui um vazio a ser preenchido pelas condicionalidades impostas pelo Programa, como se não fosse presente qualquer outra forma de cuidado na vida destas famílias, sendo a única e legítima aquela orientada pelo Estado.

Para outras, a pesagem é invasiva, como o caso de Mercedes, que, por não ter o peso de acordo com o padrão de medidas instituído, não se sentia confortável em tê-lo registrado no mapa de acompanhamento. Bolsista desde 2004, Mercedes contou que por um período omitiu seu peso, quando estava entrando na fase de obesidade mórbida, pois se sentia triste e então não se pesava diante da profissional de saúde, apenas informava o peso, relatando um valor inferior ao real. Ela afirma: “eu não queria me pesar, o que queriam saber do meu peso, né?”.

Para a gestora responsável pela área da saúde do município de Canguçu, a coleta dos dados (peso, altura, vacinas) é mais um procedimento burocrático que deve ser cumprido e lhe demanda criar estratégias para convencer as bolsistas a comparecerem semestralmente aos postos de saúde para a realização da pesagem⁹, pois precisa cumprir as metas estabelecidas pelo Programa (a meta de 2018 era de 71% das famílias com pesagem em dia). A gestora distribui mapas de acompanhamento de pesagem nos postos de saúde do município e depois reúne os dados para sua inserção no sistema *online*. Segundo ela, muitas pessoas da zona rural vêm até sua sala, já que se deslocam à cidade para resolver outros assuntos, e aproveitam para realizar a pesagem. Segundo a profissional, no município há “muita obesidade, baixo peso praticamente não tem”, então aproveita o momento da pesagem para dar orientações nutricionais. Caso a bolsista queira um acompanhamento nutricional, é orientada a procurar o seu posto e solicitar acompanhamento.

A gestora está à frente do Programa Bolsa Família, na área da saúde, desde agosto de 2006. Ao comentar sobre as metas de atendimento, afirma: “isso é um problema, a gente faz de tudo, agora por último tenho telefonado. [...] Comecei a telefonar para as famílias, eu

⁹ No primeiro semestre de 2018, período da entrevista com a gestora, a Secretaria Municipal de Saúde acompanhava 2.238 famílias, realizando-se a pesagem com os menores de sete anos e as mulheres entre 14 e 44 anos completos.

mesma!”. A gestora tem acesso aos contatos de telefone das bolsistas via cadastro do BF, e conta que, no segundo semestre de 2017, “com a função de ter ligado deu 76%, foi muito bom!”. Além disso, diz realizar a divulgação das datas de pesagem nas rádios locais e enviar o cronograma das datas para as escolas. Segundo a gestora, “tem que estar puxando pela mão, fico muito chateada porque tem que ter mais comprometimento, responsabilidade”. No mural da gestora estavam expostas as metas de famílias a serem acompanhadas: em 2017 foram 70%; em 2018 são 71%; e em 2019 são 72%. Sobre a exigência em relação aos percentuais de atendimento, a gestora afirma: “eu acho que não tinha que ter essa pressão de alcançar esse percentual”. A profissional lembra que nos atendimentos de 2017 perguntou mais sobre a saúde das assistidas, como sobre o pré-câncer, exame que a maioria não havia feito há anos ou nunca havia realizado. Acredita que o Programa deveria visar à saúde geral das famílias e trabalhar com a prevenção.

Ao atentar para a importância que o Estado dá aos documentos, retomamos Fonseca e Scalco (2015), quando afirmam que, para governar no contexto moderno, mais do que identificar indivíduos, é preciso conhecê-los:

Para forjar políticas públicas para a parte pobre da população, por exemplo, é necessário saber não só quem são (nomes), mas também como são (idade, sexo, ocupação, nível de educação, etc.). Com a ânsia de governar, nasce a compulsão de forjar “indicadores sociais” para alimentar os diagnósticos e planos do futuro. É nesse processo de planificação que se produz a imagem de um governo capaz de “domesticar o aleatório” (FONSECA; SCALCO, 2015, p. 23).

Ao analisar os documentos e os fatos cotidianos produzidos na vida das pessoas percebe-se que ao Estado interessa os dados, as metas cumpridas e não os sentimentos e processos que produzidos a partir de questões invasivas do formulário, ligações de agentes e bilhetes da escola cobrando e ameaçando o desligamento do Programa. As agentes executoras do Programa, a nível municipal, também estão sob controle do Estado, a estas não cabe questionar e propor outra forma de fazer a política e sim: averiguar informações, contar faltas do aluno bolsista, pesar e medir e manter as metas referente as condicionalidades em dia.

No decorrer deste capítulo, percorremos diferentes caminhos relacionados aos documentos e analisamos seus efeitos na vida das pessoas. Desse percurso, pode-se destacar que, assim como abrem caminhos, também controlam e reprimem (DAS; POOLE, 2004). Os dados de campo demonstram as diversas faces produzidas pelos documentos: discursos de inclusão e cidadania, estereótipos, exclusão, violência, dentre outros processos que estão nas

entrelinhas de cada documento e, por isso, o esforço empreendido foi no sentido de analisar para além do que os documentos dizem, buscando apreender o que produzem.

Dos fatos concretos e subjetivos produzidos no cotidiano das pessoas a partir dos documentos, partimos para a discussão das margens e o Estado, atentando para a vigilância e para as moralidades do Estado em relação às bolsistas do Programa Bolsa Família.

5 O ESTADO E SUAS MARGENS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ANTROPOLOGIA DO ESTADO

Segundo Asad (2008), o termo Estado evoca diferentes discursos, como o dos Estados soberanos (principados e repúblicas), o do governo estatal (regulação do comportamento, aquisição e distribuição de recursos, cuidado com a população e maximização da segurança) e o das políticas de Estado (luta para estabelecer um Estado-Nação, competição sobre a política). Esses discursos evocam a linguagem do direito, da justiça, da razão de Estado, do lucro. Os limites do Estado, assim como sua morfologia interna, variam de acordo com as diferentes formas que determinam a adesão e a inclusão, o dentro e o fora, a lei e a exceção (ASAD, 2008). Marcos Palacios (2015), no prólogo do livro *Antropología del Estado*, apresenta o Estado como um poderoso conjunto de métodos de ordenação e representação da realidade social, produto de estratégias discursivas cujo ponto de partida é a díade Estado-sociedade. Abrams (2015), ao discorrer sobre as dificuldades de analisar o Estado, sugere que este, em todos os sentidos do seu termo, constitui-se como um triunfo do ocultamento:

Oculto la historia y las relaciones de sujeción reales detrás de una máscara ahistórica de legitimidade ilusória: se las arregla para negar la existência de conexiones y conflictos que, de ser reconocida, sería incompatible con la autonomía reclamada y la integración del estado. El verdadero secreto oficial, sin embargo, es el secreto de la no existência del estado (ABRAMS, 2015, p. 55).

O autor sugere reconhecermos o caráter persuasivo do Estado, da ideia de Estado como poder ideológico, e tratá-lo como objeto de análise convincente. Contudo, essas razões não nos obrigam a crer na ideia de Estado e analisá-lo como objeto formal-abstrato. Pois, da mesma forma que a tarefa de analisar práticas e crenças religiosas não exige que o sociólogo das religiões creia na existência de Deus, estudar o Estado não estaria vinculado a crer no Estado. Em suma, “el estado no es la realidad que está detrás de la máscara de la práctica política. Es, en sí mismo, la máscara que nos impide ver la práctica política tal como es” (ABRAMS, 2015, p. 63).

No que se refere à análise sobre o Estado, Gupta (2015) propõe um estudo etnográfico, o que implica tanto a análise das práticas cotidianas das burocracias locais como a construção discursiva do Estado na cultura pública. Para o autor, qualquer teoria do Estado deve levar em conta sua constituição através do complexo conjunto de representações e práticas que se interligam espacialmente. Na concepção do autor, o contexto propício para encontrar-se com

o Estado é pelas suas relações com as burocracias locais (hospitais, magistrados, polícia), o que permite observarmos relações entre funcionários do Estado e “seus clientes”.

Em estudo sobre burocracia, violência estrutural e pobreza na Índia, Gupta (2012) parte da ideia de um Estado desconstruído para revelar as limitações das teorias convencionais do Estado ao abordar a violência das populações pobres. Para o autor, o Estado pode tanto ser discreto como repressivo, uma força que mata ou encarcera seus cidadãos; pode ser uma força dominante, restringir a liberdade de ação ou o direito de expressão das pessoas. Em suas análises, o autor afirma optar pelo nível local da hierarquia administrativa, tendo em vista que é nos menores níveis que podemos observar a relação do Estado e “seus pobres”. O estudo das práticas cotidianas e da circulação das representações de Estados, atentando para a materialidade dos arquivos, pedidos, notas, estatísticas, relatórios, petições, inspeções, ou seja, as rotinas monótonas dos encontros de burocratas e cidadãos: este é o estudo no qual os significados dos Estados são continuamente constituídos (GUPTA, 2012).

Das e Poole (2008) exercitam um distanciamento da imagem consolidada do Estado como forma administrativa de organização política racional, argumentando que o Estado não pode ser definido somente por sua dimensão legal. As autoras destacam a necessidade de levar em conta suas margens, suas subjetividades, pois estas o produzem, cabendo compreendê-las não como ponto de localização, mas como ponto de visibilidade.

A partir dessa abordagem, que toma o Estado como objeto etnográfico, as autoras apresentam como tarefa a observação das instâncias do Estado em âmbito local, de modo a possibilitar a análise de manifestações locais da burocracia, de interpretações culturais constituídas e de apropriações de práticas e formas que constituem o Estado liberal moderno. Dessa forma, Das e Poole (2008, p. 19, tradução nossa) propõem considerar “como as práticas e políticas de vida nestas áreas moldam as práticas políticas de regulação e disciplinamento que constituem aquilo a que chamamos de ‘o Estado’”. Para as autoras, uma antropologia das margens oferece uma perspectiva única para compreender o Estado, tendo em vista que “sugere que ditas margens são supostos necessários para o Estado, da mesma forma que a exceção é para a regra” (DAS; POOLE, 2008, p. 20, tradução nossa).

Ao tomar o Estado como objeto de análise, deve-se, inicialmente, considerar o duplo efeito de ordem e transcendência utilizado para reconhecer sua presença. Nesta perspectiva, a tarefa da pesquisadora consiste em perceber as instâncias do Estado em âmbito local, analisando as manifestações locais de burocracia, as interpretações culturais constituídas e as

apropriações de práticas e formas que constituem o Estado liberal moderno¹ (DAS; POOLE, 2008). Como argumentam as autoras, as margens não são somente territórios, mas “lugares de prática nos quais a lei e outras práticas estatais são colonizadas mediante outras formas de regulação que derivam das necessidades prementes das populações, com o objetivo de assegurar a sobrevivência política e econômica” (DAS; POOLE, 2008, p. 24, tradução nossa).

No âmbito dos estudos das margens, Andressa Soilo (2015), Patrice Schuch (2015), Tiago Lemões (2015, 2017) e Isabel Bachtold (2016) apresentam e analisam as margens do Estado a partir de pesquisas junto a moradores em situação de rua em Porto Alegre, ao camelódromo de Porto Alegre e a participantes do PBF no Pará.

Em estudo sobre legibilidade como gestão e inscrição política de populações em situação de rua, Schuch (2015) afirma ter sido possível, através do acompanhamento etnográfico, perceber o esforço tanto do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) quanto de órgãos jurídicos ligados ao Estado para tornar a população em situação de rua legível ao Estado, tendo, para isso, sido empregadas pesquisas censitárias, definições conceituais, manuais e cartilhas, técnicas importantes de produção de legibilidade. Contudo, essas práticas de produção de legibilidade são constituídas por diversas “mãos”:

[...] tais práticas de produção de legibilidade não podem ser consideradas como esforços constituídos apenas pelo Estado; tais técnicas de governo são coproduzidas a partir de composições heterogêneas e tensas entre Estado, movimento social, organizações jurídicas e não governamentais e narrativas transnacionais mais amplas dos direitos humanos, num entrelaçamento dinâmico de lutas e leis, processos de subjetivação e moralidades, modos concomitantes de gestão e inscrição política (SCHUCH, 2015, p. 124).

Na concepção da autora, a partir da análise de determinadas práticas de legibilidade, tais tecnologias não apenas descrevem, nomeiam e classificam, como também orientam políticas. Dessa forma, essas práticas de legibilidade conformam-se enquanto instrumentos políticos morais através dos quais são criados novos modos de governo.

Também em estudo junto a populações em situação de rua da cidade de Porto Alegre, Lemões (2015, 2017) demonstra em sua etnografia que, em contexto de higienização da cidade no período da Copa do Mundo, em 2014, o maior violador de direitos humanos foi o Estado. Naquele cenário, os representantes do Estado visavam gerir o espaço público em

¹ Asad (2008) destaca três formas que as autoras supracitadas propõem para pensar as margens do Estado: a primeira diz respeito às periferias e aos territórios em que o Estado ainda não adentrou; a segunda, àqueles espaços, formas e práticas que o Estado continuamente tem experimentado como resíduo da ilegitimidade de suas próprias práticas, documentos e palavras; e a terceira, aos espaços entre o Estado, os corpos, a lei e a disciplina (ASAD, 2008).

nome da ordem urbana e da limpeza social, utilizando-se do discurso de “direito a ter direitos”, “direito de permanecer nas ruas” e “proteção contra abusos e higienização social”. No entendimento do autor, ancorado em Das e Poole, é quando o Estado se volta para suas “populações vulneráveis” que a coprodução do legal e do ilegal, da proteção e do abandono torna-se mais evidente (LEMÕES, 2015). Referindo-se às ações da patrulha dos direitos humanos, o autor afirma que os relatos de diversas agressões multiplicavam-se por entre a performatividade estatal e os representantes da Brigada Militar, Ministério Público e Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre, os quais, ao mesmo tempo em que compreendiam o processo enquanto problemas sociais, também construíam e legitimavam o Estado. Ou seja, tratava-se de “um cenário performático, no qual o Estado fala *para* e *sobre* as suas *margens*” (LEMÕES, 2015, p. 9, grifos do autor). Para o autor, “são vidas que continuam sendo produzidas como descartáveis, não apenas por suas supostas ‘improdutividades’ em um sistema capitalista cada vez mais perverso e desigual, mas porque também provocam e desestabilizam valores, certezas e classificações hegemônicas sobre o mundo” (LEMÕES, 2017, p. 27).

Soilo (2015) abordou a constituição do camelódromo de Porto Alegre e suas práticas de comércio popular em relação com as tecnologias de (i)legibilidade produzidas na relação com o Estado, o qual apreendeu o projeto do camelódromo como uma tecnologia de poder através da qual visa manejar e pacificar populações que entende estarem à sua margem, seja através da força ou da pedagogia da conversão, que transforma “sujeitos rebeldes” em “sujeitos legais do Estado” (SOILO, 2015). Por outro lado, a autora destaca que o Estado, com seus instrumentos de controle e gerenciamento, ao lidar com as ameaças das margens e suas ilegibilidades, é permanentemente reformulado, por meio das “criatividades elaboradas pelo e *no* modo de vida dos comerciantes, e presentes nas práticas do comércio popular como, por exemplo, estratégias de vendas e obtenção de mercadorias irregulares” (SOILO, 2015, p. 54, grifos da autora). Para a autora, as tecnologias de controle do Estado estimulam redes de solidariedade que se organizam e produzem práticas diversas, as quais relacionam códigos legais e condutas locais (SOILO, 2015).

Bachtold (2016) analisa os discursos e as práticas da Busca Ativa – uma estratégia do governo federal, cujo objetivo consistia em encontrar pessoas consideradas “invisíveis” e incluí-las nos programas sociais –, realizada em forma de mutirão no estado do Pará com a finalidade de cadastrar famílias ribeirinhas nos programas Bolsa Família e Bolsa Verde. Segundo a autora, há uma categorização que concebe como “extremamente pobre” a

população a quem o Estado atende e como “invisíveis” aqueles a quem o Estado não alcança. Para a autora, os “invisíveis”, no discurso oficial do Estado, são os que estão à sua margem. Torná-los visíveis e legíveis ao Estado significa ter seus dados registrados e monitorados no CadÚnico e, em troca, acessar as políticas sociais do governo. Dessa forma, “por meio da burocracia, o Estado empenha-se em classificar o que é ‘de fora’ para ‘dentro’, em tornar o não conhecido em legível, em conhecer e codificar tudo o que ocorre no seu território – e em suas margens” (BACHTOLD, 2016, p. 278).

5.1 “É PRECISO CONSTRUIR UMA PONTE ENTRE ESSES DOIS MUNDOS”: O ESTADO E SUAS MARGENS NO CONTEXTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Tomando como inspiração os estudos acima mencionados, proponho pensar as bolsistas do Programa Bolsa Família enquanto situadas à margem do Estado, em específico as famílias assentadas da reforma agrária participantes do PBF. Parto da ideia de que, mesmo sendo agora, a partir do CadÚnico, “visíveis” ao Estado, essas famílias permanecem em suas margens. O público atendido pelo Programa é visto pelo Estado como constituído por excluídos, aqueles que necessitam ser cuidados, como expresso no discurso de lançamento do Programa Bolsa Família, proferido, em 2003, pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,

Nós, que estamos entre os que têm cidadania, sabemos que se o Brasil incluir socialmente essa grande parte da população secularmente excluída, o nosso país vai melhorar e, não tenho dúvida, melhorar muito. É preciso construir uma ponte entre esses dois mundos. E o nome dessa ponte chama-se oportunidade. Toda a Nação vai se beneficiar com isso. Essas pessoas que sobrevivem abaixo da linha de pobreza, quase 50 milhões, têm direito a uma vida digna (FOLHA ONLINE, 2003, n.p.).

Por outro lado, ao atentar para o contexto histórico dos assentados de reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul², percebe-se que são pessoas não herdeiras de terra e/ou que perderam a terra por endividamento, que possuíam terra em quantidade insuficiente para

² Segundo Navarro (1996), o início da história de luta dos sem-terra no Rio Grande do Sul pode ser delimitado entre os anos 1978 e 1979, “quando mais de mil famílias de pequenos produtores, que utilizavam irregularmente terras das reservas indígenas de Nonoai, foram expulsos pelos índios e, a partir daí, passaram a pressionar por terra” (NAVARRO, 1996, p. 92). Segundo esse autor, o acampamento de Encruzilhada Natalino, organizado em meados de 1981, constituiu-se no “nascimento” do MST, então denominado MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra –, no estado. O acampamento teve início com 300 famílias, em março de 1981, sendo que em maio já contava com 600 famílias.

produzir e alimentar a família – o que, por vezes, faz com que vendam a terra, deslocando-se para regiões periféricas de cidades –, dentre outros fatores. Um dos caminhos percorridos é o ingresso no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST³). Enfim, são indivíduos na margem aos olhos do Estado. A conquista da terra (e também o acesso à política de crédito e infraestrutura), via Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ocorre, na maior parte das vezes, em regiões distantes do lugar de origem dos agricultores assentados. É comum que, nos assentamentos, o fazer agricultura seja bastante distinto ao que esses agricultores eram habituados em suas regiões de origem⁴, o que dificulta sua organização produtiva e social, mantendo-os às margens do Estado, uma vez que são vistos como aqueles que não trabalham, não produzem, não contribuem para o desenvolvimento econômico do país.

Na concepção de Das e Poole, inspirada em Foucault (2003) e Agamben (2010), nesta heterogeneidade de margens em que o Estado se dedica a administrar suas vidas, e também a deixar morrer, emergem novas categorias de cidadania. Em relação às famílias bolsistas do Programa Bolsa Família, ao serem “assistidas” pelo Estado, são reconhecidas como cidadãs e, pode-se dizer, têm suas vidas administradas e vigiadas mediante as condicionalidades que lhes são impostas e a moralidade em relação a como administram o recurso financeiro oriundo do Programa.

Alguns elementos podem ser analisados a partir do já mencionado discurso de lançamento do Programa, proferido pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Quando relatada a eficiência do Programa, destaca que “o resultado é um programa muito mais justo, racional e eficiente, tanto para os beneficiados, quanto para o Estado e o país”, salientando que o fator mais importante é que “o Bolsa Família transfere renda, mas estabelece obrigações coletivas para que a família com seu próprio esforço crie condições para sair da situação em que vive” (LULA DA SILVA, 2003, n. p.). A seguir, são elencadas, no discurso do presidente Lula, as obrigações e o argumento de que as condicionalidades “ensinaram as pessoas a pescar”, para que não dependessem permanentemente do governo:

³ O MST é um movimento social de luta pela terra. De acordo com um dos coordenadores, João Pedro Stedile, a gênese do movimento se deu na região Centro-Sul do Brasil, em 1979, vindo a ser institucionalizado em 1985. O MST emergiu em contexto de expulsão de camponeses de suas terras, no processo de modernização da agricultura (STEDILE; FERNANDES, 2005).

⁴ Este processo foi analisado em minha pesquisa de mestrado, que buscou estudar transformações no fazer agricultura e nos hábitos alimentares entre famílias rurais assentadas. Naquele estudo, foi evidenciado que, entre as famílias estudadas, ocorreram transformações no fazer agricultura e em suas práticas alimentares, dadas a partir da inviabilidade produtiva de determinados alimentos habitualmente consumidos no local de origem – a exemplo do ocorrido com a cana-de-açúcar e seus derivados (MACHADO, 2014).

Para continuar no programa, cada família terá que manter em dia a vacinação dos seus filhos. Vou repetir: para continuar no programa, cada família terá que manter em dia a vacinação dos seus filhos. Terá de comprovar a presença das crianças na escola. Isso é fundamental, porque cada pai, cada mãe, por mais pobre que seja, tem que ter a responsabilidade de garantir que seu filho frequente a escola. Terá de comparecer periodicamente aos postos de saúde. Isso é uma obrigação, para que as pessoas possam efetivamente se cuidar. Terá de participar de atividades de orientação alimentar e nutricional. E terá ainda de tomar parte, quando for o caso, em cursos de alfabetização, profissionalizantes e outros. E por que estamos fazendo isso? Estamos fazendo isso porque queremos que as pessoas aprendam a pescar, pesquem seus peixes e possam comer, sem precisar, a vida inteira, depender do Governo. É por isso que queremos que as pessoas se cuidem, vão para a escola e, ao mesmo tempo, os adultos possam fazer cursos profissionalizantes e se alfabetizarem. Isso é fundamental. [...] Milhões de famílias brasileiras, até hoje excluídas dos direitos mínimos de cidadania, estão sendo protegidas para que possam olhar para si mesmas e descobrir suas próprias forças de emancipação [...] Para que possam pensar e sentir o Brasil como um país do qual fazem parte. Um país de todos, brasileiros e brasileiras. (LULA DA SILVA, 2003, n.p.)

Os trechos do discurso do presidente Lula, aqui analisado como discurso do Estado, possibilitam compreender que este vê a população “excluída de direitos de cidadania” como aqueles que precisam ser protegidos e, assim, descobrir as possibilidades de emancipação e perceber-se enquanto parte do país. Neste contexto, parece pertinente o exercício de diálogo com Foucault (2005), tendo como foco o modo como são produzidas as políticas públicas para os pobres e os processos de subjetivação em jogo. Para o autor, o Estado é um projeto moral que modela identidades e subjetividades.

Ao discorrer sobre o método de análise do poder, Foucault (2010) diz que devemos estudar os corpos periféricos e múltiplos, esses corpos constituídos pelos efeitos do poder, e não tomar o poder como fenômeno de dominação homogêneo. Analisar o poder como algo que circula, que funciona em cadeia, ou melhor, que se exerce em rede, tendo em vista que “o indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constitui” (FOUCAULT, 2010, p. 26). É preciso estudá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação:

[...] creio que se deve orientar a análise do poder para o âmbito da dominação (e não da soberania), para o âmbito dos operadores materiais, para o âmbito das formas de sujeição, para o âmbito das conexões e utilizações dos sistemas locais dessa sujeição e para o âmbito, enfim, dos dispositivos de saber (FOUCAULT, 2010, p. 30).

Ao descartar o discurso administrativo e jurídico do Estado sobre o Estado, surge um novo sujeito na história, denominado de “sociedade”, entendida como associação, grupo, conjunto de indivíduos, enfim, uma sociedade composta de indivíduos com seus costumes, usos e leis particulares, e que o vocabulário da época designou como “nação”, definida como

sem fronteiras, sem um sistema de poder definido, sem Estado e com circulação por trás das fronteiras e instituições. Como define Foucault (2010, p. 113), as nações constituem-se como “os conjuntos, as sociedades, os agrupamentos de pessoas, de indivíduos que têm em comum um estatuto, costumes, usos, uma certa lei particular”. É daí que emergem “os conceitos fundamentais do nacionalismo do século XIX; é daí também que vai sair a noção de raça; é daí, por fim, que vai sair a noção de classe”.

Ao discutir sobre os mecanismos, técnicas e tecnologias de poder, Foucault (2010, p. 204) afirma que a disciplina, enquanto tecnologia de poder, tenta reger a multiplicidade dos homens, reduzindo-os a “corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos”, ao passo que uma segunda tomada de poder lida com a população, denominada de “biopolítica” da espécie humana. Esse biopoder trata, inicialmente, de um conjunto de processos de controle de natalidade, mortalidade e longevidade, lançando mão de medição estatística desses fenômenos. Para o autor, a “biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 2010, p. 206).

Assim, do poder da soberania, que consistia em fazer morrer, efetiva-se a tecnologia do biopoder, um poder regulamentador que consiste em “fazer viver” e “deixar morrer”. Esse poder concretiza-se na desqualificação progressiva da morte, passando de um ritual público a algo privado, relacionado à transformação da tecnologia de poder. Pois agora, segundo Foucault (2010, p. 208), “o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver”. Dessa forma, o poder intervém para prolongar a vida, controlar acidentes, eventualidades, deficiências e a morte.

Retomando as duas tecnologias de poder discutidas pelo autor, tecnologia regulamentadora da vida e tecnologia disciplinar do corpo, tem-se a série corpo e a série população:

Uma técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, por outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos (FOUCAULT, 2010, p. 209).

O elemento que circula entre o disciplinar e o regulamentar é a norma, pois se aplica tanto para disciplinar um corpo como para regulamentar uma população. Assim, tem-se um

poder que se incumbiu tanto do corpo quanto da vida, ou seja, uma tecnologia de poder que tem como objeto e objetivo a vida.

Dessa forma, a emergência do biopoder inseriu o racismo nos mecanismos do Estado, como mecanismo fundamental do poder. No início do século XX, emergiu o racismo de Estado, um racismo que a sociedade vai exercer sobre ela mesma, um racismo interno, da purificação permanente, uma das dimensões essenciais para a normalização social (FOUCAULT, 2010).

A raça constitui-se enquanto conceito-chave de leitura de legibilidade da história, em que o soberano vai defender o direito adquirido sobre o território em ameaça. O racismo possibilita o funcionamento, faz atuar uma relação de guerra, em que “se você quer viver, é preciso que o outro morra”, estando extremamente relacionado ao exercício do biopoder. Em uma sociedade de normatização a raça, o racismo configura-se enquanto condição de aceitabilidade para tirar a vida de alguém, pois “a função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (FOUCAULT, 2010, p. 215). Ou seja, o racismo é condição para o Estado exercer o direito de matar.

Para Foucault, o fato de tirar a vida não consiste simplesmente no assassinio direto, mas em toda forma de assassinio indireto como a exposição da morte, a multiplicação para alguns do risco de morte, a morte política, a expulsão, a rejeição, dentre outras formas.

Inspirado nas obras de Michel Foucault, Hannah Arendt (1989) e Walter Benjamin (1994), Giorgio Agamben (2010) analisa a vida do ser humano em diferentes tempos e espaços e em distintas situações em sociedades em estado de exceção, como presos de campos de concentração, refugiados, entre outros. Para Agamben, essas pessoas estão reduzidas à existência biológica, *homo sacer*⁵, entregues ao (a)bando(no) em função da biopolítica ou, como ele define, de uma tanatopolítica, que consiste no poder do soberano de decidir quem tem o direito ou não de viver, em decidir qual vida merece ser vivida. Para esse autor, o conceito de “vida nua” ou “vida sacra” configura-se no íntimo entrelaçamento da política e da vida:

À vida nua e aos seus *avatar* no moderno (a vida biológica, a sexualidade etc.) é inerente uma opacidade que é impossível esclarecer sem que se tome consciência do seu caráter político; inversamente, a política moderna, uma vez que entrou em íntima simbiose com a vida nua, perde a inteligibilidade que nos parece ainda caracterizar o edifício jurídico-político da política clássica (AGAMBEN, 2010, p. 126).

⁵ O *homo sacer* refere-se à pessoa condenada por algum delito, no contexto romano, mas que não podia ser sacrificada aos deuses. Contudo, se encontrada, poderia ser morta, sem que o ato fosse caracterizado como homicídio, ou seja, era uma vida não sacrificável, porém matável (AGAMBEN, 2010).

Na concepção desse autor, ao passo que a biopolítica se afirma, ocorre um deslocamento e um alargamento da decisão da vida nua, na qual consiste a soberania.

Ao citar o *Habeas Corpus* enquanto primeiro registro de vida nua, como novo sujeito político na base da democracia moderna, Agamben (2010) afirma que a democracia europeia centrava em sua luta não a vida qualificada do cidadão, a *bíos*, mas a vida nua em anonimato, a *zoé*⁶, adquirida no *bando*⁷ soberano. Desse modo, o que emerge “é o corpo do *homo sacer*, é mais uma vez uma vida nua” (AGAMBEN, 2010, p. 130).

Para esse autor, a força e, também, a contradição da democracia moderna consistem no fato de que não aboliu a vida sacra, mas a despedaçou e disseminou em corpos individuais, sendo a vida sacra a aposta no jogo dos conflitos políticos. Para Agamben, essa é a raiz de sua vocação biopolítica, na qual mais tarde se apresentará como portador de direitos, como o novo sujeito soberano, isolando em si mesmo o *corpus*, a vida nua. E, assim,

Aquela vida nua natural que, no antigo regime, era politicamente indiferente e pertencia, como fruto da criação, a Deus, e no mundo clássico era (ao menos em aparência) claramente distinta como *zoé* da vida política (*bíos*), entra agora em primeiro plano na estrutura do Estado e torna-se aliás o fundamento terreno de sua legitimidade e da sua soberania (AGAMBEN, 2010, p. 134).

Contudo, a vida natural que introduziu a biopolítica na modernidade configura-se na imagem do cidadão, mantidos os direitos. Dessa forma, “as declarações dos direitos devem então ser vistas como o local em que se efetua a passagem da soberania régia de origem divina à soberania nacional” (AGAMBEN, 2010, p. 135). O “súdito” transforma-se em “cidadão”, e a vida nua configura-se no portador da soberania.

Retomando o contexto deste estudo, voltemos à Secretaria Municipal de Assistência Social, mais especialmente à sala do CadÚnico. É ali possível vislumbrar as tecnologias de poder de que fala Foucault (2010) e a vida nua de que trata Agamben (2010), o controle, o disciplinamento dos corpos, a vigilância. Esse processo é visível desde o cadastro no CadÚnico, analisado no capítulo sobre burocracias e documentos, em que constam os dados pessoais de cada membro da família, com suas diversas variáveis: tipo de residência – moradia própria ou alugada, material de que é feita, número de cômodos, tipo de piso e

⁶ Para Aristóteles, o homem, assim como qualquer outro ser vivo, é *zoé*, uma vida nua (existência biológica). Contudo, por ter a linguagem como uma qualidade aquém dos demais seres vivos, possui existência política, o que torna possível passar de *zoé* a *politikon zôon* (animal político) e possibilita a *bíos políticos* (vida política). E, assim, pensando a *zoé* mais a *politikon Zôon*, Foucault elaborou a teoria da biopolítica (AGAMBEN, 2010).

⁷ Na concepção do autor, o *bando* constitui-se em agrupamentos de vidas submetidas ao poder soberano e que lhe garantem validade, que lhe constituem enquanto poder. O soberano, ao excluir alguma vida do *bando*, definindo “o que deve viver e o que deve morrer”, garante validade ao próprio bando (AGAMBEN, 2010).

revestimento –; gastos – energia elétrica, alimentação e gás –; situações familiares – pessoas com deficiência, uso de medicação controlada, ano escolar dos filhos. Ao adentrarem a Secretaria, os corpos das bolsistas são, em sua maioria, curvados, o olhar desviado para o chão, falam baixo e parecem não estar nem um pouco confortáveis na cadeira diante da estagiária que realiza o cadastramento ou atualização do CadÚnico.

Caso aquela que esteja preenchendo o cadastro desconfie que alguma das informações, principalmente as relacionadas à renda, não é verdadeira, o cadastro, neste momento preenchido no papel – para posteriormente ser registrado no sistema *online* –, é enviado para a assistente social, que fará uma visita *in loco* para averiguar a veracidade das informações. E como a pessoa responsável pelo cadastro compreende que as informações podem não ser verdadeiras? “Se mexeu o tempo todo”, “ficou vermelha quando perguntei se ela gastava tudo isso com alimentação”, “não me olhava nos olhos”, “estava muito nervosa” são algumas das observações das estagiárias que preenchem o cadastro em relação às pessoas que consideram estar omitindo informações e que, em sua concepção, demandariam visita da assistente social. Entende-se que estes parâmetros de averiguação concernentes à veracidade das informações não foram construídos pelas estagiárias, mas elaborados no cotidiano da Secretaria, pelo coletivo de agentes e Estado.

Do outro lado da mesa, Mercedes, bolsista e assentada, relata sua experiência com as secretarias de Assistência Social e Saúde. Segundo ela, “faz dois anos e pouco que não faço, lá na Primeira-Dama [Secretaria de Assistência Social], tem de ficar esperando, e eu não gosto de ir lá, aquelas mulheres são muito chatas”. E, ao lembrar do momento da atualização do cadastro do CadÚnico, diz: “outra coisa que eu não gosto daquelas gurias é que tu responde e elas ficam se olhando, vontade de perguntar se estava fedendo”. Ao justificar o porquê de não se sentir acolhida nesses espaços, a bolsista declara: “parece que tu é um preguiçoso, um vagabundo, que não é um direito teu!”. E complementa: “lá na Primeira-Dama [Secretaria de Assistência Social], me sinto assim, me dá vontade de chorar, me sinto mal, parece que tu tá pedindo”. Mercedes acredita que o fato de ser assentada leva a pensarem que ela pedirá algo: “chega lá, ah, é do assentamento, já se olham, veio pedir, né?!”. Mercedes faz um contraponto citando um episódio ocorrido com o filho que tem crises de epilepsia e, em uma dessas crises, ao não conseguir atendimento no SUS, procurou um médico particular; segundo ela, “lá tu é tratado como gente”.

Gupta (2012), em sua etnografia sobre concessão de benefício a idosos em área rural da Índia, demonstra desdobramentos entre o Estado e “seus pobres” na execução de

programas de desenvolvimento. O autor analisa a conduta do médico responsável pelas avaliações, que olhava para a pessoa analisada, estimava sua idade e fazia suas observações em inglês para que o requerente não o compreendesse e, assim, não viesse a questionar o laudo. Com base na idade estimada e outras perguntas, o médico concedia ou não o benefício e os candidatos saíam sem saber se estavam sendo recomendados para a pensão. O médico fazia três perguntas a todos: quantos anos você tem? Você tem filhos? Quanta terra você tem? De acordo com a resposta, avaliava, pela observação no ato da entrevista, se as respostas eram verdadeiras ou não. Como bem pondera Gupta (2012):

Em meio a esse caos, o suposto aparelho racional do Estado toma decisões cruciais, como, por exemplo, sobre o recebimento de ajuda emergencial por uma pessoa pobre. No entanto, as bases de conduta para essas decisões estão longe de serem racionais. O lado racional do processo burocrático requeria o recrutamento dos serviços de um médico no acampamento. Mesmo assim, seu trabalho consistia em adivinhar a idade do candidato ao auxílio, uma tarefa que outra pessoa, alguém sem qualificação médica, poderia ter feito de igual maneira. De forma semelhante, nenhuma lógica administrativa guiava a decisão de aceitar ou não os formulários encaminhados sem fotografia. Diante da falta de informações confiáveis referentes à idade, posse de terras ou ao número de filhos adultos do candidato, os funcionários do governo decidiam quanto à sua elegibilidade por meio de suposição e acaso. Essas decisões arbitrárias não representaram consequências negativas para os funcionários, satisfeitos por estarem fazendo o melhor dadas as circunstâncias; contudo, para os usuários dos programas, essas decisões eram extremamente importantes e poderiam representar uma diferença entre vida e morte, fato que se torna central em minhas reflexões teóricas (GUPTA, 2012, p. 14, tradução nossa).

Não importa quão nobre sejam as intenções dos programas e tampouco quão sinceros sejam seus gestores, o que importa é que o objetivo de ajuda do Estado é subvertido pelos procedimentos da burocracia. A negligência e indiferença em relação ao sofrimento dos pobres não são resultantes da falta de cuidado ou de atenção dos burocratas, mas sim decorrentes de conveniência burocrática (GUPTA, 2012).

Em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, Foucault (1987, p. 13) propõe estudar a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo. Ao analisar as formas de punição nas prisões, afirma que esta foi se tornando a parte mais velada do processo penal e que “a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens”. No contexto pesquisado, as regras estão postas e o receio de *perder o Bolsa* leva as bolsistas a cumprirem as condicionalidades e a prestarem informações sobre o destino do dinheiro.

Ainda analisando os sistemas punitivos, Foucault (1987) destaca que, em nossas sociedades, os sistemas punitivos foram recolocados a partir de uma economia política do

corpo, pois, mesmo que utilizem métodos “suaves”, é sempre do corpo e de suas forças que se trata. O corpo está diretamente envolto num campo político e as relações de poder têm alcance sobre ele:

O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, a sua utilização econômica. (...); mas em compensação sua constituição como força de trabalho é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 1987, p. 25-26).

A partir da abordagem proposta por Foucault, referente ao corpo útil, produtivo e submisso ao trabalho, pode-se analisar o contexto de uma reunião de capacitação sobre o Programa Bolsa Família, organizada, em setembro de 2016, pelas secretarias da Saúde, Educação e Assistência Social, dirigida a professores (um representante por cada uma das escolas, rurais e urbanas) e agentes de saúde (também rurais e urbanas) do município de Canguçu. Nesse encontro, realizado no turno da manhã, foram levantados inúmeros elementos que evidenciam controle moral dos agentes do Estado em relação ao dinheiro e desqualificação das bolsistas como não trabalhadoras. A reunião teve início com a fala da assistente social responsável pelo Programa na Secretaria Municipal de Assistência Social, que apresentou o CadÚnico, as condicionalidades e as variáveis do PBF. Na sequência, com o intuito de sensibilizar o público presente, foi exibido um vídeo (História do povo brasileiro: os filhos do Bolsa Família⁸). Logo após a exibição do vídeo, a assistente social, nutricionista responsável pela pesagem e coordenadora do Programa na área da educação, fez uma fala, solicitando apoio das escolas com relação ao envio da frequência das(os) estudantes bolsistas nas datas solicitadas e o auxílio das agentes de saúde para que as famílias façam a pesagem e mantenham as vacinações atualizadas.

Após a conversa das gestoras, uma agente de saúde exclamou: “assim não precisa trabalhar, né?”, referindo-se ao valor que uma família pode vir a receber caso preencha os requisitos de todas as variáveis. Em resposta, a assistente social enfatizou que o Programa “é realmente para dar o café da manhã, dar o caderno, dar o lápis, ele é realmente para quem

⁸ O vídeo, lançado em 2013 – ano em que o Programa Bolsa Família completou dez anos –, apresenta histórias de bolsistas de diferentes regiões do país, relatando transformações em suas vidas a partir da participação no Programa. As falas são de mulheres e homens que retornaram à escola quando adultos, de adolescentes que acessaram a universidade e de crianças em séries iniciais que vislumbram serem professores, médicos, advogados, entre outras profissões. O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jRHmDikSQ0c>.

precisa”. Nesse momento, houve um burburinho geral na sala, que continha aproximadamente cem pessoas.

Professores e agentes de saúde contestaram a fala da assistente social com argumentos como: “compram fumo, cachaça, não compram o material escolar do filho”; “não plantam um pé de couve, não plantam uma batata”; “por que não fazem uma faxina, por que não cortam uma grama?”; “as mães passam fumando e tomando chimarrão”; “tem preservativos nos postos, tem curso de manicure”; “não lembram nem de pesar (as crianças), só reclamam que perderam o Bolsa, mas para receber eles não esquecem”; “o professor já tem muita coisa para fazer na escola e ainda tem que lembrar os pais de pesar os filhos, por favor!”. Os trechos de suas falas aqui reproduzidos evidenciam haver uma moralidade no campo do trabalho, pois, ao que parece, em sua concepção, as bolsistas do Programa não trabalham, são corpos inúteis e nada produtivos e que, sugere-se, por isso necessitam ser vigiados e cuidados pelo Estado.

Em uma entrevista, mencionada no capítulo 1, em uma rádio local do município de Piratini (2013), um deputado estadual declarou que agricultores assentados não sabem produzir e “vivem de Bolsa Família” e que “80% dos assentados da reforma agrária não sabem plantar um pé de feijão” e vivem “às custas do Bolsa Família”. O político se vale, assim, do fato de agricultores serem assentados da reforma agrária e bolsistas do PBF como argumento para desqualificá-los, afirmando-os como não trabalhadores.

Em um dos atendimentos a uma bolsista, após sua saída da sala, a estagiária olhou para a colega e teceu o seguinte comentário: “que engraçado, a gente trabalha, trabalha e tem gente que vem aqui mais arrumada que a gente”. Ao analisar tal fala, pode-se apreender que, além da roupa ser um símbolo que indica maior ou menor poder aquisitivo, o fato de a mulher ser bolsista indica que trabalha menos que a estagiária, ou simplesmente não trabalha. Aos olhos do Estado, seja por agentes de saúde, estagiárias, professores ou o deputado citado, as bolsistas do Programa são corpos que não foram disciplinados para o trabalho.

Segundo Foucault (1987), na segunda metade do século XVIII o soldado tornou-se algo que se fabrica, foi “expulso o camponês” e foi dada a este corpo a “fisionomia de soldado”, houve uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Na concepção de Foucault (1987, p. 118), “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade – utilidade são o que podemos chamar de as ‘disciplinas’”. E, assim, incutidas no século XVIII, estas se tornaram fórmulas gerais de dominação. Dessa forma, a disciplina fabrica corpos submissos:

Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que o operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. (FOUCAULT, 1987, p. 119).

Poderíamos dizer que o Estado, via políticas públicas e programas como o PBF, produz corpos dóceis? É possível ver a submissão de corpos na política de Estado no contexto estudado? Nesse recorte de análise, podemos visualizar corpos que se submetem a disciplinas e regras, como as condicionalidades de ir à escola com 75% de presença, pesar e medir a cada semestre, manter vacinação em dia, e que, ainda, se submetem a avaliações morais de agentes do Estado, nas quais um olhar desviado ou uma vermelhidão no rosto frente a uma pergunta geram desconfiança ao Estado, ali figurado pela estagiária da sala do CadÚnico.

Claudia Fonseca (1999), no texto intitulado “Direitos dos mais e menos humanos”, destaca que na Europa a reorganização da família em torno da criança deu-se pelas classes abastadas e, posteriormente, estendeu-se para as camadas populares. E a forma como esta extensão ocorreu nas camadas populares é compreendida por pesquisadores contemporâneos como um processo de disciplinarização. A partir do século XVIII, na disputa empreendida pelo Estado contra as famílias tidas como irregulares, “a família popular é reorganizada em torno da ‘higiene doméstica’, do refluxo para o espaço interior e da criação e vigilância das crianças” (FONSECA, 1999, p. 109). Segundo a autora, ancorada em Donzelot (1980), a criança passa a ser uma espécie de “refém”. Ela sugere que “a norma estatal e a moralização filantrópica colocam a família diante da obrigação de reter e vigiar seus filhos se não quiser ser, ela própria, objeto de uma vigilância e de disciplinarização” (FONSECA, 1999, p. 109). A discussão trazida por Fonseca elucidada alguns aspectos no contexto do PBF, em que a criança é central, seja pelo acompanhamento de pesagem e vacina até os sete anos, seja pelo controle de frequência escolar. As mães são cobradas, pelos agentes do Estado e comunidade, em relação ao dinheiro, que, na concepção destes, deve ser gasto com a criança. Dessa forma, pode-se dizer que, no contexto do Programa, criança e família são objetos de vigilância e disciplinarização.

Em conversa com Olga, assentada e bolsista, esta relatou que sua vizinha Flávia destina o dinheiro do PBF apenas para o filho, pois tem medo de ser desligada do Programa caso não *invista* o dinheiro desse modo. Segundo Olga, “ela acha que o direito que ela tem é só o Bolsa Família, não tem mais nada e que o dinheiro do Bolsa é para o menino”. Olga

argumenta que, no seu caso, se precisar comprar algo para ela – uma peça de roupa ou um item de higiene –, compra, pois entende que esse dinheiro é para a família, e o cartão está em seu nome justamente para ter a possibilidade de decidir sobre este dinheiro. Mas a maioria de suas vizinhas bolsistas têm a compreensão que esse dinheiro é para a criança.

Em reunião de capacitação para utilização do Sistema Presença no município de Pelotas, já descrita no capítulo sobre documentos e burocracias, a coordenadora exclama: “gente, é condicionalidade! Para receber o Bolsa Família, a criança tem de estar na escola, tem de ir na UBS⁹!”. E, na sequência de sua fala, afirma: “é condicionalidade do Programa porque senão seria muito fácil, né, só ir lá e receber! É para tirar a família da vulnerabilidade, levar a criança para a escola, para o posto”.

Foucault (1987, p. 123) aponta a escola como um mecanismo importante de disciplinamento e conformação da docilidade do corpo. Segundo ele, nesse espaço temos “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo”. Dessa forma, a disciplina organiza um espaço analítico,

Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é portanto nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de resistência), mas a posição na *fila*: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações (FOUCAULT, 1987, p. 125, grifos do autor).

Nesse processo, a vigilância “torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (FOUCAULT, 1987, p. 147). As disciplinas funcionam como técnicas que fabricam indivíduos úteis, assim, “a escola não deve simplesmente formar crianças dóceis; deve também permitir vigiar os pais, informar-se de sua maneira de viver, seus recursos, sua piedade, seus costumes” (FOUCAULT, 1987, p. 174). As disciplinas não se configuram como instituições ou aparelhos, elas são um tipo de poder, uma tecnologia. Estas “caracterizam, classificam, especializam, distribuem ao longo de uma escala, repartem em torno de uma norma, hierarquizam os indivíduos em relação uns aos outros e, levando ao limite, desqualificam e invalidam.” (FOUCAULT, 1987, p. 183).

⁹ Unidade Básica de Saúde – UBS.

Ao serem incluídas como bolsistas do PBF, as participantes devem cumprir as condicionalidades já mencionadas. Parece estar estabelecido, aos olhos dos agentes e da sociedade civil, que, por estarem sendo “assistidas” pelo governo, as bolsistas podem ter suas vidas monitoradas, não raro sendo colocadas sob suspeita, já que, ao manter o governo informado sobre suas vidas, são vistas como aquelas que podem estar omitindo alguma informação.

5.2 “PARTE FAZ BOM USO, OUTRAS, SÓ PARA COMPRAR ROUPINHA E SE EMBELEZAR”: MORALIDADES DO ESTADO E SEUS AGENTES

Na sala do CadÚnico estava Laura, funcionária do setor administrativo da Secretaria Municipal de Assistência Social. Ao interrogar sobre minha presença naquele espaço e saber que pesquisava sobre o Programa Bolsa Família e, mais especificamente, que atentava para estratégias de consumo das bolsistas, Laura comentou: “isso aí algumas falam a verdade, parte faz bom uso, e outras, só para comprar roupinha, se embelezar”.

Também nessa mesma sala, em outro momento, a estagiária Cristine, que naquele período cursava a graduação em Serviço Social, contou que pretendia fazer o Trabalho de Conclusão de Curso tendo como tema o Programa Bolsa Família, atentando para a maneira como as bolsistas utilizam o dinheiro. A estagiária considerava que as pessoas gastam o dinheiro do Programa com coisas que não são um bom investimento, pois, na sua concepção, o dinheiro deveria ser investido em comida, roupa e material escolar para as crianças. Ela relatou haver apresentado a proposta de estudo na faculdade e que sua professora alertou para o fato de ela estar tendo um olhar de controle sobre o dinheiro e as bolsistas. Cristine, em tom de indignação, argumentou que esse era seu pensamento e que percebia isso ao atender as pessoas, via que elas estavam mentindo sobre o uso do dinheiro e que muitas o empregavam para comprar bebida alcoólica. Nesse momento, questionei como ela sabia que as bolsistas o utilizavam para esse fim, obtendo como resposta: “não trabalham e bebem, então, de onde vem o dinheiro? Do Bolsa!”.

Ao explicar as razões que levam a baixos índices de pesagem no município de Canguçu, a gestora da área da saúde afirmou: “como a criatura tem filho na escola, não perde (benefício). Pelo que entendo, não pesar não perde, só se não está na escola”. Na tentativa de converter o baixo índice de adesão à condicionalidade de pesagem, a gestora conta que, ao ligar para as bolsistas, informa que “se elas não vierem se pesar, vão perder o benefício”. Uma

gestora na área da educação, no município de Pelotas, também falando em relação ao bloqueio do PBF disse: “às vezes leva quase um ano para bloquear o benefício, só que a gente não pode dizer isso para eles, aí mesmo que não vão, né?!”. Após a palestra para professores e secretários de escolas, lembrou: “outra coisa, a família pode receber no máximo até cinco benefícios, então não adianta ‘vamos fazer filho por causa do Bolsa Família’, é até cinco benefícios”.

Esses recortes de fala de diferentes agentes do Estado, em distintos espaços, em 2017 e 2018, apontam para o que vem sendo delineado ao longo do capítulo e que perpassa os demais capítulos: a moralidade em relação ao dinheiro do PBF. Neste subcapítulo, o olhar será dirigido a essas moralidades, por parte do Estado e seus agentes, em relação às bolsistas do Programa Bolsa Família.

Ao analisar como os sentimentos morais têm penetrado a vida pública – a partir de um discurso de governo humanitário –, Fassin (2016, p. 9) define por sentimentos morais “las emociones que nos conducen sobre el malestar de los otros y nos hacen desear corregirlo”.

Para o autor, o governo¹⁰ se utiliza da linguagem do humanitário, do sentimentalismo para impor leis de mercado e política de compensação, ou seja, a política de compensação é uma política de desigualdades,

Esta tensión entre desigualdade y solidariedade, entre relación de dominación y relación de ayuda, es constitutiva de todo gobierno humanitario: ella explica la ambivalencia observada generalmente entre los gobernantes, los donantes, los agentes que obran por el bien de los otros y dan cuenta de aquello que a veces se llama la fatiga compasional, es decir, la usura de sentimientos morales que se convierten en indiferencia, a veces en agresividad a la vista de los desdichados; esta tensión explica también, de manera recíproca, el malestar de los gobernados, de los asistidos, de todos aquellos que reciben esos dones no apelando a ninguna contraprestación, dando cuenta del resentimiento y a veces de la hostilidad en ocasiones manifestada por los desprotegidos y los dominados por aquellos que se creen sus benefactores (FASSIN, 2016, p. 12-13).

Em estudo realizado junto a jovens, focando sua relação com o Estado, esse autor afirma que, na execução da política pública, não ocorre o que os ministros desenharam no papel, “las políticas públicas jamás son en los hechos lo que son en la letra. Sin embargo, tratándose de lugares de escucha, las ambigüedades y sus definiciones son constitutivas del mismo proyecto que las concibe” (FASSIN, 2016, p. 66). Na concepção do autor, as políticas públicas, apesar da aparência, administram territórios relegados e populações marginalizadas,

¹⁰ Fassin (2016) define governo como um conjunto de dispositivos estabelecidos e de ações realizadas para administrar, regular e favorecer a existência humana.

ao invés de escutar as demandas dos excluídos, tentando pacificar mais do que tratar. Nesse sentido, ele entende que o sofrimento social é, também, uma construção política.

Fassin (2016) analisa um programa de ajuda de urgência aos necessitados na França e destaca que a preocupação do Estado francês consistia na distribuição, de forma eficaz e justa, do dinheiro a seus pobres. Dessa forma, os funcionários improvisaram instrumentos, inventaram princípios e vigiaram os “beneficiados”.

Os candidatos à ajuda do governo tinham de justificar sua demanda com um texto. Segundo o autor, elas eram convidadas a contar seus problemas e suas misérias, buscando palavras que poderiam causar comoção e convencer o leitor, uma forma clássica de suplicar ao soberano. Dessa maneira, as instituições recorriam a uma exposição do sofrimento e das necessidades dos seus pobres. Não basta informar a situação objetiva, é necessária uma exposição subjetiva do demandante. Mas a definição de receber ou não o auxílio era dada pela renda; se estivesse abaixo do valor que caracterizava o sujeito como vulnerável, era dado resultado favorável.

Retornando ao caso em análise nesta pesquisa, em um dos atendimentos da estagiária Cristine, sentou-se à sua frente uma agricultora aposentada, cujo marido contava com auxílio-saúde. Ela viera até a Secretaria para averiguar o trancamento do PBF. Cristine informou que a exclusão da senhora do Programa havia ocorrido em função da renda, pois ela e o esposo, juntos, recebiam dois salários mínimos e, desse modo, já não se enquadravam no Programa. Nisso, a senhora argumentou que o marido recebe o auxílio-doença e compra medicação (teve um AVC) e que ela, uma vez que precisa cuidar dele, não pode trabalhar fora da propriedade. A senhora tinha um rosto triste e mencionou diversas vezes suas dificuldades. Cristine reforçou que ela não se enquadrava no Programa porque a renda ultrapassava os valores estabelecidos pela lei; mesmo assim e antes de, mais uma vez, discorrer sobre as dificuldades por que passa a família, a senhora insistiu na possibilidade de que se fosse ao banco, talvez constatasse que o valor concedido pelo Programa fora depositado.

À mesa de Maria, estava uma agricultora para atualização de cadastro. A senhora, casada e com um filho, destacou o gasto em alimentação e com remédios para o tratamento de convulsões. Declarou ter um carro, mas que não funcionava. Produtora de fumo, diz ter sobrado R\$ 15.000,00 na safra de 2016. Com esse valor no bloco de produtora rural, Maria informou que possivelmente não se manteria no Programa. A agricultora retomou as despesas e relatou as dificuldades de produzir, a instabilidade climática, o baixo valor pago pelos

produtos. Mas Maria alegou serem as regras do Programa e que não tinha poder sobre a decisão.

As duas situações observadas na sala do CadÚnico dialogam com o exposto por Fassin (2016), no sentido de que os “candidatos” à ajuda do governo relatam “suas misérias” como argumento de convencimento ao Estado e, assim, expõem suas vidas e as colocam sob a vigilância deste.

Fassin defende a ideia de uma marca pessoal dos agentes na avaliação sobre os pobres: “los presidentes imprimen su marca personal en la deliberación, algunos buscando personalizar los subsidios para dar ‘sentidos’ diferentes a cada uno, los otros esforzándose por proceder con ‘normas’ idénticas para todos.” (FASSIN, 2016, p. 92). Ao acompanhar a avaliação dos textos das candidatas à ajuda do governo francês, Fassin (2016, p. 100) constata que “no es suficiente que el texto sensibilice al auditor, es necesario también que él sea preciso, en un contexto donde la sospecha puede invalidar un dossier”. E esse olhar pode conduzir a uma negativa ao pedido de ajuda, tendo em vista que “la sospecha que se insinúa al descubrir un detalle perturbador puede también anular todas las demostraciones de buena fe del demandante.” (FASSIN, 2016, p. 101). O autor enfatiza que esse processo de suspeita e, até mesmo, de acesso negado à política do Estado está relacionada ao olhar moralizante sobre o pobre, de expectativas em relação a ele:

En vista de los pobres, la sociedad siempre ha tenido un cierto tipo de expectativa: sobre lo que ellos son y sobre los que ellos deben ser, sobre la manera en que se comportan y sobre la forma en que deberían comportarse.[...] En el caso de los pobres, además, mucho más que en el resto de las categorías sociales, hay una dimensión moral particularmente fuerte fiel a la significación que cada sociedad otorga a la pobreza en el establecimiento de un orden justo. (FASSIN, 2016, p. 103)

No estudo em que analisa o fundo de urgência social destinado a pobres franceses, Fassin destaca um elemento importante: o candidato à política de Estado não pode falhar no convencimento dos agentes, sendo sua estratégia chegar a seus corações:

[...] y para abolir la distancia física y social con los decisores, su principal medio consiste en llegarles al corazón, es decir, restaurar a través de la exposición una relación de proximidad susceptible de hacerles compartir, a pesar de esa doble separación, una humanidad común. Esta tentativa de crear un lazo de simpatía los vuelve virtual y transitoriamente presentes en el espacio de la deliberación, ellos ignoran evidentemente los principios y los criterios utilizados por la comisión (FASSIN, 2016, p. 104).

Na concepção de Fassin (2016, p. 108), gerir bem os recursos desperta benevolência nos gestores, dessa forma, “la promesa de gestionar bien sus magros recursos constituye una prueba importante de buena voluntad, en tanto que la administración considera al endeudamiento como una práctica desaconsejada”, assim como manifestar a preocupação com filhos suscita a benevolência da comissão avaliadora. Esse processo é observado no contexto do PBF, quando as bolsistas destacam que cuidam bem dos filhos e que o dinheiro é utilizado em bens para eles, pois esse é considerado o investimento correto do dinheiro. Para Fassin, a compaixão faz parte da relação com os pobres de maneira que se institui classicamente como marco da assistência social.

Esse cenário construído por parte dos agentes do Estado e sociedade civil, de “um bom uso do dinheiro”, no contexto do PBF, leva a uma vigilância, também, entre as bolsistas.

Para Regina, assentada e bolsista por quase uma década, desligada do Programa em função da aposentadoria do esposo – ultrapassou a renda estipulada –, há pessoas que não fazem bom uso do dinheiro: “tem muitos aí que é para gasolina, tomar cerveja na venda”. Ao comentar do contexto do seu assentamento, ela diz: “ganha terra do INCRA, ganha recurso do INCRA, ganha casa e ainda tem de dar Bolsa Família?! Eu não concordo! Ou vem para a terra e encara a terra como ela é, ou vai para a cidade trabalhar”. E encerra suas observações dizendo, “é o ditado aquele, que se tu sempre der uma muleta, nunca vai conseguir caminhar”. Em conversa com Maria, assentada e bolsista, quando perguntei se o esposo de sua vizinha tinha conseguido emprego, ela responde que este não aceitou uma proposta de trabalho, mas “está descansado, Flora conseguiu Bolsa Família de novo”.

O olhar de Regina sobre o Programa e, também, sobre a Política Nacional de Reforma Agrária indica sua percepção de que o Estado lhes deu algo e que suas vizinhas não sabem *administrar*, pois, tendo terra e casa, não necessitariam acessar Bolsa Família. Ainda, ao serem “beneficiadas” com o PBF, investem os recursos recebidos em bens que não são bem-vistos por Regina, como gasolina e cerveja. Já Maria parece aderir à ideia, colocada em alguns momentos por agentes do Estado, de que quem é bolsista não trabalha ou não tem preocupação com trabalhar. Entende-se que essas suspeitas e constatações, seja por parte da vizinhança, seja dos agentes do Estado, contribuem para a vigilância em torno do Programa Bolsa Família.

Fassin (2016) sugere que injustiças ocorrem no processo de seleção em função da má aplicação das regras, por falta de conhecimento. Desse modo, o desconhecimento conduz à injustiça, porque a generosidade pública em relação aos pobres é sempre com fundo de

suspeita sobre a realidade de sua situação e veracidade de suas declarações. A suspeita produz um excesso e não um déficit de normas.

Gupta (2012) chama atenção para a pressão do Estado sobre os agentes que executam os programas. O autor lembra o diálogo com um gestor, que coordenava um programa voltado à produção, em área rural da Índia. Ao questionar o porquê de o gestor não se opor às metas consideradas inviáveis de execução, este argumentou que somente fazia seu trabalho e mostrava os resultados demandados. Ele ainda complementou que, mesmo considerando o projeto como não viável, tentava executar e dar conta das metas, ainda que a qualidade ficasse em segundo plano, pois, por vezes, não era possível manter a qualidade tendo de buscar os números. Para o autor, essa indiferença aos resultados produz arbitrariedade, tendo em vista que a resposta racional da burocracia exige dos agentes o foco nas metas e não no bem estar do público do programa. Com relação aos dados, Gupta (2012) argumenta que oficiais estatais, em todos os níveis da burocracia, gastaram muito tempo gerando e registrando estatísticas e questiona o porquê de o Estado gerar números em vez de diálogos. Esse processo tem origem nas primeiras civilizações humanas, quando ocorre esta ligação entre o Estado e os processos de enumeração. É indiscutível que o aspecto produtivo da estatística faça dela uma ferramenta eficaz de dominação.

Por fim, retomando a discussão sobre o fio condutor deste capítulo, as moralidades, cabe destacar o chamamento de Fassin (2016, p. 359) acerca da importância de eleger nosso campo e, mais além, nossa posição, pois alguns propõem a denúncia da ordem social e outros uma gramática dos mundos sociais. Dessa forma, “interrogar esta evidencia moral y tomarla como objeto de estudio, mucho más que como objeto de juicio o de sentimiento, es introducir un hueco en lo que generalmente hay consenso”. Nesse sentido, o exercício de análise nesse capítulo foi de “introduzir um eco” no tema das políticas públicas, especificamente do Programa Bolsa Família, com relação ao Estado e seus agentes e como essas moralidades repercutem no cotidiano das bolsistas do Programa.

No intuito de dar seguimento à análise, o capítulo seis analisa as moralidades por parte de agentes do Estado em relação ao consumo empreendido por bolsistas a partir do dinheiro recebido do PBF, bem como suas estratégias de consumo num cenário de vigilância e controle sobre o uso desse dinheiro.

6 O CONSUMO COMO PERSPECTIVA DE ANÁLISE¹

Quando se diz que a função essencial da linguagem é sua capacidade para a poesia, devemos supor que a função essencial do consumo é sua capacidade de dar sentido. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2013, p. 106).

O consumo apresenta diferentes enquadramentos de análise. Pode ser explicado pelo viés hedonista, a partir do discurso, empreendido principalmente pela publicidade e pela mídia, que sugere que o sucesso se dá pela posse infinita de bens, essencial à felicidade e à realização pessoal. Essa tendência constrói outra importante visão do consumo: a moralista, com um discurso de tom denunciatório e que atrela a responsabilidade pelas mazelas da sociedade ao consumo, condenado como atos de consumismo. Igualmente, pode ser explicado por um viés naturalista, que o relaciona a necessidades físicas e a desejos psicológicos. Dessa maneira, comumente o consumo é tomado como natural, universal ou biológico (ROCHA, 2013).

Em obra inaugural da Antropologia do Consumo, Mary Douglas e Baron Isherwood (2013)² mostram que os estudos realizados até então tendiam a supor que as pessoas adquirem bens por motivações restritas a poucas finalidades: bem-estar material, bem-estar psíquico, exibição.

Segundo Douglas e Isherwood (2013), até meados de 1949, os economistas, baseando-se na teoria higiênica ou materialista e na teoria das necessidades por inveja, acreditavam que a teoria da demanda, baseada no indivíduo isolado, explicava as decisões de consumo apenas em função do preço e da renda. De acordo com a teoria higiênica ou materialista, por exemplo, nossas necessidades reais são físicas. Na visão dos autores, pode-se compreender essa teoria como uma divisão moral sobre as necessidades humanas, tornando-se necessário retomar a ideia de consumo como processo social. Para Douglas e Isherwood, em vez de partirmos de uma condenação moral sobre o consumo, devemos perguntar o porquê de as pessoas adquirirem bens.

Ao propor uma redefinição do consumo pelo viés sociológico e antropológico, Douglas e Isherwood partem de dois pressupostos: o primeiro concerne a que o consumo não é imposto; e o segundo, a que o consumo inicia onde termina o mercado. Assim, os autores

¹ No artigo “‘Pobre não tem hábito alimentar, pobre tem fome’: reflexões sobre consumo e política pública”, escrito em coautoria com a professora Renata Menasche e publicado no e-book *Cidades e Consumo Alimentar: tradição e modernidade do comer contemporâneo*, foi realizada uma discussão inicial sobre o tema abordado neste capítulo.

² A obra *The world of goods: towards an anthropology of consumption* foi publicada pela primeira vez em 1979.

definem consumo como o “uso de posses materiais que está além do comércio e é livre dentro da lei” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2013, p. 100), acreditando terem êxito ao defini-lo como uma área de comportamento conformada por regras que são livres, em uma relação em que nem o comércio nem a força se aplicam. Essa é a razão pela qual, em nossa sociedade, é bem definida a linha que separa o ofertar um presente do presentear com dinheiro, ou seja, é correto mandar flores para uma tia hospitalizada, mas jamais enviar dinheiro com um bilhete orientando que flores sejam compradas. O exemplo mencionado pelos autores demonstra que os bens materiais carregam significados sociais e têm o papel de comunicar:

Em vez de supor que os bens sejam em primeiro lugar necessários à subsistência e à exibição competitiva, suponhamos que sejam necessários para dar visibilidade e estabilidade às categorias da cultura. É prática etnográfica padrão supor que todas as posses materiais carreguem significação social e concentrar a parte principal da análise cultural em seu uso como comunicadores (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2013, p. 103).

Assim como as posses materiais fornecem comida e abrigo, esses bens estabelecem e mantêm relações sociais. Desse modo, tem-se um duplo papel dos bens, como provedores de subsistência e como marcadores das relações sociais. Conforme propõem Douglas e Isherwood (2013, p. 106), “esqueçamos que as mercadorias são boas para comer, vestir e abrigar; esqueçamos sua utilidade e tentemos em seu lugar a noção de que as mercadorias são boas para pensar”. É nesse sentido que os autores reforçam a ideia de que não podemos explicar a demanda atentando apenas para as propriedades físicas dos bens, pois o ser humano necessita de bens para se comunicar com os outros e para entender o que ocorre em seu entorno. Essas necessidades são uma só, uma vez que a comunicação somente é construída em um sistema estruturado de significados.

Os bens de consumo não se resumem a meras mensagens, eles constituem o próprio sistema. Nesse sentido, “os bens são tanto o hardware quanto o software, por assim dizer, de um sistema de informação cuja principal preocupação é monitorar seu próprio desempenho” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2013, p. 118). Dessa forma, se podemos tomar os bens como acesso à informação, o consumo pode ser visto como um campo em que a exclusão pode se aplicar, tendo em vista que há quem controle seu acesso. Para Douglas e Isherwood (2013, p. 139), “o consumo diz respeito ao poder, mas o poder é mantido e exercido de muitas maneiras diferentes. Uma teoria do consumo deve ser um facho de luz dirigido à política social”. Os autores propõem uma análise que revele mais sobre desigualdades sociais do que as medidas de distribuição de renda empreendidas pelos economistas e reforçam que não podemos olhar

apenas para as propriedades físicas dos bens, haja vista que o consumidor opera um sistema coerente de informações, pois sua necessidade de bens está relacionada à necessidade direta de envolver-se com os outros consumidores.

Inspirados em Mary Douglas e Baron Isherwood, ao analisar a trajetória dos estudos do consumo, Livia Barbosa e Colin Campbell (2013) afirmam que o valor do trabalho é tido como moralmente superior ao atribuído ao consumo: não trabalhar é um estigma, enquanto não consumir é uma qualidade. Dessa forma, “o trabalho é considerado fonte de criatividade, auto expressão e identidade. O consumo, por outro lado, é visto como alienação, falta ou perda de autenticidade e um processo individualista e desagregador” (BARBOSA; CAMPBELL, 2013, p. 20). Ao analisar o enquadramento moralista do consumo, Rocha (2013) afirma existir uma espécie de superioridade moral em relação à produção e seus temas (trabalho, empresa, profissão) quando comparada ao consumo e seus temas (marca, gasto, compra). Para o autor, “essa postura denunciatória é em parte responsável pelo silêncio acadêmico em relação ao consumo e pelo fascínio com a outra ponta do processo – a produção” (ROCHA, 2013, p. 13).

Assim, por um longo período, o consumo foi compreendido de forma simplista e negativa não apenas pelo senso comum, mas também pelas Ciências Humanas. De acordo com Diana Nogueira Lima (2010, p. 11), apenas a partir da década de 1980, a Antropologia do Consumo seria impulsionada por concepções que entendem que “sujeitos sociais são agentes de sua prática e não apenas reprodutores da estrutura de significados pré-dada por sua cultura”. É nesse quadro que se multiplicam estudos antropológicos que visam compreender como os sujeitos sociais experienciam a oferta material no mundo contemporâneo. Como argumenta a autora, ao adentrar no tema do consumo, devemos atentar para como os bens são incorporados pelos consumidores em distintos contextos sociais, tendo sempre presentes as transformações sociais envoltas no processo em análise. E, ainda, como defendem Barbosa e Campbell (2013), devemos ter presente que o consumo tem o papel de mediar relações sociais, conferir *status*, construir identidades e estabelecer fronteiras entre grupos e pessoas.

E é nesse contexto que propomos pensar a moralidade por parte do Estado, materializado através de seus agentes – como assistentes sociais, cadastradoras do CadÚnico (estagiárias), professores, entre outros –, em relação ao consumo empreendido por bolsistas a partir do dinheiro do Programa Bolsa Família.

6.1 “POBRE NÃO TEM HÁBITO ALIMENTAR, POBRE TEM FOME”: DIMENSÕES MORAIS DO CONSUMO

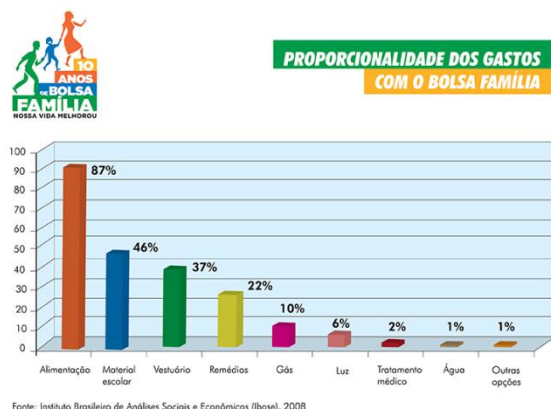
Figura 8 - Material de divulgação Programa Bolsa Família



Fonte: Facebook – Bolsa Família, 2018.

A imagem que abre este subcapítulo (Figura 8) é referente ao material de divulgação do Programa Bolsa Família na rede social Facebook, no qual a indicação da *hashtag* #FicaADica orienta para a compra de material escolar e são apresentadas ilustrações de alimentos classificados como saudáveis. Ao atentar para as imagens na rede, percebe-se a recorrência de postagens que orientam para o consumo de alimentos, material escolar e roupas, majoritariamente com foco na criança. A exemplo da Figura 9, em que são apresentados os gastos relativos com os recursos do PBF em 2008, o *slogan* “Bolsa Família é comida na mesa das crianças” (Figura 10), o recado do reajuste do valor com a imagem de uma mãe e filhos comprando alimentos (Figura 11) e o chamamento para “prestar mais atenção no que come” (Figura 12).

Figura 9 – Gastos relativos com o recurso do PBF



Fonte: Facebook – Bolsa Família, 2008.

Figura 10 – Relação PBF, alimentação e criança



Fonte: Facebook – Bolsa Família, 2016.

Figura 11 – Reajuste do PBF e vinculação a alimentação



Fonte: Facebook – Bolsa Família, 2016.

Figura 12 – Campanha alimentação saudável



Fonte: Facebook – Bolsa Família, 2016.

No âmbito dos estudos do consumo, ao discorrer sobre a distinção entre necessidades básicas e supérfluas, Lívia Barbosa e Colin Campbell (2013, p. 39) mencionam que tal distinção pode “definir critérios de direitos, postura moral, participação e constituição nas diferentes sociedades, além de permitir que se observem os mecanismos de poder que lhes são subjacentes”. Para esses autores, por trás da oposição entre necessidades básicas e supérfluas está a possibilidade de grupos sociais e políticos controlarem o consumo alheio, definindo o que se pode e se deve consumir. Tal controle é exercido, em especial, sobre classes menos favorecidas, contexto em que é tido como digno o consumo destinado a suprir carências definidas culturalmente como básicas, enquanto é considerado inadequado ou irresponsável o consumo orientado para a reprodução de certos estilos de vida, para além das ditas necessidades básicas (BARBOSA; CAMPBELL, 2013). Nesse quadro, podemos entender que

a classificação de determinados segmentos sociais como “pobres” estabelece, de antemão e por outros, a maneira como seu dinheiro deve ser gasto. Nas palavras dos autores citados:

Essa dimensão de controle moral e/ou, mediante políticas públicas, do consumo dos menos favorecidos levou, até há bem pouco tempo, tanto a academia quanto o mundo dos negócios a ignorarem as classes populares como consumidoras. Não só suas preferências por bens e serviços foram ignoradas, como suas estratégias de aquisição, fruição, ressignificação e mediação social através de objetos continuam em grande parte desconhecidas por aqueles que se dedicam ao estudo desses segmentos (BARBOSA; CAMPBELL, 2013, p. 39).

Ao analisar a relação entre o dinheiro recebido por participantes do Programa Bolsa Família do município de Alvorada, Rio Grande do Sul, e as moralidades subjacentes a seu uso, Talita Eger (2013) destaca que, para além das críticas ao Programa que circulam na imprensa, o pano de fundo do debate diz respeito à capacidade de esses sujeitos administrarem adequadamente tais recursos. A ênfase é colocada em práticas de consumo de bens considerados supérfluos e, também, em supostos desvios e mau uso do dinheiro, indicando o entendimento de que haveria usos adequados para tais recursos.

A autora argumenta que, por ser destinado a um grupo social cujo comportamento é estigmatizado e monitorado, esse dinheiro se constitui socialmente de modo diferente de outras fontes de renda, uma vez que é transferido pelo poder público, passando a cargo e sob titularidade preferencial de mulheres e sob condicionalidades de saúde e educação. Desse modo, é um dinheiro “carregado por marcas de classe, gênero e geração e atravessado por sentidos, moralidades, classificações e expectativas socialmente constituídas e permanentemente tensionadas” (EGER, 2013, p. 18). Mani Marins (2017, p. 186) refere-se ao cartão do PBF como algo que virtualmente define a identidade da bolsista, pois “se, por um lado, o cartão simboliza que a pessoa é ‘merecedora’ do benefício, uma vez que é elegível por ser pobre, por outro, ocorre um descrédito de sua figura, visto que ela é desvalorizada como sujeito – o auxílio viria para combater a fome que ele mesmo não foi capaz de suprir”. Assim, as classificações de que fala Eger (2013) elegem as bolsistas como pobres e como não capazes de suprir necessidades básicas e, assim, o Estado as “cuidará”, mediante controle e orientação do uso desse dinheiro.

Segundo Bruno Lautier (2014), há, por parte do Estado, uma distinção entre o “bom pobre” e o “mau pobre”. O “bom pobre” seria aquele que aceita a indagação sobre sua renda real, sobre o modo de vida e, ao mesmo tempo, admite facilmente que deve ser reeducado e que deve, simultaneamente, ser humilde. Já o “mau pobre” é dissimulado, tem vícios,

considera a ajuda assistencial como uma obrigação e desconsidera contrapartidas a essa “ajuda”.

Na concepção do autor, o fundamento moral das políticas públicas focalizadas é ambíguo, pois há uma moral da compaixão, uma moral da caridade e uma moral da justiça produtiva. Dessa forma, temos as políticas destinadas aos pobres “produtivos”, focadas na intervenção e na “ajuda” na esfera do trabalho, enquanto que aos “inúteis”, apenas resta a moral. A saída, para o Estado, seria transformar esses “inúteis” em produtores de seu próprio capital humano (via educação ou saúde) e, assim:

[...] esses pobres serão legitimamente (no registro moral) ajudados, para, então, serem moralizados pelo trabalho sobre si mesmos (como produtores de seus corpos e de suas competências, certamente, mas também como bons pais, bons vizinhos, membros de “boas” comunidades) (LAUTIER, 2014, p. 467).

Nessa relação entre o Estado e seus pobres, nada é gratuito, o dinheiro é acompanhado pela moral, o que provoca uma tensão permanente entre os objetivos educativos e os objetivos financeiros dos recursos dessas políticas.

Em estudos relacionados ao cotidiano de famílias participantes do Programa Bolsa Família em dois grandes centros urbanos, Porto Alegre e Rio de Janeiro, Michele de Lavra Pinto (2013, 2016) pondera que, ainda que não haja qualquer artigo da Lei que estabeleça qual deve ser a destinação do dinheiro recebido do Programa, há um juízo tácito que determina que as bolsistas devam utilizá-lo para adquirir alimentos, bem como seguir determinados parâmetros nutricionais considerados adequados pela área da saúde. Segundo a autora, é conformada uma hierarquia de necessidades moralmente aceita ao consumo de populações de baixa renda. Ao dialogar com Barbosa e Campbell (2013), a autora aponta que “o discurso moral que há sobre o consumo atinge particularmente as populações pobres, pois recai sobre elas um etnocentrismo social que subtrai a capacidade, autonomia e liberdade sobre suas escolhas” (PINTO, 2013, p. 166).

Os estudos demonstram, então, uma avaliação moral sobre o consumo realizado a partir do dinheiro originado no PBF, pois, ainda que não esteja especificado na Lei que constituiu o Programa que o benefício deva ser destinado à aquisição de produtos específicos, é perceptível uma expectativa e vigilância sobre as bolsistas para que invistam o dinheiro especialmente em alimentação, além de produtos para as crianças. Retomamos aqui os materiais de divulgação do Programa na rede social, nos quais essa expectativa e vigilância são marcantes. Como na Figura 13, em que, no lembrete do prazo para saque do dinheiro, a

imagem é de uma mulher realizando compra de alimentos, ou na imagem intitulada “Supermães Bolsa Família”, na qual a supermãe elástica com auxílio do Programa Bolsa Família “combate a fome e faz as crianças crescerem” (Figura 14).

Figura 13 – Lembrete prazo de saque do PBF



Fonte: Facebook – Bolsa Família, 2016.

Figura 14 – Campanha Supermães do BF



Fonte: Facebook – Bolsa Família, 2016.

No contexto estudado, a moralidade permeia a execução do PBF desde o cadastramento, as visitas, a atualização de cadastro até o controle das condicionalidades de educação e saúde. Ao acompanhar, em 2016, agentes do Estado, assistentes sociais e estagiárias (graduandas em Serviço Social) em visitas realizadas na área rural de Canguçu, foi possível analisar alguns elementos referentes à moralidade e ao consumo. Essas visitas têm por objetivo a avaliação socioeconômica das famílias cadastradas no CadÚnico que almejam ingressar no PBF (ou que são bolsistas, mas necessitam de averiguações) e/ou receber cesta básica³.

Em uma das famílias visitadas, a assistente social verificou a presença de antena de televisão e disse: “eles têm até *Sky*⁴, e eu não”, passando também a listar trator, moto, carro e outros bens que visualizou na propriedade. Durante conversa com uma das agricultoras visitadas, a assistente social perguntou-lhe se era irmã de uma terceira, que reside em outra localidade. A mulher respondeu positivamente e mencionou que sua irmã precisava de uma casa (referindo-se ao Programa Nacional de Habitação Rural), ao que a assistente social questionou: “mas eles têm carro, né? Têm carro e não têm casa?”. Em outra família, as

³ A Secretaria de Assistência Social possui uma cota mensal de cestas básicas, as quais são compostas por produtos como feijão, arroz, massa, açúcar, óleo, dentre outros, destinadas a pessoas consideradas em vulnerabilidade social.

⁴ *Sky* é uma das empresas que fornecem serviço de TV a cabo na região.

agentes realizaram as perguntas e observaram a casa e o entorno e, ao regressarem ao carro, a estagiária enumerou, no sentido de justificar que a família não se enquadrava no Programa, os bens que visualizara na casa, como fritadeira elétrica, máquina de fazer pão e forno elétrico.

Desse modo, no decorrer das visitas, a assistente social e a estagiária destacavam eletrodomésticos, eletroeletrônicos e veículos, elegendo a presença desses bens como evidência da ausência de necessidade de estas famílias serem bolsistas do PBF e/ou receberem cesta básica. Observamos aqui um controle do consumo das famílias, pautado por uma classificação moral que estabelece quais bens seriam necessários e quais seriam supérfluos, orientando um controle sobre o que e para quem as famílias podem ou não destinar o dinheiro oriundo de programas governamentais. Em estudo sobre os discursos e as práticas de um mutirão do governo federal realizado no estado do Pará para cadastro do PBF, ao analisar o processo de cadastramento do CadÚnico, Isabelle Bachtold (2016, p. 283) menciona que, ainda que se procure padronizar o processo, “o cadastro e operacionalização do programa são feitos pessoalmente, cara a cara, e estão sujeitos às subjetividades, interesses, valores morais e políticos”. Os agentes do Estado que executam o Programa são pessoas que detêm o poder de conceder e retirar benefícios, de consultar o sistema, de cobrar ou não obrigações, de acelerar ou retardar processos.

Da mesma forma, há uma apropriação e ressignificação das normas institucionais pelos servidores do governo. Ao relatar sobre palestras e exigências feitas por um gestor, para além das condicionalidades estipuladas pelo Programa, Bachtold (2016) afirma que este gestor, através de suas palestras, atribuía aos ouvintes uma moralidade, que não é exigência do governo, mas é compartilhada pelo senso comum, da necessidade do trabalho e de que a transferência de renda não é um direito e, sim, um pagamento que deve ter sua contrapartida. Nesse sentido, Marins (2017), em diálogo com Doboys (2010), afirma que:

[...] uma vez que a esfera administrativa não se apresenta apenas como um lugar de registros burocráticos, mas, também, de julgamentos normativos e morais, acabando por atravessar a fronteira fictícia entre política e cultura. Na verdade, os atendentes personificam a instituição e, a partir daí, fazem prescrições; no entanto, eles próprios oscilam entre lógica burocrática e o engajamento pessoal (MARINS, 2017, p. 83).

Retornando à sala em que é realizado o cadastro no CadÚnico, sentada ao lado de Maria – *a moça do Bolsa*, como a ela se referem algumas pessoas quando pedem a ficha na recepção –, sem me apresentar como pesquisadora e possivelmente também reconhecida como *moça do Bolsa*, ainda que timidamente, passei a participar das conversas nos casos em que as bolsistas se identificavam como agricultoras. Para inserir-me na conversa, costumava

indagar se a bolsista estava recebendo o dinheiro sem problemas e, no decorrer da conversa, perguntava o que era possível fazer com o valor recebido, ao que majoritariamente respondiam que utilizavam para a aquisição de alimentos, remédios e pagamento da conta de energia elétrica, e eventualmente também para a compra de gás de cozinha. Como relatado por uma das bolsistas: “uso tudo no rancho, só no rancho, quando fico muito apertada, uso para comprar um remédio”. Outra bolsista afirmou decidir em conjunto com o esposo no que investiriam o dinheiro, mas sua prioridade seria investir em alguma “melhoria”, como “arrumar uma parede, comprar uma pia, assim, algum móvel”.

Já outras afirmaram comprar *umas coisinhas* para os filhos, como o caso de uma bolsista que disse comprar “umas coisinhas, um brinquedinho, de vez em quando”, para a filha de sete anos, prontamente justificando que o fazia devido a que a filha era pequena e gostava de brincar, mas que no geral o dinheiro era gasto na compra de iogurte, bolacha e fruta, tudo para a filha. Outra bolsista, ao citar o que costumava comprar, afirmou: “não compro uma calcinha para mim, é tudo para eles”, referindo-se a alimentos, roupas e material escolar para os filhos. Logo a mulher relatou que uma vizinha recebia o valor de R\$ 300,00 do Programa e “vem na cidade e se lava de roupa, mas para ela”. Entre interlocutoras bolsistas estudadas por Marins (2017), também está presente esse controle entre vizinhas, como o caso de uma interlocutora que comprou um DVD e foi julgada pela vizinha por não ser considerado um bom investimento daquele dinheiro. Na análise de Marins (2017), o olhar de controle se dá mais intensamente pelas vizinhas não bolsistas,

[...] a vizinhança possui o potencial de controlar moralmente a vida dos beneficiários (tanto no que tange às suas condutas e práticas, quanto ao gasto do benefício). O julgamento dos não assistidos se faz sempre quando, em suas percepções, há um desvio de conduta em relação ao cuidado com os filhos (“má mãe”, “irresponsável” ou “desleixada”) ou quando acreditam que os beneficiários estavam investindo de maneira incorreta o dinheiro (como é o caso da compra do DVD) (MARINS, 2017, p. 241).

Rego e Pinzani (2014) relatam o sentimento de culpa de interlocutoras bolsistas do Programa por comprarem algo para si, como um batom ou um creme para o cabelo. Em diálogo com Zelizer (1989), os autores destacam uma moralidade das despesas domésticas, em que determinados usos do dinheiro são considerados mais legítimos que outros, sobretudo o uso pelas mulheres. Esse sentimento de culpa aflora em função da vigia e do controle por parte dos agentes do Estado, vizinhas e sociedade em geral. Esse processo é inclusive

abordado pelo Estado, via página de rede social, no intuito de “esclarecer os boatos”, as fofocas, e quem é *merecedor* ou não de estar no Programa (Figura 15).

Figura 15 – Material de esclarecimento de boatos



Fonte: Facebook – Bolsa Família, 2016.

Entende-se que, por se sentirem vigiadas, sendo interrogadas sobre o uso do dinheiro, as bolsistas incorporam o olhar vigilante do Estado. Da mesma forma, a resposta recorrente remetendo à compra de alimentos, roupas e material escolar para os filhos está relacionada a essa vigilância e moralidade sobre o seu consumo. Depreende-se que as bolsistas concluem, a partir das orientações da nutricionista, das agentes de saúde, das palestras, que o destino correto para esse dinheiro seja a compra desses itens básicos. Assim, a resposta que dão à “moça do Bolsa” será aquela que entendem que será aprovada, fazendo com que sejam consideradas merecedoras do dinheiro pelo correto destino que dão a ele, por seu bom consumo.

Como mencionado anteriormente, também pode ser observada a ênfase dada à destinação dos recursos à aquisição de produtos específicos presente em materiais de divulgação do Programa Bolsa Família. É clara a expectativa de que o dinheiro seja investido especialmente em alimentação, além de outros produtos para as crianças, nas imagens que objetivam a apresentação de dados sobre o Programa (Figuras 16 e 17), assim como na cartilha impressa destinada à orientação de bolsistas (Figura 18) ou, ainda, na ilustração capturada da página do Programa em rede social (Figura 19). Nessas imagens, predominam

ilustrações de alimentos que, aos olhos de profissionais da área de saúde, são enquadrados como saudáveis (grãos, frutas, legumes, carnes). Esta é mais uma faceta da moralidade sobre o consumo de famílias bolsistas, também presente entre gestores da política.

Figura 16 – Gastos do recurso do PBF com alimentação



Fonte: Facebook – Bolsa Família, 2013.

Figura 18 – Cartilha da bolsista



Fonte: MDS - material impresso, 2010.

Figura 17 – Campanha “Quebrando Mitos”



Fonte: Brasil, 2013.

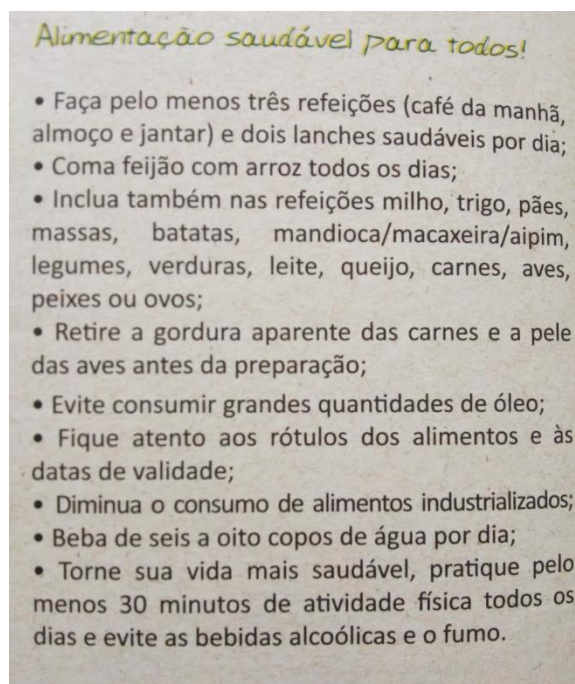
Figura 19 – Relação alimentação e criança saudável



Fonte: Facebook – Bolsa Família, 2016.

A cartilha impressa e distribuída às bolsistas, denominada Agenda da Família (Figura 20), pode ser interpretada como um manual de bom comportamento da bolsista. Nela, indica-se como deve ser gerido o recurso do Programa, com orientação para a realização de três refeições, para o consumo de arroz e feijão diariamente e para a inclusão de alimentos como milho, trigo, pães, massas, batatas, legumes, verduras, leite, queijo, carnes, aves, peixes ou ovos nas refeições. Recomenda-se, também, retirar a gordura das carnes, evitar consumir grandes quantidades de óleo, atentar para a data de validade no rótulo dos alimentos, diminuir o consumo de alimentos industrializados, beber de seis a oito copos de água por dia, praticar pelo menos 30 minutos de exercício físico todos os dias e evitar bebida alcoólica e fumo.

Figura 20 – Orientações na cartilha da bolsista



Fonte: MDS – material impresso, 2010.

Além orientar as bolsistas, o material de divulgação do Programa – cartilhas, cartazes e imagens na rede social – constitui-se, também, em uma “prestação de contas” à sociedade, que vigia moralmente esse dinheiro. As imagens evidenciam uma orientação às bolsistas e “apresenta os resultados” à população em geral, em cujo meio é comum a disseminação de boatos referentes ao mau uso desse dinheiro – “não é bem investido” – e a seu direcionamento a “pessoas que sequer trabalham”. Em síntese, o material imagético orienta as bolsistas, presta contas à sociedade e legitima o Programa e o “bom uso” desse dinheiro.

Em conversa com uma gestora/coordenadora na área da saúde do Programa, ao comentar que, durante o período gestacional e de amamentação (seis meses), a bolsista recebe uma variante de R\$ 39,00, esta disse “eu sempre digo que esse dinheiro a mais é para utilizar com alimentação saudável, mas sabe como é, né?”. Igualmente, relatou que, no momento da pesagem, sempre recomenda que “a alimentação seja mais saudável”; e que, nos atendimentos, pergunta às bolsistas agricultoras se têm uma horta e/ou frutíferas: “tento incentivar que tenha uma horta, às vezes não tem nenhuma frutífera”. A gestora afirmou que a orientação para que as bolsistas tenham uma horta objetiva que não consumam “só feijão, arroz, massa, batata”. Segundo ela: “já fui algumas vezes para fora falar sobre alimentação saudável, dizem que o dinheiro não dá, que essa alimentação é cara”. De acordo com suas informações, no ano de 2017, 66% das bolsistas do PBF do município de Canguçu estavam com sobrepeso ou obesidade. Ela acredita que o índice ocorreu em função de consumirem

“mais gordura, usam banha, carne gorda, torresmo, de colocar coisas no feijão”. Da orientação para melhorar a alimentação, esta destacou que, no que concerne à amamentação, “eu geralmente digo que é para comprar frutas, verduras, aí eu tento frisar bem essa parte”, lembrando que “vem mãe aqui com criança comendo salgadinho e tomando refrigerante”. A gestora disse orientar as mães para a compra de água, iogurte ou uma fruta em vez de salgadinhos e refrigerante, mas que por vezes não se contém e adverte: “eu digo: ‘a senhora não pode fazer isso’, e elas dizem que as crianças gostam muito”.

E o que dizem as bolsistas assentadas sobre esse dinheiro? A seguir, adentramos o cotidiano das mulheres assentadas e bolsistas do PBF interlocutoras da pesquisa⁵ e destacamos percepções referentes a esse dinheiro e estratégias de consumo a partir dele.

6.2 “ENTÃO VOU CONTAR”: PERCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS DE CONSUMO DE BOLSISTAS A PARTIR DO DINHEIRO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Nas primeiras conversas com Regina, que atualmente já não é bolsista – devido à aposentadoria do marido, que fez com que a renda da família ultrapassasse o valor estipulado para o enquadramento –, ela contou que o dinheiro do PBF era destinado para comprar roupas e material escolar para o filho Carlos. No decorrer da conversa, percebi que ela não desenvolveu o assunto sobre as possibilidades de consumo a partir desse dinheiro. Então optei por explicar que não havia um destino determinado para o dinheiro do PBF, que era decisão da bolsista o que fazer com o dinheiro, não sendo obrigatório utilizá-lo somente para comprar bens para os filhos. Nisso, Regina exclamou: “então vou contar, comprei um guarda-roupa, mas para o Carlos [filho], um guarda-roupa de madeira, está no quarto dele”. E mencionou, ainda, a compra do cilindro elétrico de sovar pão, da estante da sala, de cobertor e roupa de cama – mas, que, segundo ela, foi “tudo na prestação, pagava uma e fazia outra” –, além dos *agradinhos* para Carlos: iogurte, salgadinho, cereal, dentre outros. Com seu desligamento do Programa, contou que passou a diminuir o número de compras a prazo: “agora minhas prestações se reduziram a uma ou duas, até as moças das lojas perguntam: dona Regina não vai comprar uma coisinha? E eu digo que não, que agora não tem Bolsa Família”.

Em visita à vizinha de Mercedes (interlocutora-chave desta pesquisa, residente no assentamento), Marta relatou que, com o dinheiro do BF, comprava roupas e calçados para as

⁵ No Capítulo 2, são apresentadas as mulheres que compuseram e inspiraram a pesquisa, tendo como fio condutor as estratégias dessas para, ao longo de suas vidas, terem *seu dinheirinho*.

crianças, na forma de prestação, e comprava fardos de leite de caixinha para o filho pequeno. Nisso, um técnico da extensão rural que estava realizando visita técnica interveio questionando por que ela não juntava o dinheiro e comprava uma vaca em vez de gastar comprando leite de caixinha. Marta respondeu que o menino tomava leite diariamente e que não tinha como guardar este dinheiro para comprar a vaca, mas que o marido havia comprado recentemente uma “vaquinha que estava prenha”.

Na casa de outra vizinha de Mercedes, Dorotéia relatou que recebia o dinheiro e entregava o valor para a filha Sofia. Quando comentei sobre o motivo da visita e o tema da pesquisa, Dorotéia exclamou: “ah, isso é com a Sofia, ela que administra esse dinheiro”. Segundo Sofia, que tem doze anos, naquele período, em 2017, fazia pouco mais de um ano que estava recebendo o BF, depois que a “mãe trocou a senha, voltou a vir”. Referente ao dinheiro, contou que “ela [mãe] me dá um pouco e o resto ela deposita na conta, a conta de quando eu for estudar”. Sofia tem planos de fazer o curso técnico em agricultura na Escola Técnica de Canguçu e, para prover os estudos da filha, a mãe já estava fazendo uma poupança. A menina relatou que a mãe abriu uma conta conjunta com ela, pois é menor de idade, e primeiramente depositou o valor da venda de uma vaca e agora depositava mensalmente parte do valor do BF na conta. Segundo Sofia, “às vezes ela deposita tudo [valor integral sacado do BF], às vezes ela traz um pouco”. E o dinheiro que a mãe entrega a ela é reservado para “viajar, sair com a escola, quando a mãe precisa para comprar um bicho, uma ração, aí eu dou. As porcas, por exemplo, eu tinha um dinheiro guardado, aí eu dei para o pai, uma porca é minha e a outra é dele”. A menina disse gostar de guloseimas e utilizar esse dinheiro também para comprar “salgadinho, refrigerante, coisas assim”, produtos que são adquiridos para as viagens com o grupo de dança e jogos da escola. E, quando acompanha a mãe à cidade de Canguçu, disse que compra pastel, refrigerante, balas, chocolate e outros itens como unhas postiças, grampos de cabelo, pilhas para lanterna e um brinquedo movido a pilha.

Na casa de Olga, a filha contou que “a mãe chega na loja e diz para escolher alguma coisa, ela não dá o dinheiro, mas sempre dá alguma coisa. Quando vai na cidade traz uma bolachinha recheada, alguma besteirinha”. Olga, bolsista desde 2006, disse priorizar o pagamento da conta de energia elétrica, comprar iogurte, bolacha e frutas para a filha e reservar “um troco” para ela ir aos jogos escolares na cidade e nas apresentações de dança do CTG. Lembrou que encomendou da vizinha uma saia (vestimenta) da dança gaúcha, tendo parcelado o pagamento em duas vezes com o dinheiro do BF.

Na casa de Olga, conheci Flávia, vizinha sobre a qual Olga havia contado a história de que utilizava o dinheiro somente na aquisição de bens para o filho, com medo de “perder o Bolsa”. Ao explicar sobre a pesquisa, de imediato Flávia passou a elencar o que compra para o filho com esse dinheiro: frutas, calçados, cadernos, lápis – destacando que “lápiz trago de quantia”. Disse reservar parte do dinheiro para pagar a conta de energia elétrica. Flávia deixa o seu cartão do PBF com uma família na cidade de Canguçu, em cuja residência trabalhou como doméstica por um período, e eles sacam o dinheiro, pagam a conta de energia elétrica e guardam o restante. Ao comentar sobre a importância desse dinheiro, ela disse: “para mim o Bolsa Família não pode terminar, Deus o livre!”. Flávia reforçou o destino dado ao dinheiro, “compro coisas para comer, agora mesmo quero ver se compro uma tela [material para cerca] para fazer uma hortinha”. E, contrariando a versão de Olga – ou por estar na presença da vizinha que sempre enfatiza que o dinheiro não é somente para o filho –, ela contou seu planejamento para o próximo mês: “agora esse mês vou para Canguçu e quero ver se compro uma maquiagem para mim”. Planejava também fazer prestação para a compra de óculos de grau, “eu agora preciso trocar os óculos, vou pegar o dinheiro do Bolsa Família, vou tirar em prestação”.

Nisso, Olga entrou na conversa e destacou que têm de comprar as coisas para elas, contando: “o Luís [marido] não sabe nem a senha e nem o valor”, referindo-se ao seu cartão do PBF. Sobre o dinheiro, Olga relatou: “eu pegava o dinheiro do BF ia lá na mulher do Avon [marca de cosméticos], pagava e retirava os produtos, e revendia e tirava um lucrinho”. Além de ganhar um dinheiro com a revenda, comprava produtos para ela e para as duas filhas.

Retomando a história de Flávia, esta lembrou que teve o BF cancelado por um período, quando seu filho não estava morando com ela. Quando foi morar com o atual companheiro e o filho passou a ficar com ela, foi orientada a fazer o recadastramento: “me disseram, ‘faz o Bolsa Família para vocês terem alimentos, vocês são pobres’”. Após três meses do recadastramento, voltou à *secretaria da primeira-dama* e foi informada de que tinha um valor de R\$ 150,00 na conta. Como havia deixado o cartão em casa, retornou no próximo ônibus para buscar o cartão e efetivar o saque. Chegando a casa, contou para o marido sobre o dinheiro e que retornaria à cidade no próximo ônibus para sacá-lo e não arriscar perder o dinheiro, pois já estava na conta havia tempo. No banco, solicitou ao atendente o saque referente a R\$ 150,00, e este perguntou se ela deixaria o restante do valor na conta. Flávia disse ter questionado a qual valor ele se referia, sendo informada de que constava um valor de R\$ 1.500,00 na conta. Flávia diz ter “gelado em frente ao caixa eletrônico” e solicitado que o

atendente conferisse novamente o valor disponível, o qual foi novamente confirmado. Ela lembrou que a reação foi solicitar o saque de todo o valor, ir direto para a rodoviária e retornar no próximo ônibus para casa. Ao contar para o esposo, este se surpreendeu e logo propôs pedir um empréstimo para seus pais e somar ao valor do BF para comprar a moto que seu vizinho havia colocado à venda. E, assim, compraram a moto que é de uso da família: com ela deslocam-se até a venda, visitam os vizinhos, a família do esposo e levam o filho de Flávia até a parada do ônibus escolar.

Assim como Flávia, Cátia também contou com entusiasmo o caso de um valor que recebeu retroativamente em uma das vezes que teve o trancamento no Programa. Cátia, bolsista há 12 anos, teve dois trancamentos: “cortaram, ficou uns quatro ou cinco meses e eu sempre correndo atrás, fui receber tinha R\$ 360,00. No outro mês, tu não acredita, tinha R\$ 1.000,00!”. Com esse dinheiro, disse ter pago o *caderno* na venda, feito *um rancho reforçado* e comprado roupa para os três filhos. Cátia disse que com “esse dinheiro sempre pagando prestação. Faça chuva, faça sol, sei que aquele dinheirinho está lá!”. Outro momento que marcou foi um final de ano quando receberam um valor comemorativo ao Natal: “teve um ano, na Dilma, que ganhamos um dinheiro a mais, no Natal”. A vizinha Olga, que acompanhava na visita a Cátia, lembrou saudosista desse fato: “uma coisa boa que no Natal, a gente louca para comprar um presentinho para as crianças, e eles depositaram tudo antes do dia 25 de dezembro”. Segundo Cátia, os filhos costumam pedir coisas para ela: “os guris pedem calção, tênis, bola, camisa”. E, sobre as escolhas no que investir o dinheiro, disse que o marido nem sabe o quanto ela recebe e não opina sobre o destino dado ao valor.

Em uma noite, também na casa de Olga, após eu ter explicado o motivo da minha presença frequente naquela casa e falar sobre o tema da pesquisa, sua vizinha Rosane olhou-me sorrindo e disse: “tu vai me matar se souber o que eu faço com o dinheiro do Bolsa [risos]”. De imediato falei que nem eu e nem o governo deveríamos avaliar o destino e/ou opinar sobre esse dinheiro. Rosane então relatou que solicitou um cartão de débito do PBF e contratou um pacote de TV, com opção de vários canais, e que o valor era debitado do cartão do BF. Mas que estava planejando desligar a antena e deixar esse dinheiro para o filho comprar merenda no bar da escola e pagar lanches quando viaja para dançar com a invernoada do CTG. Rosane contou que o filho demandava “moedinhas” todo dia para comprar no bar da escola (salgadinho, bolacha, chiclete, balas, refrigerante) e que durante o mês “vai um bom dinheiro para essa despesa” e, então, pretendia direcionar o dinheiro do BF para isso.

Amanda, bolsista há cerca de cinco anos, disse que direcionava o dinheiro para comprar roupas e calçados para suas três meninas, na forma de prestação. Igualmente, adquiria material escolar e alimentos como iogurte, fruta, bolacha recheada, salgadinho e sardinha em lata (alimento preferido de uma das meninas). Também comprava fraldas para a filha de dois anos e seis meses, shampoo e condicionador para ela e para as meninas. Era ela quem administrava o valor recebido pelo BF, tendo autonomia sobre ele, pois o dinheiro da venda do leite era destinado para despesas gerais da família referentes a alimentação, eletricidade, assinatura da antena da televisão e remédios para o seu tratamento de toxoplasmose.

No decorrer da conversa na casa de Joana, perguntei se na entrevista fizeram alguma observação com relação ao dinheiro, se indicavam o uso para alimentação, roupa e material escolar dos filhos, e ela exclamou: “eles deixam claro isso”. Antes mesmo que eu perguntasse sobre as possibilidades de consumo a partir desse dinheiro, Joana disse: “[com] o dinheiro do Bolsa, eu tenho crediário na Pompéia [loja de vestuário e calçados]. Os guris crescem muito, compro roupa, calçado, um Nescau [achocolatado], que eles gostam muito, um pudim, uma gelatina”. Comentei que na lei não estava especificado o que as bolsistas deveriam comprar e Joana declarou que tudo que ela e sua mãe compravam era direcionado às crianças. Ela complementou relatando que sua irmã, que mora e trabalha em Porto Alegre, sugeriu que Joana não teria interesse em buscar outras fontes de renda, de modo a permanecer recebendo o Bolsa Família, que teria se acomodado dessa maneira. Mas Joana questionou: “quem vai viver com R\$ 152,00? [valor que recebe]”. E seguiu contrapondo a observação da irmã: “eu não vivo de Bolsa Família, eu trabalho de peão”. Joana também destacou que produz alguns alimentos para a família, como feijão, verduras, batata-doce, mandioca, batata, galinha, porco, peru, o que considerava como uma economia, pois não precisaria comprar esses produtos no mercado.

Flora contou que, logo que se separou do marido, o Bolsa Família foi essencial, “imagina, seis anos dependente do homem, imagina começar sozinha de novo”. O valor recebido pelo PBF era a entrada garantida do mês e era utilizado para fazer as compras mensais no mercado: “a base que eu tinha certa era aquela”. No mês em que tinha o dinheiro garantido para o rancho, então comprava calçados ou roupa para os filhos, pois seu filho mais velho já estava na escola. Flora recordou da felicidade sentida quando foi sacar o dinheiro pela primeira vez e constava o valor referente a dois meses: “comprei uma bola para o Igor, ele ficou tão faceiro com aquela bola!”.

Patrícia, que, com suas duas filhas em idade escolar, ocupa um lote no assentamento, contou que o dinheiro do BF era a renda certa do mês, pois não podia contar com a pensão da filha, que nem sempre é depositada pelo pai da menina. Ela contou: “eu vivo aqui com R\$ 478,00, não é me queixar”. Em função da baixa renda, Patrícia foi incluída na listagem da Secretaria de Assistência Social para receber uma cesta básica mensal. Disse ter recebido a primeira cesta com feijão, arroz, farinha de milho, macarrão, açúcar, óleo e suco. Patrícia contou que o “Bolsa Família quase sempre vem quando estou zeradinha, daí vou lá e compro o que está faltando, mas sempre cuidando o quanto tão colocando na panela, não desperdiço nada”. Ela relatou terem passado uma semana consumindo praticamente apenas pão, mas que, logo que recebeu a pensão e o BF, fez um rancho para dois meses. E, como tinha garantido alimentação por um período mais longo, decidiu comprar uma antena para televisão, pois sem isso não conseguiam sinal para assistir à novela. A compra da antena foi feita mediante o pagamento de uma entrada e o restante feito em parcelas, o que, segundo ela, somente foi possível porque era bolsista do PBF, ou seja, a garantia de pagamento foi o cartão do Programa.

Mercedes também relatou a importância do PBF para sua família e vizinhos, “a nossa dificuldade era muito grande antes do Bolsa Família, tiraram muita gente da pobreza”. Mercedes lembrou que, quando passou a ser bolsista, destinou o dinheiro para alimentação: “na época que saí, eu fazia o rancho e paramos de passar dificuldades. Eu criei meus filhos com o Bolsa Família, eu comprava o grosso, porco, galinha eu sempre tive, feijão eu tinha, eu comprava um fardo de farinha, um fardo de arroz, um fardo de açúcar, aí eu passava bem o mês todo”. E, ao longo dos anos, o dinheiro do BF continuou sendo prioritário para a alimentação: “meu Bolsa Família sempre está na Ivone [comércio próximo ao assentamento], eu pego boia, mês passado sobrou R\$ 100,00 e eu peguei para pagar gasolina”. Mercedes também destina o dinheiro, ou parte deste, para os filhos, “ano passado dei para Márcio e Cristina comprar calçado, às vezes compro linha [para artesanato]”. Mercedes elencou outras compras, como um pacote de fumo para o esposo, e lembrou: “mês passado eu comprei milho para as galinhas”. Ela completou com a afirmação: “o Bolsa Família, quando as crianças eram pequenas, mudou minha vida!”.

No contexto da importância do Programa para viabilizar a alimentação, Clarisse, assentada e ex-agente comunitária de saúde, comentou: “teve muita gente aqui que sobreviveu com o Bolsa Família”. Clarisse relatou sua conversa com uma vizinha, a qual, quando o marido de Vanda aposentou-se, disse: “esse mês vou me dar ao luxo, vou comprar perfume

pra mim e para as crianças, porque até hoje só comprei boia”. Outro ponto interessante da conversa com Clarisse se refere à questão de quem administra o dinheiro do Programa. Perguntei como ela observava, nos anos em que trabalhou como agente de saúde, a autonomia das mulheres sobre esse dinheiro, se eram as mulheres que o administravam e se os maridos interferiam nas escolhas de consumo, e ela respondeu: “o tempo do marido administrar, acho que já passou”.

Ao deslocar o olhar para o cotidiano das bolsistas, percebe-se que as estratégias de consumo se dão para além da compra de alimento, material escolar, roupas e calçados para os filhos, como representa a Figura 21: móveis; produtos de higiene e beleza; roupa de cama, mesa e banho; guloseimas, dentre outros bens. Um universo de bens, acessados a partir do dinheiro do PBF, mas que, diante da vigilância e controle por parte de agentes do Estado e vizinhança, é, de certa forma, omitida pelas bolsistas. O que aponta a necessidade de pensar também na política pública, o consumo para além de suprir necessidades fisiológicas e, sim, como algo que comunica, com significado e sentidos.

Figura 21 - Estratégias de consumo empreendidas pelas bolsistas



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Ao abordar moralidade relacionada ao consumo entre bolsistas do PBF nos vem em mente o caso do Programa Alimento para Todos, do município de São Paulo. Na nossa

compreensão ambos são programas do Estado orientados para a população definida como de baixa renda e marcados por perspectiva de cunho moralista relacionada ao consumo.

A farinata⁶ seria destinada à complementação da alimentação da rede escolar municipal e à inclusão nas cestas básicas distribuídas pelos Centros de Referência de Assistência, além de igrejas e sociedade civil. Em entrevista, junto ao então prefeito João Dória, um arcebispo declarou que “pobre tem fome. Hábito alimentar é para quem tem disponibilidade de alimento e quem pode se dar ao luxo de ter uma alimentação regular, refeições regulares, alimentos selecionados” (BETIM, 2017, n.p.). O prefeito complementou a colocação do arcebispo: “Pobre não tem hábito alimentar, pobre tem fome” (BETIM, 2017, p. 3). Devido à repercussão negativa em relação à proposta por ocasião de seu lançamento, em outubro de 2017, o Programa Alimento para Todos não chegou a ser efetivado.

A partir dos casos analisados podemos afirmar que as práticas estatais moralistas no campo das políticas de assistência social conformam o pano de fundo dos contextos analisados. Para Marins (2017, p. 39-40), “o Estado possui o poder de classificar e nomear grupos, a partir de sua legitimidade e, em nome de uma ‘oficialidade’, define-os por meio de uma avaliação moral, julgando a necessidade ora de cuidados, ora de múltiplos controles”. Tal processo é visível no caso do Programa Bolsa Família, em que o Estado afirma a necessidade de controle, através do estabelecimento de condicionalidades nas áreas da saúde (pesagem, acompanhamento gestante e nutriz), educação (frequência escolar) e assistência social (atualização do CadÚnico e de informações referentes à mudança de endereço, renda, mudança no grupo familiar). E, também, no caso da farinata, em que o Estado se propõe a suprir a necessidade de cuidados dos pobres, percebidos como despossuídos de alimentos e, também, de cultura alimentar.

Inspirada no caso da farinata e imersa na análise referente a estratégias e moralidades em relação ao consumo a partir do PBF, compreende-se que, apesar de legalmente não haver restrições ao consumo realizado a partir dos recursos provenientes do PBF, estudos anteriores comentados e observações resultantes da pesquisa a campo indicam que o Estado e seus agentes estabelecem parâmetros do que é consumo legítimo, dando a perceber classificações cunhadas a partir de uma perspectiva moralista de consumo, que distingue bens necessários de supérfluos a partir de parâmetros externos aos das famílias consumidoras em questão. As classificações aí estabelecidas evidenciam hierarquias: material escolar, roupas e calçados

⁶ A razão humana, ou farinata, como ficou conhecida, seria elaborada a partir de alimentos próximos do prazo de vencimento ou fora do padrão de comercialização em supermercados, que, doados à prefeitura, seriam submetidos a processo de desidratação para, então, serem transformados em “alimentos completos”.

para as crianças *versus* brinquedos ou itens de higiene (shampoo, creme para cabelo, etc.); alimentos *versus* outros (remédios, gás, roupa e calçado para mãe, tabaco); alimentos saudáveis (frutas, verduras, cereais) *versus* alimentos gordurosos, guloseimas, refrigerantes. Nessas classificações, estão implícitas as características do que seria a boa mãe – bem como a autoridade de quem a julga –, aquela que prioriza a compra de alimentos saudáveis, material escolar, roupas e calçados para os filhos. Do mesmo modo, tais classificações correspondem ao que, a partir dos parâmetros da visão medicalizada da alimentação, é considerado um bom corpo, resultante da alimentação saudável. Retomando o que Barbosa e Campbell (2013) afirmam, temos que o pano de fundo da diferenciação entre necessidades básicas e supérfluas encontra-se na possibilidade de definir o que as classes menos favorecidas devem consumir, daí aos pobres ser determinado, de antemão e por outros, a maneira como devem gastar seu dinheiro.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a analisar como mulheres rurais assentadas se relacionam com agentes e instituições que operam o Programa Bolsa Família e como manejam os benefícios advindos do Programa de modo a apreender como a política de Estado age no cotidiano dessas pessoas.

Dar visibilidade às histórias de vida de Aline, Cátia, Cristina, Flora, Joana, Jurema, Maria, Mercedes, Olga, Patrícia e Regina possibilitou notar suas estratégias cotidianas de reprodução social, desde a adolescência até os dias atuais. Da mesma forma, suas histórias evidenciaram elementos que conformam a personagem dessa história: mulher agricultora; que esteve acampada para conquistar sua terra; hoje assentada da reforma agrária; que desde cedo começou a trabalhar fora da propriedade, como babá ou empregada doméstica; que casou jovem e cedo foi mãe; que abdicou dos estudos para dar conta do cuidado dos filhos; que, desde a infância, traçou estratégias para ter seu *dinheirinho*; que em algum momento de sua vida teve relacionamento conturbado ou mesmo abusivo; que *se viu* para criar os filhos; engajada em atividades sociais da comunidade; bolsista do PBF.

Analisar percepções e definições de pobreza permitiu compreender que, para as bolsistas do PBF, a definição de pobreza não está circunscrita pelo critério renda, como é definido pelo Programa Bolsa Família e por outras políticas sociais. Para elas, a pobreza está em muitos lugares, mas não em sua casa, a pobreza é condição da outra: da vizinha, da irmã e/ou de quem vive na cidade. Para distanciar-se da pobreza ou ao menos amenizar sua presença, é criada outra categoria, indicadora de existências que se deparam com penúria ainda maior: o *pobre de espírito*. Na concepção dessas mulheres, produzir o alimento e possuir a própria terra as desvincula da condição de pobreza. A produção de alimentos é concebida como a própria essência do ser agricultora, é sua identidade, ao tempo que o produzir alimentos para si e para outros é requisito que as isenta – e a seus lares – da condição de pobreza.

O olhar sobre as burocracias do Estado a partir dos documentos do CadÚnico, atentando para o que dizem e produzem na vida das bolsistas do PBF, evidenciou que documentos como diplomas, carteirinhas, crachás ou o formulário do CadÚnico legitimam a entrada de agentes do Estado na vida e nas casas de famílias cadastradas, a exemplo do que se dá nas visitas *in loco* para averiguação de informações prestadas no ato do cadastramento.

Ao analisar o formulário do CadÚnico, temos que este se configura como um instrumento que possibilita ao Estado traçar o perfil da candidata e, ao mesmo tempo, assegurar o controle de informações sobre essa população, de baixa renda, pobres e extremamente pobres. A essas pessoas, cabe responder ao “documento oficial”, ainda que constrangidas diante de perguntas invasivas. Da mesma forma, o mapa de acompanhamento na área da saúde se configura em um instrumento de controle dos corpos, que se realiza a partir de um padrão internacional de medidas e peso, a que as bolsistas são submetidas a cada seis meses.

Ainda no que se refere aos documentos e a sua incidência na vida das pessoas, percebe-se que ao Estado interessam dados, metas cumpridas, não sendo considerados sentimentos e processos produzidos a partir de questões invasivas do formulário, ligações de agentes e bilhetes da escola cobrando e ameaçando o desligamento do Programa. Comprendemos que as agentes executoras do Programa em âmbito municipal, também estão sob controle do Estado, não cabendo a elas questionar e propor outra forma de fazer a política, mas sim averiguar informações, contar faltas de aluno bolsista, pesar e medir e manter em dia as metas referente às condicionalidades.

Ao abordar as bolsistas do Programa Bolsa Família enquanto situadas à margem do Estado, a partir das tecnologias de poder de que fala Foucault (2010) e da vida nua de que trata Agamben (2010), pode-se perceber o controle, o disciplinamento dos corpos e a vigilância. Além das questões invasivas e do clima de desconfiança em relação às respostas no ato de cadastramento ou atualização do CadÚnico, os corpos dessas mulheres são, em sua maioria, curvados, o olhar segue desviado para o chão, a voz é baixa e aparentam desconforto quando acomodadas na cadeira diante da estagiária do CadÚnico.

Ao analisar moralidades no que concerne ao consumo e à alimentação empreendidos pelas bolsistas do PBF percebemos o que vem sendo indicado pela literatura dos estudos do consumo, de que por trás da oposição entre necessidades básicas e supérfluas está a possibilidade de grupos sociais e políticos controlarem o consumo alheio, definindo o que se pode e se deve consumir. No contexto do PBF, ao atentar para as imagens produzidas e veiculadas pelo Estado na internet, podemos perceber a recorrência de postagens que orientam para o consumo de alimentos, material escolar e roupas, majoritariamente com foco na criança. Ainda que não esteja especificado na Lei que constituiu o Programa que o dinheiro deva ser destinado à aquisição de produtos específicos, é perceptível uma expectativa e

vigilância, por parte das agentes do Estado sobre as bolsistas, para que invistam o dinheiro especialmente em alimentação, além de produtos para as crianças.

Ao deslocar o olhar para o cotidiano das bolsistas, percebemos que as estratégias de consumo se dão em itens que vão além da compra de alimento, material escolar, roupas e calçados para os filhos, como: móveis; produtos de higiene e beleza; roupa de cama, mesa e banho; guloseimas, entre outros. Um universo de bens, acessados a partir do dinheiro do PBF, mas que, diante da vigilância e controle por parte de agentes do Estado e vizinhança, é, de certa forma, omitido pelas bolsistas, o que indica a necessidade de pensar, também na política pública, o consumo para além do atendimento de necessidades fisiológicas, como algo que comunica, ação à qual estão associados significados e sentidos.

Por fim, cabe enfatizar que este estudo se propõe a contribuir no debate acadêmico concernente ao fortalecimento de políticas públicas, em específico voltadas ao rural. Esperamos que as reflexões aqui desenvolvidas instiguem novas propostas de estudo e que subsidiem a discussão em torno das políticas de Estado, tencionando para que as pessoas cujas vidas são postas sob interferência por essas políticas tenham suas trajetórias, modos de vida e escolhas tomadas em conta.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Philip. Notas sobre la dificultad de estudiar el estado. *In*: ABRAMS, Philip; GUPTA, Akil; MITCHELL, Mitchell. **Antropologia del Estado**. Méxioco: FCE, 2015. p. 17-66.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 207 p.
- ALVES, Cristina; ELEUTÉRIO, Regina. Cortes em programas sociais devolvem mulheres à miséria e à violência doméstica, dizem especialistas. **Publica**, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/03/cortes-em-programas-sociais-devolvem-mulheres-a-miseria-e-a-violencia-domestica-dizem-especialistas/>. Acesso em: 15 maio 2019.
- ASAD, Talal. Dónde están los márgenes del estado? **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 27, p. 53-62, jan./jul. 2008.
- BACHTOLD, Isabele Villwock. Quando o estado encontra suas margens: considerações etnográficas sobre um mutirão da estratégia de busca ativa no estado do Pará. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 273-301, jul./dez. 2016.
- BARBOSA, Lívia; CAMPBELL, Collin. O estudo do consumo nas Ciências Sociais contemporâneas. *In*: BARBOSA, Lívia; CAMPBELL, Collin (org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 21-44.
- BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu reencontro com a história: um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. Rio de Janeiro: ACANDHIS, 2007. 350 p.
- BORGES, Júlio César. “A sociedade brasileira nos fez pobres”: assistência social e autonomia étnica dos povos indígenas. O caso de Dourados, Mato Grosso do Sul. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 303-328, 2016.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Diário de campo. **A antropologia como alegoria**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 11-14.
- BRASIL, **Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm. Acesso em: 12 mar. 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual de gestão do Programa Bolsa Família**. Brasília, 2015.
- BRASIL. Ministério Desenvolvimento Social. **Formulário CadÚnico**. 2007. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Formul%C3%A1rio%20Principal%20CadUnico%20V7.pdf. Acesso em: 23 nov. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Orientações sobre o Bolsa Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_orientacoes_bolsa_familia_2ed.pdf. Acesso em: 18 dez. 2018.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Uma incursão pelo lado “não-respeitável” da pesquisa de campo. **Ciências Sociais Hoje**, Recife/Brasília: CNPq/Anpocs, 1981. p. 333-354.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 2006.

CASTILHO E SILVA, Carolina Braz de. **O Programa Bolsa Família no meio rural: um caminho ao desenvolvimento no Rio Grande do Sul?** 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CAZELLA, Ademir; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. *In*: CAZELLA, Ademir; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2009. p. 47-70.

CERTEAU, Michel de. Introdução geral. *In*: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 37-51.

CRUZ, Luciana Ramirez da. **As portas do Programa Bolsa Família: vozes das mulheres beneficiárias do município de Santo Antônio do Pinhal/SP**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.

DA MATTA, Roberto. A mão visível do estado: notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira. **Anuário Antropológico**, p. 37-64, 1999.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografias comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, v. 27, p. 19-52, 2008.

DAVID, César de. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. Brasília: Letras Livres, 2012. 108 p.

DOMENICI, Thiago. “A extrema pobreza voltou aos níveis de 12 anos atrás”, diz pesquisador da ActionAid e Ibase. **Revista IHU Online**, São Leopoldo, 11 jul. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/580741-a-extrema-pobreza-voltou-aos-niveis-de-12-anos-atras-diz-pesquisador-da-actionaid-e-ibase>. Acesso em 14 de mai. 2019.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

EGER, Talita Jabs. **Dinheiro e moralidade no Bolsa Família**: uma perspectiva etnográfica. 196f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ESCOBAR, Cecília Maria de Souza. **Governança estratégica em redes de políticas públicas**: a experiência do Programa Bolsa Família. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FASSIN, Didier. **La razon humanitaria**: una historia moral del tiempo presente. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2016.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. Disputas de papel: rotinas formais e demandas morais na administração de casos de crianças desaparecidas em um órgão de assistência social. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., Natal, 2014. **Anais [...]**. Natal: Associação Brasileira de Antropologia, 2014. p. 1-22.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. “Apenas preencher papel”: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. **Mana**, 2013, v.19, p. 39-68.

FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Rincões de pobreza e desenvolvimento**: interpretações sobre o comportamento coletivo. 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.

FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 2, 2008, p. 39 -53.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e menos humanos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 83-121, 1999.

FONSECA, Claudia; SCALCO, Lúcia. A biografia dos documentos: uma antropologia das tecnologias de identificação. *In*: FONSECA, Claudia; MACHADO, Helena. **Ciência, identificação e tecnologias de governo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015. p. 20-37.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976), São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GUPTA, Akhil. Fronteras borrosas: el discurso de la corrupción, la cultura de la política y el estado imaginado. *In*: ABRAMS, Philip; GUPTA, Akil; MITCHELL. **Antropología del Estado**. México: FCE, 2015. p. 71-134.

GUPTA, Akhil. **Red Tape**: bureaucracy, structural violence, and poverty in India. Durham: Duke University Press, 2012.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

KUHN, Daniela Dias. **Oportunidades, ruralidade e pobreza no Rio Grande do Sul**: as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LAUTIER, Bruno. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 463-477, 2014.

LEMÕES, Tiago da Silva. **De vidas infames à máquina de guerra**: etnografia de uma luta por direitos. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LEMÕES, Tiago da Silva. Vigiar, defender e lutar: sobre direitos e intervenção nas margens do Estado. *In*: REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR, 11.; REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUR: DIÁLOGOS, PRÁTICAS Y VISIONES ANTROPOLÓGICAS DESDE EL SUR, 11, Montevideo, 2015. **Anais [...]** Montevideu: RAM, p. 1-21, 2015. Disponível em: <http://xiram.com.uy/actas-del-congreso/grupos-de-trabajo/ponencias-grupo-de-trabajo-21>. Acesso em: 22 nov. 2016.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. **Consumo**: uma perspectiva antropológica. Petrópolis: Vozes, 2010.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Leia a íntegra do discurso de Lula no lançamento do Programa Bolsa Família. **Folha Online Brasil**, São Paulo, 20 out. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54596.shtml>. Acesso em: 24 abr. 2017.

MACHADO, Carmen Janaina Batista. **“Aqui até o arado é diferente”**: transformações no fazer agricultura e em hábitos alimentares entre famílias assentadas – um estudo realizado no Assentamento União, Rio Grande do Sul. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MACHADO, Carmen Janaina Batista; MENASCHE, Renata. “Pobre não tem hábito alimentar, pobre tem fome”: reflexões sobre consumo e política pública. *In*: COLLACO, Janine Helfst Leicht; BARBOSA, Filipe Augusto Couto; ROIM, Talita Prado Barbosa (org.). **Cidades e consumo alimentar**: tradição e modernidade do comer contemporâneo. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária Digital, 2017. p. 144-173.

MARINS, Mani Tebet A. **Bolsa Família**: questões de gênero e moralidades. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

MENASCHE, Renata; MACHADO, Carmen Janaina Batista. Elementos para uma agenda de pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional à luz da Antropologia. *In*: PASQUIER, Ayari; RUBIO, Blanca (org.). **Inseguridad alimentaria y políticas de alivio a la pobreza: una visión multidisciplinaria**. México: UNAM, 2019. p. 227-250.

MENDONÇA, Heloísa. Bolsa Família colabora com a redução de homicídios em municípios, aponta Fiocruz. **El País Brasil**, São Paulo, 25 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/18/politica/1547771750_832930.html. Acesso em: 14 mai. 2019.

MOCELIN, Cassia Engres. **Pobreza Rural e Bolsa Família: o caso dos beneficiários da comunidade de São João do Barro Preto no município de Júlio de Castilhos/RS**. 130f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MUZZOPAPPA, Eva; VILLALTA, Carla. Los documentos como campo. Reflexiones teórico-metodológicas sobre un enfoque etnográfico de archivos y documentos estatales. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 47, p. 13-42, 2011.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. *In*: NAVARRO, Zander (org.). **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996. p. 62-105.

PALACIOS, Marcos. Prólogo. ABRAMS, Philip; GUPTA, Akil; MITCHELL. **Antropologia del Estado**. México: FCE, 2015. p. 9-15.

PEIRANO, Marisa Gomes de Souza. O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos. **Série Antropologia**. Brasília: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2009, v. 426, p. 6-50.

PEIRANO, Marisa Gomes de Souza. De que serve um documento?. *In*: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (org.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 2006. p. 25-49.

PINTO, Danilo César Souza. **Um antropólogo no cartório: o circuito dos documentos**. Campos, 2014, vol. 15, p. 37-56.

PINTO, Michele de Lavra. O público e o privado: o “baralhamento” no cotidiano das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 38, p. 157-170, 2013.

PINTO, Michele de Lavra. **Políticas públicas de transferência de renda: um estudo sobre o Programa Bolsa Família na favela do Pavão-Pavãozinho**. 166 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Programa de Pós Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**, São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

ROCHA, Everardo. Os bens como cultura: Mary Douglas e a Antropologia do Consumo. *In*: DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2013. p. 7-18.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O pequeno príncipe**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2015.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n.1, 2013, p. 73-100.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Bendito é o fruto: festa da uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos de Caxias do Sul/RS**. 237 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 16.704, de 08 de outubro de 2017**. Institui e estabelece diretrizes para a Política Municipal de Erradicação da Fome e de Promoção da Função Social dos Alimentos – PMEFSa, e dá outras providências. 2017. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L16704.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2018.

SCHNEIDER, Maurício; KRONE, Evander Eloí; MENASCHE, Renata. De morenos e alemães-batata a quilombolas e pomeranos: reflexões acerca de marcadores identitários e política pública. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 41, p. 266-294, 2016.

SCHUCH, Patrice. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. *In*: FONSECA, Claudia; MACHADO, Helena (org.). **Ciência, Identificação e Tecnologias de Governo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015. p.121-144.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, p.10-31, 2002.

SCOTT, James. State Projects of Legibility and Simplification. *In*: SCOTT, James. **Seeing Like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed**. New Haven and London, Yale University Press, 1998. p. 9-53.

SETO, Guilherme; SALDANA, Paulo. Doria ignora secretário, estudos e regras em anúncio de farinata a alunos. **Folha de São Paulo** – Online, São Paulo, 19 out. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1928300-doria-ignora-secretario-estudos-e-regras-em-anuncio-de-farinata-a-alunos.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 18, p. 78-95, 1992.

SOILO, Andressa Nunes. **Margens, tecnologias de controle e (i)legibilidades: etnografia sobre a produção do estado e do comércio popular no camelódromo de Porto Alegre/RS**.

2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2015.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de; MACHADO, Mick Lennon; MEDEIROS, Maria Angélica Tavares de; NEVES, José Anael; RECINE, Elisabetta; PASQUIM, Elaine Martins. Public policies of food and nutrition in Brazil: from Lula to Temer. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 32, p. 1-13, 2019.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In*: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

ZARTH, Paulo Afonso. A estrutura agrária. *In*: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (org.). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 2, p. 187-212. (História geral do Rio Grande do Sul).

**ANEXO – NÚMERO DE FAMÍLIAS BOLSISTAS E VALORES INVESTIDOS
ANUALMENTE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E MUNICÍPIO DE
CANGUÇU DE 2004 A 2018.**

	RIO GRANDE DO SUL		CANGUÇU
2004	Nº Famílias Bolsistas	290660	2620
	Valor Total Repassado	R\$ 147.172.671,00	R\$ 1.384.333,00
	Valor Médio/Família	R\$ 42,19	R\$ 44,03
2005	Nº Famílias Bolsistas	398132	3874
	Valor Total Repassado	R\$ 234.033.557,00	R\$ 2.099.544,00
	Valor Médio/Família	R\$ 48,99	R\$ 45,16
2006	Nº Famílias Bolsistas	436169	3815
	Valor Total Repassado	R\$ 290.873.006,00	R\$ 2.660.636,00
	Valor Médio/Família	R\$ 55,57	R\$ 58,12
2007	Nº Famílias Bolsistas	410540	3727
	Valor Total Repassado	R\$ 320.167.620,00	R\$ 2.616.866,00
	Valor Médio/Família	R\$ 64,99	R\$ 58,51
2008	Nº Famílias Bolsistas	367631	3748
	Valor Total Repassado	R\$ 357.820.394,00	R\$ 3.037.666,00
	Valor Médio/Família	R\$ 81,11	R\$ 67,54
2009	Nº Famílias Bolsistas	462966	3820
	Valor Total Repassado	R\$ 425.434.593,00	R\$ 3.367.736,00
	Valor Médio/Família	R\$ 76,58	R\$ 73,47
2010	Nº Famílias Bolsistas	453761	3716
	Valor Total Repassado	R\$ 484.177.081,00	R\$ 3.656.115,00
	Valor Médio/Família	R\$ 88,92	R\$ 81,99
2011	Nº Famílias Bolsistas	451438	3709
	Valor Total Repassado	R\$ 571.783.025,00	R\$ 4.345.473,00
	Valor Médio/Família	R\$ 105,55	R\$ 97,63
2012	Nº Famílias Bolsistas	463519	3949
	Valor Total Repassado	R\$ 680.500.672,00	R\$ 5.116.532,00
	Valor Médio/Família	R\$ 122,34	R\$ 107,97
2013	Nº Famílias Bolsistas	455421	3978
	Valor Total Repassado	R\$ 756.838.872,00	R\$ 5.328.032,00
	Valor Médio/Família	R\$ 138,49	R\$ 111,61
2014	Nº Famílias Bolsistas	434715	3473
	Valor Total Repassado	R\$ 793.729.853,00	R\$ 5.091.852,00
	Valor Médio/Família	R\$ 152,16	R\$ 122,18

2015	Nº Famílias Bolsistas	427939	3403
	Valor Total Repassado	R\$ 774.663.570,00	R\$ 4.896.703,00
	Valor Médio/Família	R\$ 150,85	R\$ 119,91
2016	Nº Famílias Bolsistas	379234	2937
	Valor Total Repassado	R\$ 747.126.338,00	R\$ 4.603.912,00
	Valor Médio/Família	R\$ 164,17	R\$ 130,63
2017	Nº Famílias Bolsistas	364325	2804
	Valor Total Repassado	R\$ 695.069.373,00	R\$ 3.900.147,00
	Valor Médio/Família	R\$ 158,99	R\$ 115,91
2018	Nº Famílias Bolsistas	367805	3216
	Valor Total Repassado	R\$ 726.181.625,00	R\$ 4.638.739,00
	Valor Médio/Família	R\$ 164,53	R\$ 120,20

Fonte: MDSA, 2019, adaptada pela autora.